



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS I SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDO DE LINGUAGENS - PPGEL

HELENA VITÓRIA NASCIMENTO DOS SANTOS

**OS OLHOS DE DENTRO SOBRE AS INFÂNCIAS E IDENTIDADES
NEGRAS EM *LEITE DO PEITO*, DE GENI GUIMARÃES**

Salvador

2023

HELENA VITÓRIA NASCIMENTO DOS SANTOS

**OS OLHOS DE DENTRO SOBRE AS INFÂNCIAS E IDENTIDADES
NEGRAS EM *LEITE DO PEITO*, DE GENI GUIMARÃES**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de mestra pelo Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens (PPGEL-UNEB), na Linha de Pesquisa 1: Leitura, Literatura e Identidades

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Sacramento Moreno Gonçalves.

Salvador

2023

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

N244o

N. dos Santos, Helena Vitória

Os olhos de dentro sobre as infâncias e identidades negras em Leite do Peito, de Geni Guimarães / Helena Vitória N. dos Santos. - Salvador, 2023.

138 fls.

Orientador(a): Dra. Luciana Sacramento Moreno Gonçalves.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens - PPGEL, Campus I. 2023.

1.Infâncias Negras. 2.Identidades Negras
3.Literatura Negro-brasileira Feminina. 3.Leite do Peito: Contos.

CDD: 804

HELENA VITÓRIA NASCIMENTO DOS SANTOS

**OS OLHOS DE DENTRO SOBRE AS INFÂNCIAS E IDENTIDADES NEGRAS EM
*LEITE DO PEITO, DE GENI GUIMARÃES***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudo de Linguagens do Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Campus I, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Linguagens.

Salvador, 15 de maio de 2023

Banca Examinadora

Profa. Dra. Luciana Sacramento Moreno Gonçalves.
Universidade do Estado da Bahia/UNEB (Orientadora)

Profa. Dra. Ana Rita Santiago
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB (Examinadora Externa)

Prof. Dr. Marcos Aurélio dos Santos Souza
Universidade do Estado da Bahia/UNEB (Examinador Interno)

AGRADECIMENTOS

Aos Orixás, à ancestralidade, a minha família, amigas e psicóloga, por abençoar meus passos e possibilitar que com coragem, ânimo, resiliência e fé, em meio ao cenário pandêmico, mantenha-me firme e forte seguindo os caminhos literários e acadêmicos. Grata, Julita, Guigo, Marlene, Vanessa, Tamires, Inês, Adriana e Rose!

À Universidade do Estado da Bahia – UNEB, aos professores e à querida turma de 2021.1 do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem - PPGEL. Agradeço a instituição pela referência em educação, em seguida aos mestres que, com cordialidade e carinho, acalentaram o meu coração (Dr. Oton Magno Santana, Dra. Andréa Betânia, Dr. Nerivaldo Alves e Dra. Sayonara Amaral) e aos colegas amados da turma pelas alegrias, trocas, sorrisos e gentilezas fundamentais para manter-me na Universidade após quatro anos fora dela.

À professora Dra. Luciana S. Moreno Gonçalves, minha orientadora, pela interminável paciência e compreensão. Aos membros da banca Dra. Ana Rita Santiago e Dr. Marcos Aurélio dos Santos Souza, que aceitaram gentilmente avaliar este trabalho e colaborar com o resultado final deste estudo. Gratidão às revisoras Mariana Barros, Jéssica Teixeira, e o tradutor, Denilson Oluwafemi, pelos seus lindos trabalhos.

Às instituições de ensino nas quais trabalhei, em laço, Feira de Santana e Lauro de Freitas - BA. Aos estudantes (minhas crianças) e às colegas de trabalho, por todo o afeto, inspiração e fortalecimento na construção da docente que me tornei. À Escola Municipal Helena Magalhães e a comunidade escolar, que apesar das adversidades, é fonte do meu trabalho e da práxis pedagógica antirracista por mim desenvolvida.

À Editora Voz de Mulher e à querida Telma Ventura, pela parceria e acolhimento.

Aos companheiros e companheiras do campo artístico e cultural, em especial, o Coletivo Liga do Dendê, grupo de pesquisa e literatura com fundamento ancestral.

Aos teóricos e teóricas negros que fundamentam o estudo, a respeito da literatura negro-brasileira. Sem seus estudos e pesquisas, ou seja, sem vocês, eu não chegaria tão longe. E o agradecimento especial à minha musa, a inspiração do estudo, a escritora Geni Guimarães, que ao escrever sobre a menina negra, me teceu em sonhos, doçuras e amores nunca antes experimentados. Muito obrigada, Geni! A

senhora mudou a minha vida! E para nunca esquecer, Hellem Moreira, presente!
Profa. Maria Amélia Nascimento, minha grande mestra, presente! Agradeço a vocês,
mulheres que me ensinam para além de suas existências. “Uma gente que ri quando
deve chorar. E não vive, apenas aguenta” (Milton Nascimento)

Garota de pele negra
Sua pele é como pérolas
A melhor coisa do mundo
Nunca troquei você por ninguém
Garota de pele negra
Sua pele é como pérolas
A melhor coisa do mundo.

Beyoncé (*Brown Skin Girl*).

SANTOS, Helena Vitória Nascimento. **Os olhos de dentro sobre as infâncias e identidades negras em *Leite do Peito*, de Geni Guimarães**. Orientadora: Luciana Sacramento Moreno Gonçalves. 2023. 138f. il. Dissertação (Mestrado).

RESUMO

A presente dissertação, de viés bibliográfico, visa analisar no livro *Leite do Peito: Contos* (2001), de Geni Guimarães, como pela ótica da infância são construídas as identidades negras apresentadas nos contos memorialísticos e ficcionalizados do mencionado livro. O intuito do estudo é problematizar, como modo curativo para o trauma com o racismo, o processo de emudecimento da escrita de mulheres negras, historicamente silenciadas pela teoria e crítica literárias brasileiras e ressaltar a produção deste segmento com foco na escrita autoral de Geni Guimarães, na tessitura do livro *Leite do Peito: Contos* (2001). Para tanto, objetiva-se investigar a trajetória do apagamento do personagem negro no romance brasileiro até o solo fértil da tradição negro-feminina, em especial, a produção de Maria Firmina dos Reis, Carolina de Jesus e Geni Guimarães; identificar na voz autoral *geniniana*, o entrelaçamento-roda entre negritude, memórias, identidades e cosmovisão africana, presentes nas escritas em prosa e poesia e o processo de enegrecimento e militância literária presentes nos escritos de Geni; relacionar a construção das identidades a comunhão familiar a partir das categorias: maternidade, paternidade e fraternidade no contexto do livro *Leite do Peito* e, por fim, analisar, dentro do simbolismo da árvore sagrada, a construção identitária que constitui a menina negra em seu processo de amadurecer e resplandecer. Elaborar-se neste estudo, a memória como elemento essencial de construção de signos e desconstrução de discursos opressores, ressaltando-se o teor ficcional das tessituras do livro: *Leite do Peito: Contos* (2001), ao trazer a ótica da infância negra como norteador das vivências, amores, dores, saberes, culturas, fé e narrativas de toda uma comunidade negra no pós-abolição a partir da força vocal oriunda da personagem-narradora, ao evocar demandas políticas, socioculturais e históricas de sociedades marginalizadas e invisibilizadas na historiografia brasileira, combatendo estereótipos e destacando as experiências do *Outro*, representado pela coletividade descendente de africanos em uma escrita feminina negro-brasileira, identitária e centralizada na figura da menina negra.

Palavras-chave: *Leite do Peito*. Infância negra. Identidades negras. Narrativa memorialística. Escrita feminina negro-brasileira.

SANTOS, Helena Vitória Nascimento. **Inside eyes on black childhoods and identities in Leite do Peito, by Geni Guimarães.** Advisor: Luciana Sacramento Moreno Gonçalves. 2023. 138f. il. Thesis (Master's degree).

ABSTRACT

The present dissertation, from a bibliographical point of view, aims to analyze in the book *Leite do Peito: Contos* (2001), by Geni Guimarães, how, from the perspective of childhood, the black identities presented in the memorialistic and fictionalized tales of the mentioned book are constructed. The purpose of the study is to problematize, as a curative way for trauma with racism, the process of muting the writing of black women, historically silenced by Brazilian literary theory and criticism, and to highlight the production of this segment with a focus on the authorial writing of Geni Guimarães, in the texture of the book *Leite do Peito: Contos* (2001). Therefore, the objective is to investigate the trajectory of the erasure of the black character in the Brazilian novel to the fertile soil of the black-female tradition, in particular, the production of Maria Firmina dos Reis, Carolina de Jesus and Geni Guimarães; to identify in Geni's authorial voice, the intertwining-wheel between blackness, memories, identities and African cosmovision, present in prose and poetry writings and the process of blackening and literary militancy present in Geni's writings; relate the construction of identities to family communion from the categories: maternity, paternity and fraternity in the context of the book *Leite do Peito* and, finally, to analyze, within the symbolism of the sacred tree, the identity construction that constitutes the black girl in her process to mature and shine. In this study, memory is elaborated as an essential element in the construction of signs and deconstruction of oppressive discourses, emphasizing the fictional content of the textures of the book: *Leite do Peito: Contos* (2001), by bringing the perspective of black childhood as a guide of the experiences, loves, pains, knowledge, cultures, faith and narratives of an entire black community in the post-abolition period, based on the vocal strength derived from the character-narrator, by evoking political, sociocultural and historical demands of marginalized and invisible societies in Brazilian historiography, combating stereotypes and highlighting the experiences of the Other, represented by the community of African descent in a black-Brazilian female writing, identity and centered on the figure of the black girl.

Keywords: *Leite do Peito*. Black childhood. Memorial narrative. Black-Brazilian female writing.

SUMÁRIO

1. A PESQUISA COMO AÇÃO CURATIVA PARA O TRAUMA	10
2. A LITERATURA NA ENCRUZILHADA: DO SILENCIAMENTO DO NEGRO AO SOLO FÉRTIL DA ESCRITA DE MULHERES NEGRAS	18
2.1. SEMENTES NÃO MORREM, GERMINAM: MARIA FIRMINA DOS REIS, CAROLINA DE JESUS E GENI GUIMARÃES – VOZES INSUBORDINADAS DA LITERATURA NEGRO-BRASILEIRA	28
3. GENI EM PROSA E POESIA: A RODA TEXTUAL E AS RAÍZES ANCESTRAIS	52
3.1. MEMÓRIAS E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA: O ENEGRECER	52
3.2. NEGRITUDE E A RODA TEXTUAL EM PROSA E POESIA	60
3.3. A COSMOVISÃO AFRICANA E O LIVRO <i>LEITE DO PEITO: CONTOS</i> (2001).....	73
4. CABAÇAS UTERINAS – RELAÇÕES DE MATERNIDADES, PATERNIDADES E IRMANDADES NEGRAS NAS REMINISCÊNCIAS DE MENINA	88
4.1. A MATERNIDADE DA MULHER NEGRA: AFRODESCENDÊNCIA E NEGAÇÃO	89
4.2. A PATERNIDADE DO HOMEM NEGRO: MASCULINIDADES E AFETOS.....	96
4.3. LINHAGEM NEGRA: IRMANDADE E CUMPLICIDADE FAMILIAR	100
5. O BAOBÁ DE MEMÓRIAS: TRAUMAS, INFÂNCIAS E NEGRITUDE PELA ÓTICA DA CRIANÇA	103
5.1. A HISTÓRIA DA CRIANÇA NEGRA NO BRASIL: BREVE ANÁLISE.....	105
5.1.1. A escola como território de memórias: o amadurecimento	111
5.1.2. O resplandecer da menina negra: cores, dores e brincadeiras	122
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	132

1. A PESQUISA COMO AÇÃO CURATIVA PARA O TRAUMA

Em *A teoria como prática libertadora*, de bell hooks (2013) nota-se quão poderosa a escrita e a pesquisa podem ser para curar feridas, fazer doer e cicatrizar lesões deixadas pelos processos de opressão e desumanização às quais subjetividades negras foram sistematicamente encarceradas. Percebe-se a necessidade de desnudar as agruras e a perversidade do pacto da branquitude¹ com o silenciamento de vozes dissonantes diante à histórica barbaridade da escravização africana, além do manifesto e estruturado racismo.

Perante tal conjuntura, a presente investigação emerge como inquietação às águas turvas e turbulentas em que a personagem negra e a autoria negra foram colocadas na marginalidade literária pelo discurso da colonialidade. Por este motivo, a dissertação contempla a Linha de Pesquisa 1 - Leitura, Literatura e Identidades, do Programa de Pós-graduação em Estudo de Linguagens da Universidade do Estado da Bahia – PPGEL / UNEB e visa analisar nas memórias da infância a partir da construção de identidades² negras a produção literária da escritora Geni Guimarães.

O estudo é motivado, inicialmente, pela relação afetiva da pesquisadora - e peço licença, neste momento, relato o afeto que nutro pelo objeto e autoria analisados: O livro *Leite do Peito: Contos*³ (2001) e a mencionada autora, por quem mantenho profunda admiração. Enquanto mulher negra, moradora de um bairro periférico de Salvador, professora da rede pública de ensino, escritora e contadora de histórias de literatura negro-brasileira para infâncias, dedico desde a graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, esforços, amores, suores e lágrimas para pesquisar o citado livro, como também a produção literária da escritora paulista.

¹ Conceituação desenvolvida e estudada pela intelectual Cida Bento (2022) ao se referir a comunhão da branquitude para a defesa de privilégios adquiridos no período escravista e a perpétua manutenção destes privilégios.

² A perspectiva de construção das múltiplas identidades recorrente no estudo é teorizada por Stuart Hall, no livro: *A identidade cultural na pós-modernidade* (2006), na qual as identidades do sujeito pós-moderno são construídas social, histórica e culturalmente no decorrer da vida, e por isto, são múltiplas e podem colidir entre si.

³ Retrata-se o livro apenas como *Leite do Peito*, suprindo a partir deste momento o subtítulo: *Contos*, para facilitar o prosseguimento dissertativo e evitar a repetição.

Relato minha experiência de modo a corroborar com a justificativa para o estudo, pois foi durante o estágio curricular obrigatório em Pedagogia realizado no período noturno que acessei pela primeira vez a obra, durante a realização de intervenções artísticas com turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), da Escola Estadual Polivalente do Cabula (hoje, Escola Estadual Mãe Stella de Oxóssi). Assim que li o livro empoeirado, alinhado entre tantos outros na estante da biblioteca escolar, reconheci-me na voz autoral nele presente, pois os contos *geninianos* fomentaram em mim tamanho encantamento pelas narrativas em primeira pessoa realizadas na fala de uma menina negra que prontamente me identifiquei com ela. Enquanto criança negra que um dia fui, revivi com Geni cada etapa de minha própria existência: vi-me inteiramente transposta para Fazenda Villas Boas (no interior de São Paulo) onde a narrativa se inicia e colhi, com a menina de pouco mais de cinco anos de idade, as frutas do pomar, ao mesmo tempo em que conversava com o sobressalente bicho de pé. Atei-me a barra da saia de mainha; sentei-me ao redor da mesa com tantos irmãos e irmãs que mal pude contar; chorei todas as lágrimas do tijolo esfregando na perna em um ato profundo de automutilação e senti escorrer de mim o sangue vermelho-barro, quase preto que brotou da alma.

Relendo os contos, a cada banho de folhas, benzimentos e rezas para santos, recordei minhas bisavós maternas, a cigana e a lalorixá (Dona Maria Rosa e Dona Helena Vitória), que apesar de não ter conhecido, estão presentes nos olhares e falares de minha mãe e nas transmutações quando performo meus personagens para contar histórias.

Com Geni e seu *Leite de Peito*, material tão simbólico, lembrei-me de Dona Sebastiana e Seu Benedito, pais/personagens da autora, na perda do filho mais novo, no choro convulsionado, no soluço e no silêncio; no eco agudo de vozes encerradas que falam sobre uma dor tão comum ao povo preto que é a dor do luto por crianças e adolescentes que têm seus corpos alvejados diariamente, e nem na tenra idade são lidos como inocentes, da mesma forma como já aconteceu com amigos e primos meus que foram vitimizados pela polícia. A violência que a criança negra não escapa.

Dessa maneira, preciso dizer das primeiras experiências docentes, outro viés de reconhecimento com a jovem professora Geni, ao resgatar em minhas memórias os sons de risadas e sorrisos de crianças pretinhas da educação infantil em Lauro de

Freitas e do Ensino Fundamental I, na comunidade rural de Pé de Serra, em Feira de Santana (BA). Realidades distintas e marcadas pela miséria social e negligência do Poder Público, mas revestidas no fio da esperança pela mesma resiliência relatada no desfecho do livro de Geni e composta na sabedoria ancestral que todo erê carrega em si. Este encantamento apresentou-me ao meu objeto de estudo e à inquietação por compreender a narrativa, a força sagrada, comunitária, familiar e espiritual (tão pouco representadas nos livros literários brasileiros aos quais tive acesso) e hoje faz-me enxergar a natureza do amor, enquanto potencial de cura inclusive para os traumas do racismo e não somente como a romantização e idealismos propagados nos romances brasileiros. E sim como ato político, de resistência e de reestruturação de toda uma comunidade marginalizada e desumanizada historicamente durante a escravização até os dias atuais nos discursos da colonialidade (HOOKS, 2000).

Leite do Peito, antes um livro escondido nas prateleiras da biblioteca, passou a ser foco de minha graduação em 2015 e, até os dias atuais, passados mais de sete anos, semeia, com sua escrita singular, temas árdios e caros às populações afro-diaspóricas através da ressignificação das tradições africanas diante os vieses do racismo e autorização da voz da infância negra.

A justificativa social e acadêmica se dá pela relevância da autoria negra feminina como a corroborar com novas estéticas de uma tessitura literária que questiona o *status quo* da branquitude e do patriarcado e insurge-se contra eles, numa produção que ressalta as pluralidades das experiências das coletividades negras (seja como personagens e/ou autores) e constrói pontes de ruptura com a alienação causada pelo escravismo e pelo racismo.

Partindo deste ponto, faz-se urgente ressaltar que, ao conceber o trauma, tem-se o princípio de comprometimento da psique do indivíduo negro pós experiências com o passado escravista reconfigurado no presente, como proposto pela pesquisadora Grada Kilomba (2019) ao denunciar o atroz reforço as memórias da plantação: “[...] o acúmulo de eventos violentos que, ao mesmo tempo, revelam um padrão histórico de abuso racial que envolve não apenas os horrores da violência racista, mas também as memórias coletivas do trauma colonial.” (KILOMBA, 2019, p. 215)

Nessa ótica, o livro *Leite do Peito: Contos* (2001) se apresenta como um tecido memorialístico que recria vivências dolorosas, fluídas e poéticas nas quais Geni institui o amor como ação medicinal concebível para a cura do trauma instaurado nas mentes dos sujeitos (no âmbito do particular) e das populações afro-diaspóricas (no coletivo) sem, no entanto, deixar de perpassar pela dor, para romper com a reprodução do passado colonialista. A produção da autora em questão edifica uma proposta representativa em contraponto à literatura brancocêntrica do discurso colonial e autoriza a voz da criança negra para abordar temas como: a cosmovisão africana, a valorização da formação familiar, a religiosidade como resistência espiritual, a denúncia à pernicioso violência imposta pelo sistema racista, o genocídio, a força das relações afetivas, maternais, paternais, comunitárias e as interseccionalidades atravessadas sobre os corpos de crianças, mulheres e homens negros.

A escrita de Geni gera potencialmente um lugar de cura, e dissertar sobre tal escrita permite expurgar sentimentos recalcados de uma negritude negada socialmente, como também consente a/ao leitora/or desta dissertação o identificar-se com a humanidade e com afeto restaurados.

Por este motivo, estruturaram-se como pilares do projeto político e identitário do estudo a seleção majoritariamente composta por pensadoras/os negras/os brasileiras/os e estrangeiras/os para dialogar sobre teorias fundantes, a citar: Hall (2020) e Munanga (2020) que discutem a construção identitária a partir da história, memória, cultura, sociedade, relações de poder e disseminação naturalizada do racismo estrutural e institucional.

Além desses, os estudos no campo da psicologia e filosofia de Kilomba (2019); Mbembe (2018) e Souza (1983) para entender os sistemas de opressão (conscientes e inconscientes), os micro-organismos de controle social do corpo negro e o tornar-se negro. Tais teóricos/as são imprescindíveis para embasar o texto dissertativo, a fim de escurecer⁴ o questionamento: Como pela ótica da infância são construídas as

⁴ A ideia de uso do vocábulo escurecer identificado na presente dissertação é no sentido de contrapor a concepção da branquitude de que somente o claro, o branco e o esclarecimento significam objetividade, enquanto o que é vinculado ao negro, é subjetivo ou emocional. O uso do mencionado termo é político para enegrecer o estudo e demonstrar a objetividade e o potencial dos estudos desenvolvidos pela intelectualidade negra, da qual a autora deste estudo faz parte.

identidades negras apresentadas nos contos memorialísticos e ficcionalizados do livro *Leite do Peito* (2001)?

Para responder essa indagação, objetiva-se então: investigar a produção literária no Brasil e a trajetória do silenciamento do personagem negro até o solo fértil da tradição negro-feminina, em especial, a produção de Maria Firmina, Carolina de Jesus e Geni Guimarães; identificar nos escritos de Geni, o entrelaçamento-roda entre negritude, memórias, identidades no processo de enegrecimento e militância literária presentes na autoria *geniniana*; relacionar a construção das identidades a comunhão familiar considerando: maternidade, paternidade e fraternidade no contexto do livro *Leite do Peito* e, por fim, analisar, dentro do simbolismo da árvore sagrada, a construção identitária que constitui a menina negra em seu processo de amadurecer e resplandecer.

Define-se o arcabouço dissertativo pelos fundamentos da cosmovisão africana segundo Rosa (2019) trazendo princípios do matriarcado, da circularidade e da ancestralidade em seção assim intitulada: Literatura na Encruzilhada na qual são apresentados os estudos do feminismo negro e as pesquisas da crítica literária ao enfatizar a luta para a ruptura dos estereótipos vinculados ao feminino negro, a escrita de mulheres negras, em especial, a produção autoral de escritoras do século XIX ao XXI e o enfrentamento ao processo de silenciamento literário. Para tanto, as pesquisas sobre as identidades interseccionais, mulheres negras, subalternização e emudecimento/insubordinação produzidas pelas intelectuais Collins (2019; 2021), Davis (2016) e hooks (2000; 2013; 2019) são essenciais para pensar tais aspectos.

Nas seções: Geni em Prosa e Poesia e Cabaças Uterinas o alicerce teórico fica a cargo das leituras sobre a vida de Geni Guimarães realizada por Moema Parente Augel (2011) ao trazer elementos da biografia e da composição textual, poética e narrativa da autora em outros poemas e contos. Além disso, será realizada a apreciação do livro *Leite do Peito* (2001) e dos elementos e análises de uma literatura de valorização da construção das identidades negras a partir do olhar da infância. As pesquisas de Cuti (2010), Dalcastagné (2011), Duarte (2010), Miranda (2019), Proença Filho (2004) e Rosa (2019) são de extrema importância nesta seção, pois ao salientam a tradição literária e a emergência das implicações políticas de uma literatura engajada e militante, como também para compreender a relevância da

denominação: literatura negro-brasileira, dentro do contexto sociocultural do Brasil para a produção literária de autoras negras e inspiração da cosmovisão africana nas culturas afro-diaspóricas.

Na seção final: O baobá de memórias, serão tecidas inferências segundo a categoria analítica da infância negra inscrita e representada pela autora. E será apresentada a perspectiva da menina negra em reminiscências do processo de escolarização, nas relações entre negros e brancos e na vivência da infância, com experiências atravessadas pelo racismo, porém repletas de amor e cumplicidade familiar e comunitária. Nesta etapa, os teóricos Cavalleiro (2001; 2020), Eurico (2020), Souza; Anjos e Correa (2022) abordarão o aspecto histórico, político e social da infância negra no Brasil e tratarão o termo infância a partir do debruçar-se sobre a construção das identidades interseccionais. Não menos importante, analisa-se nas considerações finais, a trajetória traçada pela escritora Geni Guimarães ao trazer como mote de sua estética narrativa, o afeto, atravessado pela dor compartilhada entre seus pares e pontuam-se as inferências relacionadas a produção literária negro-brasileira, as identidades interseccionalizadas e teorias compreendidas a partir de cada seção da dissertação.

Com vistas a alcançar os objetivos estipulados neste estudo de natureza qualitativa, especifica-se como campo de análise, o estudo bibliográfico e de modo a corroborar com a questão-problema se abrange neste horizonte as colocações de Homi Bhabha no artigo denominado: *O compromisso com a teoria* (1998), quando este afirma que a teoria não tem por função central a pureza, e sim, a criação de itinerários investigativos para a exploração do estudo e para entendimento da problemática apresentada, ou seja: “[...] Não se trata de sucumbir a determinada teoria ou lhe permitir que defina um trabalho. Trata-se do esforço de compreender o que acontece de forma a tornar visíveis as possibilidades de mudança.” (BHABHA, 1998, p. 28)

Vale-se da argumentativa de Bhabha (1998) ao dizer que não existem teorias soberanas, mas projetos teóricos analisados à luz das realidades conjunturais nas quais se inserem, sem ter por objetivo central criar hierarquias referenciais. Por este motivo, é de suma relevância pensar a divisão teórica acima exposta, considerando a potência do estudo dissertativo como modo de enfatizar os trajetos/itinerários

investigativos na elucidação do problema exposto. Chegar é importante, porém é na encruzilhada que se encontram possibilidades.

Exploram-se também dados e informações coletadas em bibliografias, fontes eletrônicas, livros literários, letras de música, biografias e artigos científicos pertinentes para discriminação da questão formulada, a fim de compreender como as identidades negras são representativas das experiências de comunidades afro-diaspóricas e de que modo a poética textual é tecida, considerando-se o texto ficcional como produção cultural, memorialística e de autorização de vozes.

O intento desta segmentação teórica é analisar, enquanto rizoma do percurso poético da escrita de Geni Guimarães, as relevantes pesquisas das/os intelectuais que refletem desde o impacto do racismo até a autoria negra feminina, concebendo a concepção da cosmovisão africana como parte do organismo vivo na experiência da diáspora negra. Ou seja, as escritas vislumbradas como o ressignificar das tradições, culturas e filosofias de um povo desmembrado pela escravidão que resiste coletivamente e ergue as vozes diante da opressão. Pois, como dito no prólogo e ensinado por bell hooks: “A teoria não é intrinsecamente curativa, libertadora e revolucionária. Só cumpre essa função quando lhe pedimos que o faça e dirigimos nossa teorização para este fim” (HOOKS, 2013, p. 86). Ou seja, não significa que no processo de curar-se a dor não venha aparecer, e sim, que a certeza da dor durante o movimento de cura demonstra que de fato ela está ocorrendo, como diz a poeta: “[...] porque a vida toda é um doer” (QUEIROZ, 2004, p. 3). E doerá.

Por este motivo, a presente dissertação tem o intuito doloroso, medicinal e amoroso de condução da/o a/o leitora/or a uma gama de análises diversas e não hierarquizantes, sem segregar a escrita literária, deslocar a pesquisa da análise narrativa e/ou sobrepor o teor acadêmico; porque, assim como o livro *Leite do Peito* (2001), de Geni Guimarães, a escrita pode ser cura e, para isto, é necessário todo o corpo.

O estudo aqui exposto tem o propósito de servir a comunidade para tornar pessoas que são tratadas como objetos, sujeitos da sua própria história, aproximando a teoria do literário. Então, cara/o leitora/or permita-se caminhar nesta encruzilhada que se avizinha, pois na encruza se fazem saberes e semeiam-se epistemologias,

atravesse sem molhar os pés no Atlântico e venha descortinar nas palavras, os véus da dor, do horror, do amor e da cura.

2. A LITERATURA NA ENCRUZILHADA: DO SILENCIAMENTO DO NEGRO AO SOLO FÉRTIL DA ESCRITA DE MULHERES NEGRAS

Pensar a escrita de mulheres negras dentro da realidade racializada do Brasil é considerar que, apesar da histórica e relevante produção literária de autoras como Maria Firmina dos Reis, Auta de Souza, Carolina Maria de Jesus, Aline França, Conceição Evaristo, Geni Guimarães, Alzira Rufino, Jovina Souza e tantas outras, os desafios impostos pelo mercado literário e sua cadeia livreira, seja da escrita, revisão, da publicação, de lançamentos e distribuição, ainda hoje, entrecruzam com o racismo, criando muitos obstáculos a serem transpostos.

Este cenário de exclusão é presente no Brasil desde o processo de colonização no que a pesquisadora Fernanda Miranda (2019) elucida como sendo: “[...] sistematização de hierarquização racial estruturado desde os primórdios da nossa história” ao gerar, política e esteticamente, segundo ela: “[...] disputas que compõem o espaço em que a escrita circula” (MIRANDA, 2019, p. 17). Ou seja, historicamente o sistema racista brasileiro se manifesta de modo a legitimar privilégios de grupos sociais a partir da racialização dos sujeitos e engendra estruturas hierarquizantes, especialmente no campo da literatura.

O processo de hierarquização das produções literárias se dá, porque enquanto fruto sociocultural, a intitulada literatura brasileira se compõe a partir de uma representação do discurso hegemônico e do conseqüente apagamento de grupos raciais e étnicos silenciados. Tal silenciamento é perceptível, em especial no século XIX, quando o Brasil se retira do jugo de Portugal e reivindica para si uma identidade nacional, que é elaborada por autores, filhos das classes sociais mais elevadas e autorizados a escrever, ou melhor dizendo, homens, brancos e herdeiros das categoriais senhoriais brasileiras.

Por este motivo, o campo literário brasileiro é construído a partir de uma identidade nacional que estereotipa as identidades contrastivas⁵ as do opressor, desumanizando-as. É notável tal cenário, ao analisar que por um viés literário, a ideia

⁵ Termo cunhado pelo Prof. Dr. Kabengele Munanga que indica a construção de identidades política, racial e psicológica dos grupos subalternizados, em especial, os povos da diáspora africana e dos africanos em contraste com as identidades do colonizador europeu.

de que nação brasileira é baseada amplamente na relação entre o europeu e a estigmatização dos povos originários representados como primitivos, sem alma e bons selvagens. Enquanto por outro, elimina-se do contexto sócio-histórico o personagem negro, anulando, inclusive, as contribuições literárias e culturais dos autores descendentes da diáspora africana. Isto se dá porque, de acordo com Miranda (2019), a literatura brasileira negou (ou deslegitimou) a presença do negro e do indígena, impondo, principalmente, aos grupos descendentes de africanos, o discurso de inferioridade e desumanidade.

Por meio do rebaixamento moral e social, a citar as personagens Bertoleza e Rita Baiana, de *O cortiço* (AZEVEDO, 1890) e/ou pelo apagamento dos traços fenotípicos, com menção, a protagonista de *A Escrava Isaura* (GUIMARÃES, 1875), o indivíduo negro no século XIX é apagado da literatura e da identidade nacional. Este processo se dá de modo enfático também no que tange à produção de autoras (es) negras (os), invisibilizadas (os) historicamente ou colocadas (os) à parte pela crítica literária da época no intuito de servir ao projeto de silenciamento de vozes dissonantes, visando proteger o mito paternalista da classe senhorial a respeito da escravidão negra no Brasil.

A obliteração da autoria negra no contexto brasileiro, apesar da produção fecunda de autores como: Luiz Gama, Maria Firmina dos Reis, Auta de Souza, José do Patrocínio, dentre outras/os, tinha por fim escamotear as identidades culturais, as conjunturas e denúncias históricas, sociais, políticas e econômicas, não expondo as opressões, medos, angústias e violências vivenciadas pelos negros escravizados por quase 400 anos. As tentativas de aniquilamento da presença negra do século XIX possuía como intento a ocultação dos valores éticos, conhecimentos científicos, anseios, relações afetivas e familiares construídas pelos descendentes de africanos no Brasil.

Na literatura brasileira, favorecendo esse apagamento, foi estruturada a legitimidade do lugar de protagonismo da branquitude para forjar o arquétipo da bravura através do discurso hierarquizante de superioridade patriarcal e justificar os privilégios e dominação dos demais grupos étnicos e raciais, vinculados a brutalidade e primitivismo.

Tal estratagemas do colonizador é eficientemente utilizado ao longo dos séculos para camuflar a perversidade do domínio, da exploração da mão-de-obra escravizada (africana e indígena) e fundamentar o enriquecimento da classe senhorial a partir da utilização e mercantilização violenta e bárbara de pessoas às quais foram negadas a humanidade (MIRANDA, 2019). Menção tangível do aludido cenário é a identidade nacional estigmatizada e limitante criada a partir da relação entre povos europeus e as sociedades indígenas, como indica a estudiosa Ria Lemaire (1989) ao considerar o livro: *Iracema*, de José de Alencar (1865). Para a pesquisadora, os lugares dos homens e das mulheres são bem delimitados no romance e o apagamento étnico-cultural é o contraponto evidente das relações entre brancos e indígenas, sendo gradativa a jornada de ascensão social do “herói colonial branco” em contradição com o desfecho trágico e emudecido da mulher indígena. (LEMAIRE, 1989)

Dentro do discurso do romance apresenta-se a interpretação de Alencar a respeito dos valores, sentimentos e necessidades das classes mais ricas da época, ao promover a ascensão cultural dos personagens brancos e limitar a dos grupos nativos. Esta exaltação é salientada no desfecho do livro ao criar a ideia de salvação cristã imposta pelo europeu aos povos originários, ditos como “incultos e selvagens”. A fantasia de remição pela assimilação dos indígenas a uma fé católica forja um pressuposto de conversão sem resistência e ressalta a servidão ao homem branco colonizador, sendo a clara consolidação da disputa pelo poder no anulamento do outro.

Este breve parêntese é tão somente para ilustrar o tipo de mobilidade literária a que os autores do cânone brasileiro do século XIX, majoritariamente composto por senhores de escravizados, permitiam aos povos indígenas, enquanto aos africanos era relegado o total apagamento. O cenário idealizado fortaleceu a concepção paternalista, de repleta devoção das comunidades originárias ao colonizador, de subserviência do primeiro grupo social em relação ao segundo e o simbólico aniquilamento dos preceitos, aspectos linguísticos, epistemologias e tradições.

A trajetória funesta de *Iracema*, protagonista do romance homônimo de Alencar é prova cabal do retrato misógino e de não-existência da mulher indígena, como também, atesta a necessidade do colonizador de exterminar os rastros étnicos, culturais e físicos, ou seja, as identidades das populações. Enquanto Martin, ascende

como o homem branco, salvador e moralmente digno, Iracema é o retrato do que deve ser apagado, silenciado. E ainda assim, nada se compara com o total emudecimento quando se trata da presença do personagem e da autoria negra na literatura brasileira. Compreender esta configuração ficcional é entender como é sutilmente engendrada a dominação pelo colonizador, a fim de legitimar as necessidades de uma narrativa dita nacional e camuflar os benefícios e opressões criados por um determinado grupo social. Ou como elucida Lemaire (1989):

Ora, essa política racial e sexual é o que por trás, das divergências políticas, une toda a elite branca do Brasil. Baseia-se no medo que essa elite minoritária sente perante uma população de cor, cujo o crescimento constante constitui uma ameaça cada vez mais pungente. (LEMAIRE, 1989, p. 278)

A pesquisa de Lemaire (1989) expõe de modo contundente como a construção da identidade miscigenada é fundante no mito da brasilidade de Alencar e serve a uma minoritária classe elitizada e branca que deseja apagar das origens do povo brasileiro os grupos sociais marginalizados (com base nos quesitos: gênero, raça e etnia) e as respectivas contribuições dos mesmos. Contudo, a estudiosa vai além, ao apontar para a análise não somente do autor, como também de todo um pensamento e movimento literário do período, que se apoia na teoria do embranquecimento para atender a minoria populacional dissimulada e travestida da falsa preocupação com a identidade nacional.

A pesquisadora afiança que no âmago da elite branca o real temor se dá pelo receio de uma revolução organizada pelos indivíduos de cor (entendidos no contexto, como negros), o que “justificaria” posteriormente no romance brasileiro, a criação de estereótipos⁶, o apagamento da negritude e o embranquecimento do personagem do texto ficcional. Por este motivo, Miranda (2019) expõe a necessidade de uma literatura de fato representativa, ou melhor, na qual os personagens descendentes da diáspora africana não sejam apagados e o protagonismo de autoria negra seja exaltado. A autora salienta ainda que a construção do personagem negro na literatura brasileira é uma forma de romper com estruturas racistas desumanizantes e violentas, criadas com o intuito de manter as opressões instituídas:

Dizer-se negro no texto literário permanece sendo um ato transgressor na contemporaneidade, porque a razão eurocêntrica segue sustentando

⁶ Para fins de compreensão desse termo no presente estudo, quando a palavra estereótipo se apresentar, sua referência será para identificar os estigmas negativos construídos sobre as populações afro-diaspóricas e indígenas na produção literária brasileira.

invisibilidades através dos tempos, porque a negação do negro continua compondo as políticas governamentais e as micropolíticas cotidianas, e porque o racismo permanece construindo fraturas subjetivas e pautando mortes físicas e mortes mentais – aquilo que Abdias do Nascimento chamou *mentecídio* (NASCIMENTO, 1980) e Sueli Carneiro formulou como *epistemicídio* (CARNEIRO, 2005). (MIRANDA, 2019, p. 20 -21)

Desta forma, é evidente tanto o apagamento do personagem negro na literatura brasileira, quanto a exclusão da ficção negra do disputado cânone literário, afinal, esta posição é fundamentada “espontaneamente”, pela ótica racista, como pertinente aos autores brancos elitistas. A percepção é fortemente pontuada por Domício Proença Filho ao pesquisar *A trajetória do negro na literatura brasileira* (2004) e afiançar tal restrição literária atrelada aos descendentes de africanos, tanto na construção do romance brasileiro no processo de estereotipação do personagem (limitado aos arquétipos de negro vítima, infantilizado, coisificado, animalizado etc.), quanto na tentativa de embranquecimento/deslegitimação de autoras/es negras/os, na extinção dos traços fenotípicos e das vozes de escritoras/es afrodescendentes pela crítica literária.

Para fins comparativos e associação do tipo de silenciamento ao qual foram submetidas/os as/os escritoras/es negras/os, mune-se do histórico de enfrentamento e perseguição vivenciados pelas/os autoras/es brasileiras/os identificadas/os como subversivas/os pela Censura da época durante o período ditatorial (1964-1985).

A partir da pesquisa sobre a “cultura amordaçada e os tempos ditatoriais”, de Maria Luiza Carneiro (2007), nota-se quão próximo ao projeto de censura, em que todos os conteúdos literários identificados como subversivos foram destruídos pelo Governo brasileiro, está o aniquilamento literário dos personagens afrodescendentes e da autoria negra, colocados no limbo de inferiorização e negação.

Nos regimes ditatoriais que ocorreram de forma reiterada, as/os autoras/es tinham livros apreendidos, os donos de livrarias eram perseguidos e seus patrimônios queimados, a fim de extinguir a circulação e propagação das produções insurgentes. Na atualidade, a sofisticada manipulação narcísica atende uma literatura nacional em que: “A personagem do romance brasileiro contemporâneo é branca” (DALCASTAGNÉ, 2011, p. 313). E, além disso, as grandes editoras ainda camuflam seus preconceitos raciais na relutância para publicar escritoras/es negras/os,

cometem abominações históricas ao reproduzir livre e impunemente o racismo, negando as existências das populações da diáspora africana em suas literaturas.

No racismo editorial brasileiro, tampouco as crianças⁷ são poupadas de terem suas vivências e identidades rasuradas. Este espelho quebrado é refletido na pesquisa de Regina Dalcastagné (2011) a respeito da literatura contemporânea e a publicação de obras literárias a partir das décadas de 1965 e 1979 e de 1990 e 2004. Na investigação, Dalcastagné identifica que o *corpus* de escritoras/es publicadas/os por cinco grandes e prestigiadas editoras brasileiras (durante os recortes temporais selecionados) é majoritariamente branco, em uma total coesão (proteção/manutenção dos privilégios) entre homens e mulheres:

Foram publicados 80 diferentes escritores no primeiro período e 165 no segundo – em sua grande maioria, homens, sendo que as mulheres não alcançaram um quarto do total. Mas a homogeneidade racial é ainda mais gritante: no segundo período, são brancos 93,9% dos autores e autoras estudados (3,6% não tiveram a cor identificada e os “não brancos”, como categoria coletiva, ficaram em meros 2,4%). Para o primeiro período, foram 93% de brancos e 7% sem cor identificada. (DALCASTAGNÉ, 2011, p. 312)

Outra nuance que reforça o quadro debatido é a de Proença Filho (2004) ao citar a frequente ação das/dos autoras/es negras/os que, como estratégia de resposta ativa da identificação étnica e racial e como modo de enfrentamento ao racismo editorial, além de todas as barreiras impostas pela crítica literária excludente, é a de aquilombamento em coletivos literários e/ou promovem investimentos consideráveis para autopublicação:

Os outros autores assumidos embarcaram, na sua maioria, nas naves da chamada poesia marginal ou independente. São, com raras exceções, produtores dos próprios livros. Os propósitos de afirmação étnica e de identidade cultural, o espírito de grupo, aliados às dificuldades mercadológicas que enfrentaram e enfrentam, levaram-nos a integrar grupos e movimentos, entre eles o grupo Quilombhoje, de São Paulo, criado em 1980, responsável pela publicação dos *Cadernos negros*, periódicos divulgadores com vários números em circulação³⁴, o grupo Negrícia, Poesia e Arte do Crioulo, lançado no Rio de Janeiro, em 1982, e o grupo Gens (Grupo de Escritores Negros de Salvador), que data de 1985. (PROENÇA FILHO, 2004, p. 178)

⁷ Menciona-se o caso do livro infantil publicado pelo selo da Editora Companhia das Letrinhas: *Abecê da Liberdade – A história de Luiz Gama o menino que quebrou correntes com palavras* (2021), de autoria de José Roberto Torero e Marcus Aurelius Pimenta, com ilustrações de Edu Oliveira. O livro indicado para crianças é uma biografia do jurista baiano Luiz Gama e sofreu acusações e duras críticas nas redes sociais por trazer textos e ilustrações em que reproduz a romantização do processo de escravidão apresentando inclusive crianças escravizadas brincando e pulando corda (com suas correntes) no convés do Navio Negreiro. Logo após críticas e boicotes, a editora se defendeu pedindo desculpas aos ofendidos e indicando não saber do conteúdo reproduzido na obra (anteriormente não revisada, segundo eles), retirando em seguida o livro das livrarias.

No entanto, ao vislumbrar o apagamento da autoria negra no contexto editorial das grandes organizações e as fortes tentativas de aniquilamento da arte literária negra, observa-se como estes se assemelham às violências ocasionadas nos regimes ditatoriais, uma vez que, em ambos os sistemas, a opressão se coloca como modo de camuflar os privilégios de quem oprime e a contenda pelos espaços de fala e poder para os oprimidos:

E uma vez que a opressão é tanto material quanto simbólica, podemos percebê-la também na própria literatura, uma forma socialmente valorizada de discurso que elege quais grupos são dignos de praticá-la ou de se tornar seu objeto. (DALCASTAGNÉ, 2011, p. 310)

Como apresentado por Maria Luiza Carneiro (2007), enquanto o mal fadado perigo eminente do qual a população brasileira foi protegida estava relacionado de fato ao receio dos Governos Ditatoriais ao serem confrontados por uma resistência política, contundente e organizada, o sistema racista, em correlação, teme a força e o potencial da produção literária negra e deslegitima historicamente as/os autoras/es negras/os para autopreservar-se. A tentativa de supressão do negro na literatura ainda ocorre na similar, silenciosa e não declarada exclusão literária, já então experienciada por escritoras/es brasileiras/os nos períodos ditatoriais brasileiros.

Desde a figura de Maria Firmina dos Reis, primeira romancista brasileira, nordestina e negra, “[...] apagada por mais de meio século” (MIRANDA, 2019, p. 25), até os questionamentos sobre a estética do *pretuguês*⁸ como o de Carolina Maria de Jesus, autora favelizada e com obras traduzidas em mais de 15 línguas, a literatura brasileira fomenta formas de restringir vozes, ressonâncias das *escrevivências*⁹ e das produções da negritude. Este apagamento autoral e literário serve como forma de manutenção dos privilégios de uma minoria social opressora e cínica que segrega a literatura e a divide entre “melhor ou inferior”, sussurrando o desejo real: o de nutrir toda a estrutura de anulação das pluralidades raciais e manter seu status social intocável.

⁸ Termo cunhado por Lélia Gonzalez que significa marcas das africanidades na Língua Portuguesa falada no Brasil.

⁹ Termo cunhado pela Profa. Dra. Conceição Evaristo que faz referência as epistemologias, memórias coletivas, experiências individuais, emoções, sensações, valores políticos, sociais e religiosos, transcritos e ressignificados na produção de autoria negra.

A ausência do negro (na produção e como personagem) se dá desde as barreiras impostas à literatura de autoria negra até o questionamento do conceito negro-brasileira (alguns críticos reivindicam a concepção de uma literatura universal ou afrodescendente) somada aos reforços para colocar no pedestal os intitulados “grandes autores”, geralmente, homens, ricos, brancos, cisgênero e heterossexuais e permanecer com o isolamento dos demais grupos raciais, étnicos e sociais.

Todavia, se por um lado há o estático cânone brancocêntrico, em outro horizonte observa-se a crescente demanda de leitoras/es sedentas/os por textualidades representativas, por novas possibilidades literárias, pela produção cultural das pluralidades e pela concretização de narrativas da diversidade. Tais aspectos são relevantes e imprescindíveis, pois se relacionam com o sentimento de pertença e significação criados na relação da/o leitora/or com o escrito, dentro do que Zilberman (2008) afirma ser a estética da recepção:

A Estética da Recepção assume a perspectiva do leitor, portanto, conforme sua denominação sugere, ao considerar que é ele quem garante a historicidade das obras literárias. Em decorrência do fato de o leitor não deixar de consumir criações artísticas de outros períodos, essas se atualizam permanentemente. Conforme Jauss anota, uma obra “só se converte em acontecimento literário para seu leitor”; portanto, é esse sujeito que afiança a vitalidade e continuidade do processo literário. (ZILBERMAN, 2008, p. 92)

Ou seja, o fulgor e o significado das obras literárias perpassam a interpretação e a impressão daquela/e que a consome. No caso da literatura negro-brasileira, que fura a bolha de invisibilização editorial e alcança a/o leitora/or comumente negra/o, vai além, visto que possibilita a criação dialógica e afetiva entre o texto literário e quem o lê, ao apresentar experiências relativamente significativas e representatividade de uma existência plural e duramente suprimida da história oficial do Brasil, primeiramente pela escravidão e, em seguida, pelo racismo. Ou quiçá, inaugura o olhar da figura autoral, ao naturalizar o lugar icônico da/o escritora/or para o indivíduo de descendência africana.

Obviamente, a presença do negro e da autoria negra não significam a ruptura com o racismo e, nem tão pouco, uma mudança agressiva de representatividade, contudo, possibilita o questionamento e combate ao status fixo em que a literatura brasileira mantém determinados coletivos de sujeitos em detrimento de outros, afinal, os indivíduos negros e negras consomem e produzem literatura.

Outros destaques são a estética textual, a condução narrativa, os temas, a construção dos arquétipos dos personagens e a presença dessa autoria que geram em cada leitora/or ligação com o texto narrativo indicando que os indivíduos negros estão em todos os espaços e suas vivências e experiências social, racial, profissional, cultural, amorosa, religiosa e política não devem ser silenciadas e muito menos estigmatizadas.

E nesta encruzilhada entre a literatura e a/o leitora/or encontra-se a escrita periférica, majoritariamente composta por autoras/es negras/os oriundas/os de regiões marginalizadas do Brasil e enfatizada por Heloísa Buarque de Hollanda (2016), como uma literatura que faz surgir à união entre leitora/or e escritora/or, porque tal profissional compartilha das mesmas questões que sua comunidade. A pesquisadora em diálogo, salienta a raiz da literatura periférica ao exaltar o papel político e cidadão da/o escritora/or na luta pelos direitos dos marginalizados, evidenciados no sentido social do termo marginal, ou seja, aquele que se encontra em espaços à margem, de desprestígio, fora dos espaços de poder, sociocultural e politicamente, e a autoidentificação dela/e ao afirmar-se positivamente como parte da sociedade marginalizada.

O lugar de reconhecimento da própria marginalidade reconstrói espaços importantes de poder, pois nas margens as/os escritoras/es fundamentam a representatividade e estabelecem a precisa força estética e política para refletir e buscar estratégias de conscientização às populações marginalizadas a respeito do poder de quem manipula, o modo de denunciar tal prática e ressaltar as próprias experiências. Isso é possível pelo ponto de vista de Hollanda porque “A palavra é compreendida como gerador de poder.” (2016, p. 107)

A partir disso, pensar a historicidade da autoria de mulheres negras é assertivamente necessário para entender que a produção literária delas é também uma escrita marginal por se insurgir nas margens da sociedade colonial, patriarcal e brancocêntrica e, ainda, possuir raízes de cunho identitário, transgressor, de resistência, de autorização e de infinita relevância das tessituras discursivas enquanto corpos autorais contestadores, ou melhor, dizendo:

O corpo de romance de autoras negras no Brasil constitui a/constitui-se na literatura brasileira moderna e contemporânea. Embora prescindida dela, porque a transcende e questiona seus pressupostos formativos, inscrevendo

em seu território uma gama de problemáticas, em razão da potência que possui em acender fagulhas nos falsos consensos que historicamente foram sendo inscritos no arquivo discursivo nacional – por exemplo, diante das linhas de força do imaginário brasileiro que evoca a harmonia entre as raças, ou, diante do falso antagonismo entre escravidão e modernidade. (MIRANDA, 2019, p. 46)

Ou melhor, a escrita de mulheres negras consequentemente rompe com a dissimulação do mito da democracia racial, com a ideia de paternalismo do colonizador branco, com a construção da universalidade da literatura brasileira e, principalmente, com o apagamento histórico da negritude nos romances nacionais.

A autoria de escritoras negras, atravessadas interseccionalmente pelo racismo e pelo sexismo, enviesa-se e coloca-se no espaço da literatura brasileira, reivindicando suas identidades enquanto potência estética, poética e expressão de revoluções. Tal escrita, salienta nas narrativas negadas e apagadas da negritude dentro da historiografia brasileira, a força e a revolução de *escrevivências* múltiplas, como modo de ressaltar a importância da mobilização autoral negra:

O conceito de *escrevivência* dispõe de um pensamento sobre a potência gerada na inscrição da mulher negra na autoria da ficção, produzindo narrativas que buscam fazer elos de ligação numa história fragmentada e transatlântica, como disse Beatriz Nascimento em seu *Orí*¹⁰. Elos que podem criar discursividades variadas de sujeitos negros vivendo diferentes experiências nacionais. Em si mesma, a *escrevivência* pressupõe um aporte conceitual interno forjado numa sensibilidade cultural, estética e histórica que não se limita à fronteira e à língua nacional, mas que é supra e transnacional. (MIRANDA, 2019, p. 274)

É o fio da palavra condutor das escritas e de novos pilares da diversidade de uma literatura na qual a autoria e os personagens negros possam ter identidades respeitadas e suas vivências valorizadas. Assim, a produção literária negra feminina é o contraponto dos estigmas e do legado do escravismo brasileiro, ou parafraseando bell hooks (2019), é diante das opressões entender a mobilização que representa uma mulher negra *erguer a voz* perante o emudecimento:

Para nós, a fala verdadeira não é somente uma expressão de poder criativo; é um ato de resistência, um gesto político que desafia políticas de dominação que nos conservam anônimos e mudos. Sendo assim, é um ato de coragem - e, como tal, representa uma ameaça. Para aqueles que exercem o poder opressivo, aquilo que é ameaçador deve ser necessariamente apagado, aniquilado e silenciado. (HOOKS, 2019, p. 36-37)

¹⁰ Grifo da autora.

A escrita de mulheres negras é assim transcendental e perpassa a barreira que a restringe ao corpo hipersexualizado, vitimizado pelos constantes abusos psicológicos, emocionais e sexuais, pois o levante feminino rasura a lógica do sistema patriarcal, racista e sexista no pós-escravidão. É, sobretudo, compreender o que diz a ativista e filósofa afro-americana Angela Davis: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela.”¹¹ (DAVIS, 2017, s/n)

A produção autoral da literatura negro-brasileira feminina é a insurreição, a força, a potência em forma de autorização, não somente das mulheres, como também de toda uma sociedade marginalizada ao longo da historiografia brasileira. E na subseção a seguir, abordar-se-ão as produções das escritoras negras Maria Firmina dos Reis (século XIX), Carolina Maria de Jesus (século XX) e Geni Guimarães (século XXI) para identificar como da ascensão ao silenciamento estas autoras semearam/semeiam uma terra fértil para outras tantas resplandecerem e os caminhos que seus pés pisaram dentro da produção autoral no Brasil.

2.1. SEMENTES NÃO MORREM, GERMINAM: MARIA FIRMINA DOS REIS, CAROLINA DE JESUS E GENI GUIMARÃES – VOZES INSUBORDINADAS DA LITERATURA NEGRO-BRASILEIRA

Pensar quais temáticas e pessoas autorizadas a escrever e, sobretudo, publicar no Brasil dos séculos XIX ao XXI é o cerne para entender os percursos e barreiras da autoria das mulheres negras na literatura dita brasileira. Isto se dá ao considerar que, historicamente, a população negra é limada do processo de autorização da escrita, como já mencionado anteriormente, devido a alguns fatores que iniciam no processo de escravização negra. O primeiro fator contribuinte para não inserção de negros no âmbito literário é a barreira da língua e a imposição do uso do

¹¹ Citação retirada da entrevista da ativista Angela Davis cedida a jornalista Alê Alves, com o título: Angela Davis: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela” matéria vinculada ao *Jornal on-line El País*, em 27 de Jul 2017.

Português como língua oficial, desqualificando os troncos linguísticos e as línguas faladas pelas distintas etnias e diferentes sujeitos.

Já o segundo ponto a ser observado é o não acesso das/os filhas/os dos escravizados ao sistema de escolarização formal¹², o que conseqüentemente contribuiu para o elevado percentual de analfabetos e para a ideia de alheamento da escrita, enquanto fazer artístico. No entanto, apesar das barreiras criadas pelo colonizador, os autores e, especialmente, as autoras negras escreveram e publicaram seus livros ao longo do século XIX, mesmo antes da abolição da escravatura no Brasil, apesar de toda a resistência e desestímulo vivenciados. Mesmo com o lugar excludente gerado pela literatura brasileira a partir da construção de um cânone literário composto basicamente por homens, brancos e da classe senhorial que definem as identidades do outro, nota-se o quanto a escrita se torna fundamental e urgente para os coletivos excluídos reivindicarem espaços de escuta para suas vozes dissidentes serem ouvidas e seus discursos respeitados, indo além da realidade traumática da escravidão.

Além disso, escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se a/o escritora/escritor “validada/o” e “legitimada/o e, ao reivindicar a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada. (KILOMBA, 2019, p. 28)

Nesta conjuntura, a literatura brasileira historicamente utilizada como campo de mudez ou como discurso do opressor ao nomear aquele que para si, é o diferente, tal qual a simbólica máscara de flandres, visa reencenar o silenciamento dos descendentes de africanos na contemporaneidade. Toda esta estrutura do silenciar é o componente das trincheiras nas quais a autoria negro-brasileira feminina se encontra, é o contradito, o negado e a ruptura gradativa com o condicionamento de

¹²Ao falar do papel da escola e da relação com o indivíduo negro a de se recordar da sumária rejeição/proibição de acesso dos negros a estes espaços pelo Império brasileiro, comprovando que a proibição das crianças escravizadas ao direito do ensino formal demonstra o quanto negar a escolarização, mas, precisamente negar o acesso a ler e escrever era parte do hediondo projeto de manutenção dos privilégios da sociedade escravista da época. Além disso, permitir que o cativo se alfabetizasse, para as classes senhoriais, era possibilitar que este desenvolvesse criticidade e reconhecesse a exploração e desumanização vivenciadas, para forjar mecanismos de contestação do sistema de opressão. No entanto, os negros escravizados africanos e brasileiros, como estratégia estoica de superação do sistema escravista, se aquilombaram em organizações políticas e educacionais clandestinas para alfabetizar-se e muitos forjaram cartas de alforrias para si e seus familiares, ludibriando a lógica cartesiana colonial e tomando de volta o que deveria pertencê-los naturalmente: a liberdade (ALBURQUERQUE, 2009).

legado da escravidão. É o falar por si, autorregular-se e não ser colocado no lugar de *Outridade*. (KILOMBA, 2019)

As mulheres negras, amordaçadas no lugar estático de meras escravizadas, inumanas, objetos de exploração sexual ou mães pretas dos filhos das sinhas, reconstruíram ao longo dos séculos sua altivez e ressignificaram o silenciamento em tecidos poéticos e com uma estética aguerrida e melindrosa. A autoria negro-brasileira feminina desafia as críticas perniciosas e de reprovação de uma literatura que se quer universal, reconstrói o lugar de não mobilidade dos grupos racialmente inferiorizados e foge do perfil de subserviência, retratada na historiografia literária do século XIX. A afirmação é acrescida pela contribuição da doutora Ana Rita Santiago, no livro: *Vozes Literárias de Escritoras Negras* (2012) ao ressaltar:

Da história da LN elabora-se, paulatinamente, outro projeto literário, que é a Literatura Afrofeminina, no qual mulheres negras autoras inventam uma escrita de si e de nós, em que também aparecem dilemas, realidades e imaginários concernentes aos seus mundos, sonhos, histórias, interesses, desejos e sentimentos. Sua pretensão é colaborar com a rescisão do passado de representações figuradas pela depreciação de atributos étnico-raciais e de gênero, em um tom denunciativo e de dessilenciamento de vozes literárias negras femininas, [...] Objetiva-se elaborar outros discursos em que elas possam fiar e ficcionalizar mazelas advindas de práticas racistas e sexistas, mas também, em tom de lirismo, tecer versos e prosas que reelaborem suas identidades, entoarem seus amores, dissabores, dores, histórias, resistências e ancestralidades. (SANTIAGO, 2012, p. 148)

Como apontado por Santiago a escrita de mulheres negras destaca temáticas que versam a respeito das angústias, alegrias, prazeres e tristezas, como também, sobre a estética do corpo negro, as afetividades, o genocídio do coletivo na realidade racista, sobre os espaços marginalizados, a identidade autoral, dentre outros, trazendo especificidades das populações negras de modo único e poético. Como considera a pesquisadora:

A escrita, desse modo, desponta como uma ação transgressora, em que se anulam possíveis significados estigmatizantes e se insinuam outras possibilidades de leituras de significantes, do construir-se mulher, do vivido e do porvir, [...]. (SANTIAGO, 2012, p. 156- 157)

Atribuída a escrita como prática de rotura dos estigmas de todo um coletivo social e legitimidade de experiências de *dororidade*¹³ e de afetos, a autoria de escritoras negras emerge como o irromper da máscara de flandres e com a disruptiva

¹³ Termo cunhado por Vilma Piedade (2017) que significa as experiências de solidariedade das mulheres negras atravessadas interseccionalmente pelo racismo, classismo e sexismo.

das barreiras para as vozes dissonantes ecoarem. No cenário literário brasileiro, a primeira ruptura afro-feminina ocorre em 1859, com o primeiro romance, o livro: *Úrsula, romance original brasileiro, por uma maranhense*, da autora Maria Firmina dos Reis (1822 -1917) que, de modo inédito, torna-se a primeira romancista brasileira, entre homens e mulheres.

Filha ilegítima, Maria Firmina dos Reis, a pioneira, foi registrada civilmente por João Pedro Estevão (ou Esteves) e era filha da ex-escravizada Leonor Felippa, que morreu quando Firmina tinha apenas cinco anos, o que a fez ser criada por um coletivo de mulheres, a avó materna, a irmã e a prima. A ausência paterna e o falecimento materno permitiram que durante boa parte da infância, adolescência e juventude, a autora vivesse rodeada por mulheres da família. Não se casando, adotou onze filhos e viveu até os noventa e cinco anos de idade.

Tendo morado toda a vida no Maranhão, a autora foi a primeira professora primária concursada como Mestra Régia do estado, sendo responsável, após a aposentadoria, pela criação da primeira escola mista para crianças empobrecidas, onde meninas e meninos poderiam estudar juntos, demonstrando a importância que associava o ensino formal a mudança social. (LOBO, 2011)

Já no que se refere a vida como autora, Firmina foi a primeira romancista brasileira a publicar no Brasil e, apesar de todas as tentativas da crítica literária de descredibilizar tal feito¹⁴, ela figurou não somente com o primeiro romance brasileiro de autoria feminina, como também, como a primeira escritora a escrever um romance abolicionista (MIRANDA, 2019), muito anterior ao livro de Bernardo Guimarães, *A escrava Isaura* (1875).

A escritora maranhense esteve no bojo da autoria negro-brasileira do século XIX, compondo com nomes célebres como os de Machado de Assis e Luiz Gama, a seleção de literatos negros publicados. No entanto, diferentemente dos seus contemporâneos, ela não alçou o mesmo estrelato ao longo do tempo. Apesar da imensa e notável produção de contos, romances, poemas e textos jornalísticos, a autora foi silenciada pela crítica, esquecida pelos estudos literários durante mais de

¹⁴ Segundo, Miranda (2019) a historiografia literária da época buscou credibilizar duas autoras brancas como as primeiras romancistas brasileiras e as pesquisas apontaram que ambas não possuíam em suas produções características que fossem compatíveis com a escola literária do Romantismo.

um século e seu romance inaugural foi ignorado até ser republicado no ano de 1975, século XX. (MIRANDA, 2019)

Tal ostracismo pode ser compreendido pelo fato de ser ela uma mulher negra que ousou escrever em um período no qual a escravidão era uma realidade, e sua escrita visibilizou e humanizou os negros escravizados, até então descritos no romance brasileiro de modo estereotipado. Da mesma forma, foi pioneira em todas as vertentes e inaugurou a autoria literária feminina no Brasil, passando a ser fruto de represálias, pois para aquela época colonial era um tabu uma mulher negra, solteira e nordestina ser a face da autoria feminina brasileira.

Atravessada por múltiplos preconceitos de gênero, origem, classe e raça, durante muitos anos, Firmina foi arduamente limada pela crítica e pelos estudos literários brasileiros que direcionaram o pioneirismo dela a autoras brancas das classes burguesas (com publicações outras e cronologicamente posteriores), pois o vislumbre de Maria Firmina dos Reis ao lugar de ascensão como precursora da escrita de mulheres sempre foi entendido com um ato vexatório e perigoso. Era o sorriso negro de boca aberta por entre as grades da máscara de flandres, o escancarar dos risos vindos dos quilombos na cara da branquitude, Maria, tão emblemática, de tez escura semeava o solo e fertilizava a terra para as próximas irmãs passarem.

Já o romance *Úrsula* (1859), o primeiro de autoria feminina, jamais será apagado. A obra estruturada, assim como as demais deste segmento literário, traz elementos da moralidade cristã, da fragilidade do amor impossível entre os protagonistas Úrsula e Tancredo e da conseqüente tragédia que permeia o casal. Todavia, o livro difere de outros, por visibilizar e dar voz aos personagens escravizados ao apresentar a humanidade e o contraste da vida antes e após a escravidão. Romance de fundação ambientado no contexto brasileiro e em conjuntura histórica e política anterior a abolição da escravatura, apresenta em seu enredo, de forma inaugural, os sujeitos escravizados: Mãe Susana, senhora africana e o filho afetivo, Túlio, jovem negro e brasileiro.

Os personagens, Túlio e Mãe Susana são representados na narrativa ficcional a partir de uma perspectiva humanizada e afetiva, infimamente explorada nas produções literárias da época evidenciando conflitos raciais e denúncias sobre as experiências e cicatrizes oriundas do cativo (MIRANDA, 2019):

O romance é estruturado em dois eixos narrativos. O eixo central é articulado dentro do perfil caracteristicamente romântico – descrições emocionadas da natureza, silhuetas góticas, sistema de amor irrealizável, moralidade e ética cristã – e se desenvolve por meio do casal Úrsula e Tancredo e dos obstáculos que perpassam o roteiro trágico de impedimento do amor. Mas, é no segundo eixo narrativo que está o que o texto contém de potência, singularidade e dissolução. Trata-se da narrativa de Túlio e Susana, duas personagens negras cujas vozes anunciam realidades não pronunciadas em texto nacional até então, formalizando discursivamente uma experiência histórica que amplia o imaginário ativo no tempo, e depois. (MIRANDA, 2019, p. 92)

Deste modo, Mãe Susana e o jovem Túlio são tecidos baseados em um olhar contestador do sistema escravista e constroem identidades étnico-raciais bem desenvolvidas em contraponto à teoria eugenista propagada na maior parte dos romances brasileiros, nos quais as narrativas camuflavam a opressão e a sordidez da Casa Grande e da Igreja contra negros escravizados.

Os personagens Túlio e Mãe Susana surgem da margem, como afirma Miranda (2019) e produzem uma experiência única e de uma grandeza ficcional inaugural, por trazer em seus corpos e existências as marcas negróides que “maculavam” o purismo desejado pelas classes senhoriais (apesar dos estupros cometidos contra mulheres negras e o conseqüente nascimento de filhos ilegítimos). Firmina ao construir os diálogos entre Túlio, Mãe Susana e os demais personagens rompe com as concepções de conformismo e subserviência quase doentias, empregadas por autores brancos ao retratar indivíduos escravizados. A representação se evidencia na descrição da profunda insatisfação e pesar do jovem Túlio apresentado na cena abaixo:

O homem que assim falava era um pobre rapaz, que ao muito parecia contar vinte e cinco anos, e que ria franca expressão de sua fisionomia: deixava adivinhar toda a nobreza de um coração bem formado. O sangue africano fervia-lhe nas veias; o mísero ligava-se à odiosa cadeia da escravidão; e embalde o sangue ardente que herdara de seus pais, e que o nosso clima e a servidão não puderam resfriar, embalde — dissemos — se revoltava, porque se lhe erguia como barreira o poder do forte contra o fraco. Ele entanto resignava-se; e se uma lágrima a desesperação lhe arrancava, escondia-a no fundo da sua miséria. Assim é que o triste escravo arrasta a vida de desgostos e de martírios, sem esperança e sem gozos! (FIRMINA, 2018, p. 27)

Já em posição dúbia está o romance de Bernardo Guimarães, *A escrava Isaura* (1875) que apesar do cunho abolicionista, demonstra evidentemente a repulsa aos traços fenotípicos dos descendentes de africanos ao embranquecer (enquanto projeto cultivado pelo Estado) a protagonista, Isaura; além de demonizar, animalizar e hipersexualizar Rosa, a mulher escravizada de traços negróides:

Com seus fenótipos afrodescendentes invisibilizados pelo seu branqueamento, não falta ao narrador entusiasmo para exaltar sua tez branca. Pouco se parece esteticamente com uma mulher negra, uma vez que tem traços físicos de uma mulher não negra, logo há de se ter uma oportunidade. Sua negritude em nada se assemelha com beleza, inocência e pureza pois os atributos são associados a sua euro-descendência paterna de quem herdou a nobreza. Já Rosa, por exemplo, outra africana escravizada do romance, tem aparência mais próxima de generalizações designadas aos africanos, e seus atributos são puramente sensuais, tais como das mulatas dos poemas de Gregório de Matos e Vidinha de Memórias de um Sargento de milícias. Ela é descrita com aspectos da mulatinha e caricatural; é pouco dócil; tem aparência máscula e pouca elegância feminina, ao contrário da fineza e formosura de Isaura. (SANTIAGO, 2012, p. 108)

O que é evidenciado pela pesquisadora Ana Rita Santiago (2012) é que a protagonista Isaura antagoniza diretamente com Rosa, sendo a primeira detentora de todo o afeto, respeito e beleza e a segunda cruel, promíscua e de beleza inferior. Além disso, comparando o romance de Firmina com o de Guimarães comprova-se a oposição da construção psicológica, moral e ética das escravizadas Susana (*Úrsula*) e Rosa (*A escrava Isaura*), enquanto a primeira é possuidora de pureza, generosidade e bondade, a segunda é odiosa, indigna de afeto e mau caráter.

O romance de Guimarães ainda retrocede historicamente ao não explorar no Brasil do século XIX as lutas abolicionistas que versam sobre negociações entre senhores e escravizados, fugas organizadas, revoluções, aquilombamentos e personalidades aguerridas em prol da abolição: intelectuais negros abastados, homens e mulheres libertos, organizações religiosas e cativos¹⁵. Esse retrocesso, convenientemente tramado, demonstra a conivência de Guimarães com os privilégios e violências cometidas por seus pares, e também justifica a ideia de limpeza racial do negro via mestiçagem inferiorizando os traços fenótipos dos africanos e o sofrimento do povo negro escravizado. É a perfeita construção do estigma do negro-vítima que para se redimir embranquece como se sua subserviência/prostração diante do cativo e o clareamento epidérmico funcionassem como argumentos para suavizar as marcas de sua negritude e criassem a aceitabilidade desejada pela classe senhorial. (PROENÇA FILHO, 2004)

No entanto, Firmina é um expoente não somente no romance *Úrsula* (1859), como ao representar a realidade dos negros escravizados, como por exemplo, no

¹⁵ Informações históricas obtidas nas pesquisas do Prof. Dr. João José Reis, no livro: *Rebelião Escrava no Brasil* (1986) e da Profa. Dra. Célia Maria Marinho de Azevedo, no livro: *Onda Negra e Medo Branco: O negro no imaginário das elites – Século XIX* (1987).

conto *A escrava* (1887), em que ela concede voz à emudecida e enlouquecida mãe Joana em referência a dramática saga da mãe negra devastada pelo roubo e comercialização de seus bebês. A composição cênica do conto comprova, para além da fuga alucinante, a amargura da mãe escravizada no martírio oriundo da separação abrupta de seus afetos e na resignação diante à procura pela prole comercializada pelos donos dela.

O enlouquecimento de Joana, “a escrava”, é justificado na humanização da genitora e na exposição da barbaridade cometida pelos senhores contra os cativos, ao se apossarem dos filhos e os separarem das mães. Nesse contexto, Firmina provoca a necessária denúncia e o protesto por uma maternidade plena construída para todas as mulheres ao enfatizar o amor entre mães e filhos, independentemente da cor de pele. Em sua escrita, a autora requer a desconstrução da ideologia da mulher negra enquanto mera reprodutora da mão-de-obra escrava, e visa dar voz a experiência da maternidade, contrariando o histórico vivenciado em distintas conjunturas, a mencionar o tratamento dispensado às mulheres escravizadas nos Estados Unidos:

A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar. (DAVIS, 2016, p 19)

A força autoral de Maria Firmina dos Reis promove no século XIX o primeiro rompimento com o silenciamento das mulheres negras, que através da escrita dela, começam cada vez mais a publicar e a questionar a representação do personagem negro escamoteado no pacto literário brancocêntrico. Por meio das obras de Maria Firmina dos Reis é que as famílias negras são visibilizadas pela primeira vez e mulheres negras escritoras são apresentadas a uma das suas maiores representantes no Brasil.

Além de Firmina, outra expoente é a “vedete da favela¹⁶”, Carolina Maria de Jesus, fenômeno literário que nasceu três anos antes do falecimento da escritora maranhense. Carolina de Jesus, escritora negra, mineira, nascida no dia 14 de março de 1914, na cidade de Sacramento, era caçula de três filhos de Dona Maria Carolina,

¹⁶ A autora ganhou esta alcunha por ter escrito um samba se autoidentificando como a vedeta da favela.

mais conhecida pelo apelido de Cota, apesar de ser a mais nova, era a única filha ilegítima, o que a levou a ter uma vida repleta de achincalhamentos de vizinhos e parentes por ser fruto de uma relação extraconjugal da mãe com o homem conhecido por João Cândido (FARIAS, 2017). Sempre astuta, a escritora ainda na tenra infância presenciou as desigualdades oriundas das relações entre brancos e negros, e entre homens e mulheres, por conta disso, com seu viés questionador, levantou perguntas a partir de sua análise de gênero e raça.

De olhar raro, desejou para si projetos pouco compreensíveis para os adultos ao redor, como por exemplo o de se tornar homem, o que ocultava no íntimo o temor de vivenciar o sofrimento das mulheres casadas e espancadas pelos maridos. Porém, é a partir do contato com os livros que a filha de Dona Cota se encanta pelo mundo das letras e encontra na literatura uma aliada na dura jornada de jovens negros e pobres nascidos pouco depois de abolida a escravidão.

Carolina de Jesus, conhecida pela revolução que empreendeu no campo literário e pela notória explosão de seu livro autobiográfico *Quarto de Despejo: diários de uma favelada* (1960) reforçou na tradição literária negro-brasileira a autorização do discurso e da visibilidade autoral das mulheres afro-diaspóricas. Na década de 1960, quando o livro foi publicado, a autora foi reconhecida internacionalmente e realizou palestras no Chile e na Argentina, trilhando caminhos jamais imaginados na Literatura Brasileira para homens e mulheres negros.

A autora que escreveu letras de sambas, romances, poemas, ensaios e empreendeu, era mãe solo e dona de uma escrita autêntica, com discursos ácidos sobre o sistema político brasileiro, a respeito das mazelas sociais, como a miséria e principalmente, a fome. Explanou sobre filosofia, religião e economia, sem deixar de salientar as trincheiras impostas pela experiência com o racismo e o sexismo. Carolina possuía em sua poética única e destemida, uma escrita mordaz e combativa de opressões, escancarando a total miséria na qual os favelados se encontravam e construindo de modo singular a imagem de uma mulher negra a ouvir valsas vienenses enquanto os gritos ao redor de sua casa-barracão retumbavam.

Entretanto, de acordo com o biógrafo Tom Farias (2017), esta mesma mulher foi dos holofotes ao consumo mercadológico como produto estranho. Carolina, atualmente Doutora *Honoris Causa* pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi descartada cerca de um ano e meio depois do estrelato. Falecida em 13

de fevereiro de 1977 na região de Parelheiros (SP), a autora que superou o escritor baiano Jorge Amado no ano de lançamento do livro *Quarto de Despejo* foi parcialmente esquecida no cenário literário brasileiro e muito dos escritos deixados por ela ainda são inéditos para o grande público.

Somente após o centenário da autora, no ano de 2014, Carolina retorna a cena literária, tornando-se foco de interesse da Editora Companhia das Letras (no ensejo de republicar as suas obras) e objeto de estudo de pesquisadoras/es desejosas/os por investigar a potência desta autora revolucionária¹⁷. Carolina de Jesus, uma das maiores escritoras do mundo, lida e estudada em universidades internacionais, com o seu *best-seller* autobiográfico traduzido para mais de 15 países, só muito recentemente foi redescoberta no Brasil e todo o legado literário foi então analisado e republicado, não se tratando o tempo longínquo de emudecimento autoral da “vedete da favela”.

Contudo, antes de deixar todo o país órfão de sua presença, Carolina sempre muito aguçada sobre temas caros à população negra no Brasil trouxe em sua obra debates importantes sobre racismo e sexismo. E apesar do livro autobiográfico mais conhecido ser *Quarto de Despejo: Diários de uma favelada* (1960), é no livro sobre as memórias da infância, lançado postumamente, *Diário de Bitita* (1986), onde traz considerações imprescindíveis para pensar infâncias, o legado da escravidão e as experiências das famílias negras no pós-abolição. Ao destacar no discurso ficcional o olhar da criança negra, a autora visibiliza os lugares ocupados pelo negro (personagem fictício e sujeito) a partir das análises das relações de poder estabelecidas no contexto de Sacramento (Minas Gerais), no período histórico do pós-escravidão e a supervisionada liberdade aos descendentes de africanos:

Os brancos, que eram os donos do Brasil, não defendiam os negros. Apenas sorriam achando graça de ver os negros correndo de um lado para outro. Procurando um refúgio, para não serem atingidos por uma bala.

[...] E os pretos sorriam dizendo.

- O Benedito virou lebre, quando viu os policiais. Quando os pretos falavam:
- Nós agora, estamos em liberdade – eu pensava: “Mas que liberdade é esta se eles têm que correr das autoridades como se fossem culpados de crimes?”

¹⁷ A alusão de Carolina Maria de Jesus a ideia de revolução literária é uma concepção teórica construída pela Festa Literária das Periferias - FLUP e ampliada no estudo de Ms. Neila Márcia Nunes da Silveira, na dissertação: *De Bitita à doutora: A revolução Carolina em dois tempos*, defendida no dia 27 de maio de 2022, sob orientação da Profa. Dra. Luciana Sacramento Moreno (PPGEL-UNEB).

Então o mundo já foi pior para os negros? Então o mundo é negro para o negro, e branco para o branco!” (JESUS, 1986, p. 56)

Esta sumária perseguição policial demonstra como o racismo se configurou como manifestação das tentativas de aniquilamento físico das pessoas negras e de que modo, em meio a política genocida, a polícia se consolidou como o novo capitão do mato a serviço da classe senhorial: a colonialidade. Para além disso, as tensões raciais também estão presentes nas configurações familiares, problematizadas ao longo do livro, diante a desigualdade racial das madrinhas de batismo de Carolina, personagem principal do livro e o mito da suposta mobilidade/passibilidade social das pessoas pretas e pardas em comparação com a vivência plena da branquitude:

A minha madrinha de batismo é quem me defendia. Ela era branca. Quando comprava um vestido para ela, comprava outro para mim. Penteava meus cabelos e beijava-me. Eu pensava que era importante porque a minha madrinha era branca [...]

[...] Pensei agora tenho que obedecer à minha madrinha rica que tem dez mil-réis. Fiquei pensando: “Tenho três madrinhas, qual é a melhor? Uma preta, uma mulata e a outra branca.” A branca era tão boazinha que eu a alcunhei de madrinha doce. A siá Maruca era preta. Mas era carinhosa, penteava e trançava os meus cabelos. A madrinha Matilde que me crismou era mulata. A madrinha Mariinha era a branca. (JESUS, 1986, p. 12-15)

O fragmento revela a relação de Carolina com as três madrinhas de crisma, o destaque fica na diferenciação/qualificação moral feita pela autora ao descrever as três: Siá Maruca, Mariinha e Matilde, sobressaindo, para tanto, às características físicas relacionadas a raça e a estratificação social.

Ao notar a distinção de tratamento entre a madrinha negra, siá Maruca; a mulata, Matilde, e a branca, Mariinha, percebe-se uma amostra da nobreza social e afetiva atrelada a raça, pois a brancura está fixada dentro da hierarquização racial ao status de bondade, generosidade e riqueza, independente das qualidades que de fato a pessoa possua, e a negritude, vinculada a tudo que é nefasto, animalizado e sujo. No caso, das madrinhas (branca, mulata e negra) não é diferente, tanto é assim que a ideia de adversidade incorporada pelo termo “mas” posterior a descrição racial no trecho: “A siá Maruca era preta. Mas era carinhosa” (JESUS, 1986, p. 15) confirma como ser negro em uma sociedade deformada pelo espelho do racismo é ser colocado no lugar de impossibilidade de afeto e/ou contradição, isto é, ser negro ou ser

amoroso, as duas coisas, concomitantemente, são inegociáveis. Além disso, o não registro da afetividade da madrinha mulata também revela o lugar da ausência/abandono afetivo.

A questão socioeconômica também é pontuada por Carolina ao reforçar a diferenciação entre Mariinha, branca e Maruca, negra ao indicar que enquanto a primeira tinha comida farta em casa e posses, a segunda, esposa do avô materno, era lavadeira, pobre e analfabeta, demonstrando como as relações entre brancos e negros estavam bem delimitadas no município de Sacramento (MG) e como para determinados grupos raciais a mobilidade social simplesmente não era possível.

No desenvolvimento da narrativa, a autora ainda aborda as questões de gênero ao indicar que Mariinha (mesmo desempregada) tinha posses escondidas do marido e o montante equivalia a um casarão luxuoso na cidade, muito distante da situação de Siá Maruca, que apesar de trabalhar incansavelmente, não possuía recursos financeiros para abastecer a casa com gêneros alimentícios e, por causa desses problemas econômicos, sofria sumários espancamentos de seu esposo.

Toda a composição textual é arrematada na indicação da madrinha branca como a mais querida pela menina Carolina, pois tendo comida regrada em casa e com a possibilidade de melhor se alimentar na casa da madrinha, desenvolveu por Mariinha um grande afeto, sentimento este conectado a boa alimentação e agrados recebidos. No desenrolar da narrativa, a escritora afirma ainda que a escolha das três madrinhas não foi aleatória, uma vez que, sendo mãe solo, Dona Cota, genitora de Carolina, acreditava que as madrinhas poderiam assumir a responsabilidade pela filha em sua ausência.

Outro realce é a importância que a autora se dava na infância pelo fato de ter uma madrinha branca, demonstrando pela determinação do outro, indivíduo branco, o autovalor percebido pela criança, como se o fato de ter uma madrinha de pele clara elevasse as qualidades e a autoestima da menina. Por este motivo, a força de Carolina é tão notável, pois transpondo a representação negra dentro da literatura rompe com a reprodução de discursos estigmatizados, visibilizando as realidades vivenciadas pelos negros empobrecidos (da infância à velhice), questiona ainda os atravessamentos e opressões geradoras de uma nova escravidão: a fome, além de contestar o mito de igualdade racial sobre a história oficial da afrodescendência no

Brasil. Carolina Maria de Jesus é ainda na atualidade uma revolução, e deixa para Geni Guimarães inspiração para pensar as famílias e as infâncias negras.

Neste hiato entre a morte de Maria Firmina dos Reis e exatamente trinta anos antes do falecimento de Carolina de Jesus, emerge ela, Geni Mariano Guimarães nascida no dia 08 de setembro de 1947, na Fazenda Vilas Boas (atual Santa Tereza), na zona rural do município de São Miguel, interior paulista. Geni, desde a infância, se mostrou afiada pela escrita e pela leitura, tendo produzido os primeiros poemas aos sete anos de idade.

Filha de Dona Sebastiana Rosa de Oliveira e Seu Benedito Mariano de Camargo, era a segunda mais nova de doze irmãos e sempre dedicada, mudou-se com a família para a fazenda Santana, em Barra Bonita (SP) para dar continuidade às aprendizagens. Tendo estudado em São Miguel da 1ª a 4ª séries (em uma escola mista) e permanecido da 5ª a 8ª séries (período, na época, indicado como Ginásio) no Colégio e Escola Normal Barra Bonita (CENE), na cidade onde reside até hoje. Na mesma instituição de ensino, em 1970, cursou ainda o Magistério, formando-se professora primária, e nos anos 1990, graduou-se em Letras pelo IMES (Faculdade de Letras de São Manuel). (VIEIRA DE LIMA; BANDEIRA DE MELO JÚNIOR, 2016).

Geni Guimarães já era poeta e ficcionista quando se tornou professora. Por ser apaixonada pela educação, atuou como mestra de crianças na região onde vive (Barra Bonita), tendo trabalhado por 28 anos na rede estadual de ensino em São Paulo. Como escritora e educadora dedicou parte do legado literário a escrever para as infâncias, sobre vivências com crianças, sendo sua obra literária composta por: *A dona das folhas* (1995), *O rádio de Gabriel* (1995) e *Aquilo que a mãe não quer* (1998). Porém, muito antes de publicar livros infantis, em 1979 lançou seu primeiro livro de poemas: *Terceiro Filho* (1979), intitulado com este nome por ter sido, segundo ela, gestado em seu íntimo, tal qual um bebê¹⁸. Em seguida vieram os títulos: *Da flor ao afeto, da pedra o protesto*, de 1981 e em 1988, *Leite do Peito*, a primeira autobiografia ficcionalizada.

¹⁸ O livro *Terceiro Filho* publicado em 1979 de maneira independente teve financiamento total de Geni e do esposo dela, Senhor Idelvaldo Guimarães, que decidiram vender o carro da família para pagar os custos da gráfica e de publicação.

Realizou muitas outras participações literárias, tendo publicado em periódicos e jornais do município de Barra Bonita e participado na década de 1980 do Movimento Negro, aproximando-se e atuando ativamente do grupo Quilombhoje, no qual criou laços de amizade com os fundadores Cuti e Oswaldo de Camargo (ROCHA, 2021). Neste período também publica e passa a compor antologias relevantes com foco nas questões étnico-raciais, tais como:

[...] publicou também na série Cadernos Negros 4 (1981) e em algumas antologias: Antologia contemporânea da poesia negra brasileira (1981); Antologia de poetas negros brasileiros (1986); O negro escrito: apontamentos sobre a presença do negro na literatura brasileira (1987); Poesia Negra (1988) e Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica. (2011). (VIEIRA DE LIMA; BANDEIRA DE MELO JÚNIOR, 2016, p. 72).

Sempre afiada pelas nuances da vida trouxe para o mundo em 1989 o livro *A cor da ternura* (1989) com o qual venceu o Prêmio Jabuti na categoria de Autor Revelação, e obteve menção especial da União Brasileira de Escritores, no Rio de Janeiro. Na citada obra, Geni representa as experiências da família e da comunidade dela no transcorrer de mais de dez anos. Contudo, em 2000, alçando novos voos, segue para interesses político-partidários e candidata-se ao cargo de vereadora no município de Barra Bonita (SP), sem, todavia, obter êxito. Já em 2001 seus dois livros, *Leite do Peito* e *A cor da ternura*, ambos memorialísticos e ficcionais, foram reunidos em uma edição especial pela Mazza Edições em uma obra com o nome *Leite do Peito* contendo doze contos e versando sobre temas, como infância negra, relações familiares, ensino formal, maternidade, paternidade e atravessamentos com o racismo.

Com uma produção literária diversa e rica em prosa e poesia, ao tratar com singularidade, delicadeza, pertença e uma poética refinada sobre temáticas árduas e laboriosas para as populações negras, a autora expõe imagens fortes com leveza, sem perder a essência afetiva necessária para debater os preconceitos, discriminações e desigualdades.

Geni, com sensibilidade tamanha, se coloca para discutir o próprio lugar de fala¹⁹ como criança, e pensa o silenciamento a qual o discurso patriarcal se impõe às

¹⁹ Perspectiva teórica difundida pela pesquisadora Djamila Ribeiro (2017), no qual os sujeitos, pela ótica do lugar social que ocupam, apresentam argumentos, posicionamentos políticos e engajamentos sobre determinados temas, propostas, situações etc.

mulheres, para legitimar a voz altiva da menina negra a partir dessa reflexão. Sempre atravessada pelo ambiente marginal no qual a infância negra e pobre está segregada diante um mundo branco, sexista e adultocêntrico, ela reage em prol das vivências de coletividades afrodescendentes desumanizadas. Entretanto, apesar da luta aguerrida e do posicionamento político no campo da literatura negro-brasileira feminina, assim como Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus, Geni Guimarães, a partir dos anos 2000, passa por um longo período de afastamento da cena literária brasileira, ao que a autora alude ter ocorrido pós-morte do esposo, o senhor Idelvaldo Guimarães, falecido em 2003, com quem teve dois filhos: Cristhian e Clesly.

O luto-banzo devido a perda do marido levou a autora a um profundo processo de depressão, no entanto, por esse mesmo motivo, seu legado foi silenciado, ignorado e suas produções apagadas dos estudos literários no Brasil. O ostracismo atribuído a Geni contribuiu em verdade para seu isolamento, ao contrário do que se possa alegar, pois não foi apenas a reclusão autoimposta que a manteve no intervalo de quase duas décadas fora da cena literária, e sim, o argumento que Dalcastagné (2011) já comprovou em suas pesquisas: o apagamento gradual e persistente da autoria negra na literatura contemporânea.

Esta circunstância merece uma reflexão crítica ao considerar que a (in)visibilidade da obra produzida por Geni, não necessariamente está relacionada com a introspecção dela, porque se assim fosse, no momento em que autores como Monteiro Lobato e Jorge Amado morreram, todo legado deixado por eles teria sido apagado juntamente com suas existências. Mas, isso não ocorreu, pois a branquitude, em seu pacto político, sociocultural e econômico não permitiu que expoentes como eles fossem relegados ao esquecimento.

O emudecimento de autoras negras na realidade racializada do Brasil é algo tão desejável que a evidência é o fato de Geni ter sido intencionalmente calada, tal qual Maria Firmina dos Reis, a pioneira do Romantismo e Carolina de Jesus, a autora do best-seller: *Quarto de Despejo* (1960), visto que, mesmo quando estão em plena atividade, as mulheres negras são limadas pelas críticas literárias e historiografia de suas épocas.

No entanto, mal sabia a colonialidade que elas eram sementes e semearam entre seus pares-irmãs desejos de ser escritora, uma vez que ao considerar a autoria das mulheres negras é preciso compreender a construção de outras possibilidades de existir, de anseios, desejos, medos e relações afetivas, profissionais e religiosas, validando não somente trajetórias das populações negras, como também, dando voz às falas silenciadas pelo discurso patriarcal colonizador, ou seja:

Trata-se de um corpo que (se) escreve em português, elaborando na ficção dizeres não pronunciados no texto nacional canônico, mas, por ter autoria de mulheres negras, é posto à margem da literatura brasileira – o que implica diretamente em sua circulação nas historiografias literárias, nas reedições, nos materiais didáticos, nas traduções, adaptações para outros suportes, nas resenhas, etc. (MIRANDA, 2019, p. 47)

Mesmo tendo suas escritas postas à margem e desqualificadas, como ocorrido no caso da recusa à escritora Conceição Evaristo pela Academia Brasileira de Letras e as críticas à estética da obra de Carolina de Jesus, em fase de relançamento pela Editora Companhia das Letras, o mais perverso ainda são as contínuas tentativas de apagamento que revelam a doença do racismo estrutural, institucional e editorial.

Ao unir nesta subseção as autoras Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus e Geni Guimarães demonstra-se que, mesmo em distintas épocas, cada uma salientou em suas escritas que deram visibilidade às famílias negras, a humanidade de indivíduos frutos da diáspora africana, as suas culturas e identidades. Cada autora revelou em seus textos não somente a doença racista, mas também as dores e o processo de cura, porque o racismo ataca diretamente as existências delas e os seus legados, visando o silenciamento. Porém, o brilhantismo e força de suas produções transpõem barreiras construídas, pois sementes quando enterradas não morrem, ou seja, as vozes das mulheres negras, ao reivindicar o lugar de fala de todo um coletivo, reverberam por séculos. Ou simplesmente, conforme Evaristo: “A gente combinamos de não morrer.” (EVARISTO, 2021, p. 99). Então germinaram.

Por este motivo - e para a felicidade de todas que conhecem ou conhecerão o legado de Geni Guimarães, a semente germinada de Maria Firmina e Carolina de Jesus, no auge dos 72 anos de idade, ressurgiu a cena literária com os seus novos

livros: *Poemas do Regresso* (2020) e *O Pênalti* (2019) ambos pela Editora Malê²⁰ (RJ). Além da reedição de parte de sua obra no binômio 2021-2022: *Balé das emoções* (2021) e *Terceiro Filho* (2022), pela mesma editora.

Desde sua reaparição, Geni vem recebendo homenagens e convites para participar de Feiras/Festas Literárias, encontros virtuais etc. pela imensa contribuição à literatura brasileira, tendo em 2020 sido homenageada na 15ª edição da Balada Literária e, em 2021, foi novamente celebrada, agora em conjunto com a escritora indígena Eliane Potiguara. Também em 2021, com o tema: “O lugar onde vivo” se tornou a homenageada da 7ª Edição das Olimpíadas de Língua Portuguesa (iniciativa entre o Itaú Social, MEC, Fundação Roberto Marinho e secretarias de educação) que salientou a biografia da autora e seus principais livros, em especial *A cor da ternura* (1989). (ANJOS, 2021)

Houve muitas outras homenagens, porém o tempo de ausência aos poucos vem sendo superado, por meio de uma voz saída do íntimo da menina negra, que atualmente conta com os seus 75 anos produzindo cada vez mais uma literatura amorosa e acolhedora para as/os leitoras/es de todas as idades. Dessa forma, Geni ressignifica a ideia da semente ao plantar nos espíritos dos desavisados a flor do afeto, sem deixar de afugentar os sonhos bonitos de cruéis corações: “Não perca tempo. / Não me procure para anular delitos, / que não posso nem quero / agasalhar memórias. / Não vou velar insônia de ninguém.” (GUIMARÃES, 2021, p. 65)

E com este Conselho se inicia o desassossego das almas e o aprofundamento sobre a poética e a estética na escrita *geniniana* a partir de um olhar de dentro, da menina negra que persiste na voz da mulher e da senhora Geni Guimarães. Geni, conforme salientou Domício Proença Filho (2004) ao falar da linguagem literária de autores negros, é uma autora ímpar e seu versejar impecável traduz uma escrita primorosa tão desejável pela crítica literária e prima por um teor identitário e denunciativo: “Há, flagrantemente, nos poemas, uma preocupação com a singularização cultural. O texto é posto a serviço desta última e, assim caracterizado, ora se situa como denúncia, ora nos espaços da ruptura declaradamente assumida”

²⁰ A Malê é uma editora que publica majoritariamente escritoras/es negras/os brasileiras/os e estrangeiras/os.

(PROENÇA FILHO, 2004, p. 180). Ou seja, o texto *geniniano* é baseado em uma estética literária estruturada e poética que versa sobre a menina negra inquieta e questionadora que rompe com os lugares sociais impostos a ela no discurso colonial.

Por ser este o horizonte, se faz necessário explanar como na poética da autora a tessitura do enredo memorialístico ficcional se desenvolveu como objeto do estudo, enquanto o amor se deu como elemento de cura²¹. A escrita *geniniana* inaugura na literatura negro-brasileira um olhar de dentro, do privado, do mais íntimo da população negra, ao possibilitar que as experiências de suas famílias sejam vistas pelo viés do afeto. No entanto, ao falar das infâncias e das famílias negras, consequentemente evidencia as relações das comunidades da diáspora africana no Brasil, mostrando retratos e nuances vivenciadas por elas na conjuntura do pós-abolição. Tais histórias, antes invisibilizadas, passam a ser ressaltadas em narrativas, alegrias, sonhos, lamentos, tragédias e traumas, no que o pesquisador Allan da Rosa (2019) afiança fazer parte da composição das vivências comunitárias afro-brasileiras:

Nessas vivências afloram momentos de obstinação ladeados ao banzo, contornando urgentes necessidades, teimando em continuar entendendo-se como gente, portador de cultura e com dignidade, carimbado por séculos de exclusão de um sistema oficial, nos quais milhares de comunidades foram acometidas por chicotes de leis escravistas e escarros com pretensão de coisificar, gerando uma memória cultural marcada pela resistência. (ROSA, 2019, p. 62)

Geni, ao relatar as histórias de vida e memórias da família negra²², historicamente devastada pela escravidão, recupera narrativas de separações traumáticas de esposos e/ou filhos (na comercialização de seus corpos no período do cativeiro), e também denuncia a cisão provocada pelo racismo, que torna o homem, a mulher e jovens negros em público-alvo dos presídios, hospícios e valas, negando a possibilidade de comunhão familiar.

O que deveras impressiona na escrita *geniniana* é como ela torna possível criar na literatura brasileira uma narrativa poética na qual o amor é a cura das cicatrizes, traumas e rastros da escravidão. E permite questionar quando na história

²¹ A concepção do amor como cura foi desenvolvida pela pesquisadora bell hooks, no artigo *Vivendo de amor* (2000), no qual indica ser o amor entre negros um ato político e militante, muito além, da romantização comercializada nas telenovelas.

²² A de se fazer a diferenciação entre a autora Geni Guimarães e o personagem Geni, pois, apesar de se tratar de um livro autobiográfico, trata-se de uma ficção, na qual a personagem construída em *Leite do Peito* não representa literalmente a experiência vivida pela escritora estudada nesta dissertação.

da crítica literária, personagens que trazem em sua tez, o negrume da noite, foram representados como pessoas afetuosas, gentis e dignas de serem amadas (sem ser subservientes).

A resposta plausível está em uma tessitura poética que usa como linha os fios do amor, enquanto argumento e possibilidade de cura no texto ficcional (sem deixar de transpassar a dor) e surpreende ao construir o afeto como ato político, como modo de resistir e ressignificar a experiência do negro. Salienta-se que a ideia de amor por ela apresentada não diz respeito ao sentimentalismo romantizado e piegas das telenovelas brasileiras, e sim, refere-se a uma reconstrução psicológica, identitária e poderosa de toda uma comunidade. Quando Geni escreve não é um ato individual e sim coletivo. Portanto, a demonstração da força da coletividade é exemplificada nos livros memorialísticos ficcionais em prosa, a mencionar: *Leite do Peito* (1988) e *A cor da ternura* (1989).

Nos livros, a autora retrata e autoriza a voz da menina negra e escreve a partir das realidades que a circundam. Também por isso, é considerada como a primeira autora negra contemporânea a ter lançado um livro solo, no final dos anos 1980, a partir de uma escrita pautada no afeto como resposta ao racismo. (AUGEL, 2011)

Com a temática da infância traz a vivência com a discriminação racial, sexismo, classismo e toda a sorte de violências e preconceitos, porém, assim como a pesquisadora bell hooks em *Vivendo de amor* (2000), fomenta imagináveis caminhos para desconstruir aquilo que o *rapper* Emicida constata em sua música: *Ismália* a realidade do negro: “A felicidade do branco é plena. A felicidade do preto é quase”. (EMICIDA, 2019, s/n). A dureza da citação também é identificada na pesquisa de hooks (2000) ao questionar a concepção de amor e afirmar a rasura da experiência das famílias negras: “Num contexto onde os negros nunca podiam prever quanto tempo estariam juntos, que forma o amor tomaria?” (HOOKS, 2000, p. 3). Esse panorama problematizado pela intelectual afro-americana e ressaltado por Emicida é respondido no excerto do livro *geniniano A cor da ternura* (1989), especificamente no conto: *Momento Cristalino* quando a autora traz a sequência de uma cena passada em seu lar, na presença dos pais e irmãos, após sua formatura no Ginásio (colação de grau):

Determinada hora, minha mãe interrompeu nossa sadia algazarra e disse: - Agora é que vocês vão dar risada de verdade – cutucou meu pai. – Mostra pra eles, Mariano.

Ele, fingindo brincar de mágico, retirou os sapatos dos pés e nos mostrou: duas bexigas enormes desfiguravam seus calcanhares e algumas escoriações marcavam toda a região no peito dos pés.

Fiquei estática. Tudo aquilo por mim, para mim. Toda aquela dor para me ver receber o certificado. [...]

Novamente, leve onda de riso encheu a sala. O Dirceu pediu a bênção e se retirou para dormir. Todos fizeram a mesma coisa, e eu já estava para imitá-los quando vi meu pai procurando alguma coisa.

- O senhor queria alguma coisa, pai?

- Estou vendo onde foi que guardei o danado do diploma. Vou dormir com ele debaixo do travesseiro que é pra sonhar um sonho bonito.²³ (GUIMARÃES, 2018, p. 82 -83)

A cena de profunda demonstração de amor entre Geni e Seu Benedito Mariano, repleto de bolhas nos pés (devido o sapato apertado) e mesmo assim, orgulhoso com sua filha, a quem ele estimulou desde cedo a ser professora, comprova que o afeto foi reconstruído mesmo com todas as hediondas experiências da escravidão. E, neste momento, é necessário dizer que em entrevistas e mesas literárias, a autora indicou inúmeras vezes ter sido o pai dela um homem que possivelmente foi escravizado, carregando com ele marcas corpóreas de castigos físicos, a citar uma orelha decepada.

Isto é, nem a dor mais doída apagou a felicidade plena que o homem sentiria ao dormir com o diploma da filha embaixo do travesseiro. A beleza da relação paternal demonstra que outras masculinidades são possíveis e outras infâncias também existem. Todavia, é na compilação dos livros *Leite do Peito* de 1988 e *A cor da Ternura* de 1989, que se deu a origem do livro *Leite do Peito: Contos* (2001) a ser resenhado e analisado nas subseções a seguir, e no qual as afetividades são amplamente exploradas, porém, abre-se espaço, para algumas necessárias considerações.

Assim, o livro *Leite do Peito: Contos* (2001), com ilustrações e projeto gráfico de Regina Miranda, como foi supracitado, é uma edição compilada com outro livro *geniniano*, *A cor da ternura* (1989), e foi lançado pela editora Mazza Edições. O projeto literário, publicado em maio de 2001, trouxe a história memorialística ficcional da protagonista-autora ainda na infância e enfatizou os retratos de uma família e comunidades negras dentro de um contexto rural empobrecido na década de 1950.

²³ Grifo nosso.

Ambientada no município de São Miguel, interior paulista, a escritora apresenta em 12 (doze) contos narrados em primeira pessoa as vidas, angústias e afetos de uma comunidade, majoritariamente negra, de agricultores nas Fazendas Vilas-Boas e Santana.

O livro que retrata a vida de Geni, da infância até a juventude, apresentando a sua família numerosa e a personagem central da narrativa aos quatro anos de idade, relevando, inclusive, ser a protagonista a segunda mais nova dentre onze irmãos. Nas reminiscências ficcionalizadas da infância, a menina expõe as relações de irmandade, identificando nominalmente e humanizando os filhos da família, irmãos da autora: João, Iraci, Arminda, Cema (apresentados no conto intitulado *Oferendas*) Cecília, Zezinho, Ditinho (em *Primeiras Lembranças* e *Fim dos meus natais de macarronada*) e Dirceu (em *Santa Ceia*), tendo por foco a ótica e a voz da criança no âmago destas relações fraternais, do primeiro até o décimo primeiro conto.

Na narrativa memorialística, a autora concede poucas informações a respeito das personalidades de seus irmãos e irmãs, não os apresentando de modo amplo, no entanto, quando estes se encontram no texto ficcional, demonstram profunda nobreza de caráter e amorosidade para com ela. Outro aspecto relevante na narrativa é a identificação do caçula, Zezinho e do falecido, Ditinho, o que gera uma carga emocional intensa no processo de construção da individualidade da menina.

O fato de não ser a caçula da família e ter cuidados provenientes dos demais irmãos e irmãs mais velhos, ao invés de somente da mãe, Dona Sebastiana, permite a leitora/ ao leitor entender a importância da comunhão familiar, não apenas centralizada na figura da progenitora, como ainda conceber a humanização materna. Uma vez que, sobrecarregada e vivenciando o luto pela perda de Ditinho, Dona Sebastiana retrata a profundidade da dor que atravessa a existência das famílias negras na morte repentina de entes queridos e o cansaço físico e emocional dos primeiros meses de vida do bebê. Tanto uma experiência quanto a outra fomentam circunstâncias diversas das quais o livro faz referência em excertos em que as irmãs mais velhas, Cecília, Iraci e Arminda, aparecem preocupadas com os cuidados básicos da menina e estreitam laços de amor com Geni, como a vivência proveniente da morte do irmão subtrai da infância dela a leveza e doçura tão comuns.

Leite do Peito também enfatiza a figura feminina e matriarcal ao explorar o personagem Dona Sebastiana, a apresentando no enredo como uma matriarca dedicada aos filhos, uma dona de casa acolhedora de seus amigos, uma anfitriã afável que recebia em seu lar rezadeiras, benzedadeiras, contadoras de história, outras tantas comadres e crianças não nascidas de seu ventre. A figura da grande mãe representada no livro, reforça o lugar de centralidade, afetividade e zelo que permeavam a vida de Geni e simbolicamente resgata a potência das mulheres negras nas comunidades afro-brasileiras e nas religiões de matriz africana.

Já no que diz respeito a paternidade, a figura do Seu Benedito Mariano, pai da autora-personagem, diz de um lugar no qual o homem negro é lido como sensível, acolhedor e apesar das agruras da vida; é um ser amoroso, demonstrando tal afeto principalmente no incentivo dos filhos a estudarem. Tanto na figura da mãe, quanto na do pai, o livro constrói pilares sólidos de uma família negra fortalecida e afetuosa com ênfase nas experiências de Geni ainda menina, em relatos de trocas afetivas com a mãe, dos quatro aos sete anos, e diálogos carinhosos com o pai, dos oito aos nove, tempo cronológico exposto nos contos.

Outra nuance importante se dá nas vivências e conflitos raciais com colegas e professoras, no último caso, Dona Odete e Dona Cacilda, da escola onde estudou. As docentes, ambas brancas, em distintas circunstâncias foram as responsáveis por momentos de extrema tristeza e depreciação da menina, relativizando discriminações sofridas por Geni e criando situações cotidianas de constrangimento e desrespeito. Tais práxis reverberavam também nos colegas de sala, que incentivados pelas professoras no discurso legitimado pela escola, colocavam-se no lugar de superioridade em comparação a menina, somente pelo fato de se serem racialmente brancas, apesar de também serem filhos/as de agricultores da fazenda.

Personagens secundários são apresentados brevemente no livro, como são os casos de Nhá ou Vó Rosária, senhora de mais de noventa anos, negra e ex-escravizada (que relatava sempre a perda de um dos filhos no período da escravidão), *griotte*²⁴ experiente era detentora da habilidosa arte de contar e encantar histórias, em especial as relativas ao fim do cativeiro. Também, Dona Chica Espanhola, benzedeira,

²⁴ Contadora de histórias orais, responsável por transmitir entre as gerações saberes, sagrados e conhecimentos nas culturas afro-diaspóricas.

rezadeira e parteira que com infusões, rezas e ervas tratava de dores e doenças diversas em crianças, jovens e adultos. E os sitiantes amigos, José Luís e João Pedro, que plantavam milho na região da fazenda onde vivia a menina e tem um conto dedicado a eles, denominado Coisas de Deus, no qual eles têm toda a produção de milho queimada em um incêndio criminoso, mas, mesmo absortos, mostram-se resilientes.

Outros personagens são trazidos à cena ficcional quando ocorre a mudança da Fazenda Villas Boas para a de Santana e toda a família passa a residir no Bairro da Cruz, mas pouco se diz a respeito deles, a mencionar Juca Sanfoneiro, a comadre Joana Preta, Seu Argemiro, o padrinho de Arminda (irmã de Geni) e Guilhermino, filho do casal, todos novos vizinhos que organizam uma festa com música, comida e dança para receber a nova família que ali se instala.

Temáticas diversas compõem o tecido ficcional, por exemplo: o processo de plantio e de colheita; as devoções aos santos e a fé nos entes da natureza; as amizades surpreendentes da menina Geni; as rezas diante a escassez de águas da chuva e as contações de histórias sobre o fim da escravidão. Contudo, a narrativa em contos percorrida em 104 páginas tem como mote retratar a voz da infância negra em primeiro plano, sem deixar de fazer denúncias pertinentes ao sistema racista e classista implantado na realidade brasileira e a valorização das famílias negras simbolicamente representadas nas memórias da menina.

Em suma, os assuntos presentes no livro vão desde as experiências de Geni dentro do seio familiar, no convívio íntimo da família, até as primeiras frustrações com a escola, inclusive em episódios traumáticos com colegas e professoras. Entretanto, com um toque poético e uma linguagem afetiva e combativa, a escritora ressalta narrativas sobre a devoção aos santos católicos e de matriz africana, as rezas e benzimentos, os colóquios com seres fantásticos e animais, a solidão sentida diante o afastamento de outras crianças, as histórias orais contadas pela boca da *griotte* Nhá/Vó Rosária e as prosas dos compadres.

Todavia, é no enlace que o livro de contos finaliza com a mensagem mais transformadora ao apresentar Geni adulta, formada professora e no intento de manter sua identidade racial e política alinhadas a sua profissão. Geni demonstra o próprio enegrecimento, da tenra infância à adulez, comprovando que assim como a autora-

personagem, a/o leitora/or muitas vezes pode ver-se no íntimo, sofrer, silenciar, para depois deparar-se consigo mesmo e novamente enxergar-se, repensar-se e reconstruir-se. Geni, como uma piscadela as/aos leitoras/es, enegrece paulatinamente a história da menina negra e ressignifica a dor sentida pelo racismo para curar-se instituindo a ternura, como rizoma literário, identitário e político.

A ternura é compreendida como pilar, como raiz da escrita de uma autora que fundamenta a narrativa da infância negra em uma família amorosa, forte e acolhedora e em uma comunidade unida, poderosa e generosa no transbordar de afetos. Eles são representados como a fonte primária de autoidentificação da criança, comprovando que negros estão se amando em todas as partes do mundo.

3. GENI EM PROSA E POESIA: A RODA TEXTUAL E AS RAÍZES ANCESTRAIS

Na seção 3, abordar-se-á a produção literária de Geni, em prosa e poesia com foco no público adulto. O intuito é identificar na voz autoral *geniniana*, o entrelaçamento-roda entre memórias, identidades, negritudes e cosmovisão africana presentes nas escritas da autora e o processo de enegrecimento e militância literária nos escritos de Geni. Além disso, será apresentado o acervo contemporâneo da escritora, após retorno à cena literária e editorial, analisando de modo simbólico, similaridades e distanciamentos da escrita anterior em *Leite do Peito* (2001) e a posterior ao seu regresso.

Os livros a serem analisados (de modo simplificado, uma vez que, o foco do estudo é o livro: *Leite do Peito: Contos*) serão: *A cor da ternura*, Editora FTD (2018), *O pênalti* (2019), *Poemas do Regresso* (2020), *Balé das Emoções* (2021) ambos pela Editora Malê e *Terceiro Filho* (2020) produção independente. Somente o livro de poemas *Da flor ao afeto, da pedra o protesto* (1989) não será analisado devido à ausência de exemplares para aquisição no mercado livreiro e com a própria autora. Analisar os livros antes e após o intervalo de silenciamento de Geni é fundamental, porque, como já observado anteriormente neste estudo, muitas outras escritoras infelizmente não tiveram a oportunidade de continuar seus legados, mas, germinaram o solo com seus bons frutos para fortalecer as raízes ancestrais da tradição literária negro-brasileira feminina.

3.1. MEMÓRIAS E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA: O ENEGRECER

No livro *Leite do Peito: Contos* (2001) é notável o processo de construção identitário da escritora Geni Guimarães ao acompanhar no introdutório conto: *Primeiras Lembranças*, desde as descobertas da personagem-autora na tenra infância (em brincadeiras com a mãe), até sua identificação enquanto mulher negra e professora, no derradeiro: *Força flutuante*. Geni apresenta de início a menina que, em momento de descontração com sua progenitora, Dona Sebastiana, questiona: “[...] se chover água de Deus, será que sai a minha tinta?” (GUIMARÃES, 2001, p. 16), como

se fosse possível apagar a negrura de ser corpo, como se a cor preta fosse algo sujo e que deve ser limpo. Tal questionamento faz com que a mãe responda em tom que ora zombeteiro, ora melancólico a ruptura racial existente nas relações entre brancos e negros no Brasil e o possível distanciamento com a própria criança ocasionando a perda da semelhança familiar:

- Credo-em-cruz! Tinta de gente não sai. Se saísse, mas se saísse mesmo, sabe o que ia acontecer? – ela me grudou, fazendo cócegas na minha barriga. E foi dizendo: - você ficava branca e eu preta, você ficava branca e eu preta, você branca e eu preta...

Repentinamente paramos o riso e a brincadeira. Pairou entre nós um silêncio esquisito.

Achei que ela estava triste, então falei:

- Mentira, boba. Vou ficar com esta tinta mesmo. Acha que eu ia deixar você sozinha? Eu não. Nunca, nunquinha mesmo, tá? (GUIMARÃES, 2001, p. 16)

A situação demonstra que, ao notar a tristeza no semblante materno, a criança retrocede do seu desejo íntimo ao afirmar que deseja se manter com a mesma “tinta” para evitar o afastamento dos entes familiares. Todavia, Geni aponta para a recalcada aspiração introjetada em sua mente ainda na infância, na qual a criança negra é levada pelo ideal da brancura a associar o branco como puro e desejável e o negro com o sujo e imundo. Entrementes, a menina considera também, em meio a seu conflito interno, que a limpeza racial a tornaria dessemelhante do núcleo familiar, o que seria negativo para ela.

Esta análise é aprofundada ao considerar que o anseio pelo embranquecimento se dava devido às relações racializadas e hierarquizantes propagadas na realidade vivenciada, ao que as pesquisas de Vieira de Lima e Bandeira de Melo Júnior (2015) identificam estar presentes em outras passagens do livro nos quais a escritora relata momentos de dor em que a cor da pele e a referência a negritude são atacadas violentamente.

Nas experiências escolares, tanto em contato com as professoras, Dona Odete e Dona Cacilda, quanto nas relações com os colegas, são evidenciadas ocasiões de conflito interno da menina provocadas por agressões psicológicas, das quais Geni não era poupada. O excerto abaixo demonstra o experimento por ela realizado após mais um ataque a sua existência, quando seus traços negróides e sua descendência foram atrelados pela professora à inferioridade dos negros escravizados. A criança, com oito anos de idade, então se autoflagela, punindo-se como consequência do trauma provocado:

A idéia me surgiu quando minha mãe pegou o preparado e com ele se pôs a tirar da panela o carvão grudado no fundo.

Assim que ela terminou a arrumação, voltou para casa. Eu juntei o pó restante e, com ele, esfreguei a barriga da perna. Esfreguei, esfreguei, e vi que, diante tanta dor, era impossível tirar todo o negro da pele. (GUIMARÃES, 2001, p. 66)

A nova tentativa de Geni é a segunda demonstração de apagamento do negrume de sua pele, como se aplacando a cor da tez violentamente retira-se de si a marca estigmatizada de uma sociedade taxada pelo discurso da colonialidade como inferior, subalterna e primitiva. É neste cenário de desprezo que a negritude de Geni cresce e, apesar do processo agressivo, no qual a criança é psicologicamente violada nos ambientes não-familiares, nos quais a cor da pele é apontada como foco de todo o ódio, que ela passar a rejeitar tais inferências sobre si e reconstrói-se.

São nas relações de afeto com os pares, nos jogos e brincadeiras infantis, nas solidões, nas reflexões e no enfrentamento dos preconceitos que a jornada de autoconhecimento da autora vai transformando criticamente, a menina em uma mulher negra, com consciência histórica, crítica e politizada:

Lei áurea
Que estais nos livros,
Santificando diversos nomes,
deixai a nós,
o nosso reino
pois não faremos a tua vontade,
aqui na terra nem lá no céu.

O pão nosso
de cada dia fazemos hoje.
Para convosco não termos dívidas,
nem para com ninguém,
que nos tenha ofendido.
Livrar-nos-emos do vosso mal.
Amém. (GUIMARÃES, 2020, p. 39)

Nesta *Oração da rebeldia*, do livro: *Poemas do Regresso* (2020) Geni demonstra escuramente a ruptura com o passado, o rebelar-se, combatendo a reprodução anterior da criança ferida que um dia fora, e que inocente no processo de escolarização se identificava com a história do colonizador/herói em versos como os que se seguem: “Foi boa para os escravos, / E parecia um mel, / Acho que é irmã de Deus, / Viva a Princesa Isabel.” (GUIMARÃES, 2001, p. 57)

A “oração” e os versos-ode à Princesa Isabel são contrapontos perfeitos que mostram a dualidade de uma identidade negra rasgada e de outra fortalecida. A escritora utiliza-se do alheamento da menina que fora um dia para com destreza contradizer a historiografia brasileira que santifica os nomes de princesas, imperadores e heróis brancos, ao mesmo tempo ignora a própria perversidade diante a escravidão. Mune-se de um texto legitimado, pelo discurso colonial cristão, para desmentir o caráter de salvador/paternalista da branquitude, ao afirmar o papel cruel, desumano e ignóbil dos colonizadores e seus descendentes, muito diferente da historicamente propagada falácia sobre natureza perversa e criminosa do negro.

Observa-se, deste modo, como a autora vai se rebelando e reivindicando espaço para sua voz ser ouvida, tendo como mote a visível construção identitária, da infância à fase adulta, em que a negritude da personagem-autora e seu corpo-militante tecem-se em textos memorialísticos ficcionalizados, seja em prosa e/ou poesia, tornando-se negra, como indica Neusa Souza (2021):

Ser negro é, além disso, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse dessa consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro. (SOUZA, 2021, p. 115)

Comparativamente, o conto final de *Leite do Peito* traz nuances dessa negritude nas escolhas de Geni, ao apresentar a jovem professora no processo de reconstruir-se e fortalecer-se em suas múltiplas identidades. Conforme o desfecho no denominado: Força flutuante, a/o leitora/or é apresentada/o à docente negra, consciente historicamente e resoluta frente a discriminação racial e institucional:

Deram o sinal de entrada. E os meus pequerruchos entraram barulhentos, agitados.

Só uma menina clara. Linda, terna empacou na porta e se pôs a chorar baixinho. Corri para ver se conseguia colocá-la na sala de aulas.

- Eu tenho medo de professora preta – disse-me ela. Procurei argumentos:

- Vou contar pra vocês histórias de fadas e...

- O que aconteceu? – Era a diretora, que devido ao policiamento chegou na hora h.

Contei-lhe o ocorrido e ela prontamente achou a solução:

- Não faz mal. Eu coloco ela na classe da outra professora de primeira.

Reagi imediatamente. Acalmei-me e socorri-me:

- Por favor. Deixe que nós nos possamos conhecer. Se até a hora da saída ela não entrar, amanhã a senhora pode levá-la. (GUIMARÃES, 2001, p. 101-102).

Nesse episódio, a autora se apresenta na fase adulta, iniciando o primeiro dia de aula na condição de docente. O que chama inicialmente atenção é a rejeição da estudante branca ao encontrá-la. A aversão primária da menina, apesar de um baque para a jovem mestra, não a detém, pelo contrário, faz criar mecanismos e estratégias de convencimento para a criança adentrar a sala. Geni tira da própria infância argumentos doces e promessas de livros de contos a serem lidos por ela, encantamentos possivelmente retirados das contações da *griotte* Nhá/Vó Rosária, para convencer a menina a lhe conceder uma chance.

A atitude de Geni de “acalmar-se e socorrer-se”, diante dos olhares perscrutadores sobre ela (quase uma investigação policial, como a própria autora alude) e os questionamentos sobre a capacidade intelectual para ela exercer tal cargo, demonstram quão fortalecida subjetiva, intelectual e racialmente estava. Apesar da discriminação racial e institucional, argumenta sobre sua qualificação e inteligência emocional para convencer a criança e a diretora a lhe conferirem uma oportunidade antes da apressada exclusão.

Um ponto notável no desfecho de *Leite do Peito* é como o lugar de professora, por exemplo, não é legitimado e permitido pela branquitude aos negros. O incômodo da diretora escolar fala de uma mobilidade social a que o discurso colonial entende como inaceitável à negritude, a função de docente. Pois, para cargos sem prestígio social, o corpo negro é aceito, contudo, professoras negras não eram pensadas na década de 1980, tanto é que a estudante afirma ter medo da figura ali presente (mito do negro malvado), de tão inédita que a presença dela é.

Em vista disso, a atitude de Geni comprova o quão madura a sua criança interior e sua adulta exterior estavam e como elas andam juntas, unidas, aprendendo mais sobre as identidades que carregam e das quais se orgulham. Mas, nada disso ocorre sem sofrimento ou dor, pois, para curar-se as feridas precisam de remédios

ardidos. Esta noção de si e a autoconfiança em vista à suspeita acumulada de traumas da infância e da identificação do ambiente escolar, como um reprodutor de estigmas e discriminações, expõe o processo de construção da negritude da personagem-autora, como afirmam Vieira de Lima e Bandeira de Melo Júnior (2015) ao considerar os contos: *Primeiras Lembranças*, *Metamorfose* e *Força Flutuante*:

Nos contos, ao vermos o posicionamento da narradora, percebemos que, por meio de sua voz, encontramos um elo entre o seu discurso e os discursos que já foram proferidos anteriormente, trazendo, então, na voz da narradora, questões de raça e cor, que são discursos que refletem e retratam a busca da identidade negra no Brasil e seu fortalecimento. Isso resulta no resgate e na reconstituição de aspectos ligados à cultura negra, através do indivíduo negro, não mais pela voz do colonizador. (VIEIRA DE LIMA; BANDEIRA DE MELO JÚNIOR, 2015, p. 75)

Por isso, quando se pensa a produção do texto *geniniano* se objetiva identificar como as identidades de Geni Guimarães foram tecidas na voz e nas memórias da infância enquanto caminhos para as construções de si. Pois, estabeleceu-se como esta negra escritora, tornou-se uma escritora negra, fomentando e valorizando em suas escritas memorialísticas, identitárias e de negritudes as narrativas das populações afrodescendentes historicamente silenciadas.

Neste quesito, a contribuição de Stuart Hall (2020) é fundamental para compreender como as identidades são construídas, considerando seu aspecto múltiplo, deslocável e de chocar-se ao longo da história dos sujeitos. Por intermédio das representações sociais, políticas, familiares, culturais, temporais, geracionais e das experiências significativas que as identidades são costuradas e modificadas como ocorre a Geni durante o processo de enegrecimento, da infância à fase adulta.

Identificar a complexidade da construção identitária da escritora possibilita analisar como a produção literária dela é atravessada pelo enegrecer, e como nos livros memorialísticos ficcionais a narrativa conduz de uma menina ressentida pela negritude traumática até a voz ativa de uma mulher negra consciente e politizada. As narrativas corroboram de modo evidente para visibilizar as múltiplas identidades gradativamente constituídas e a relevância da ternura, do respeito e do amor para nutrir e fortalecer o processo de identificação com a negritude.

Nota-se tanto na biografia da autora, quanto nos livros de prosa: *A cor da ternura* (2018), *O Pênalti* (2019) e ainda, na poética *geniniana* das obras: *Terceiro*

Filho (2020), *Poemas do Regresso* (2020) e *Balé das Emoções* (2021), a contínua jornada de consciência racial e eminente militância conforme o Portal da Literatura Afro-brasileira - LITEAFRO (2023) indica:

No início dos anos 80, aproximou-se do grupo Quilombhoje e do debate em torno da literatura negra. Dedicou-se às questões sociais, principalmente no que se refere à afirmação da afrodescendência, [...]. Em 1981, publicou dois contos no número 4 de *Cadernos Negros*, assim como seu segundo livro de poesia, fortemente marcado pelos tons de protesto e de afirmação identitária. (LITEAFRO, 2023, s/n)

Porém, é no livro *Leite de Peito* (2001), principalmente ao introduzir identificações de maternidades, paternidades e de irmandades negras, que a autora cria distinções e rupturas entre os papéis sociais e parentais fixados para estes indivíduos, desumanizados e apagados dentro da literatura brasileira. A autora, munida da simbologia das memórias da infância, ressignifica as identidades de mulheres, homens e crianças negras humanizando suas vivências, narrativas, lembranças e afetividades, partindo das múltiplas identidades de: menina, negra, filha, fruto das classes empobrecidas, irmã, irmã-mãe, estudante e criança do campo.

Em vista disso, a concepção de memória se relaciona com as identidades, porque conforme o pesquisador Elizeu Clementino Souza (2006), o sujeito se compõe historicamente por recordações de um tempo anterior que prevalece vivo na posterioridade e porventura se projeta no futuro. Além disso, o estudioso indica que as reminiscências têm uma função essencial: a de se registrar na biografia mundial destacando o indivíduo como testemunha e produtor dos fatos ocorridos ao longo do tempo. Não significa dizer que as memórias sejam registros idênticos do passado, porém experiências individuais e coletivas ressignificadas/recriadas por quem recorda no presente. Outro aspecto relevante é a relação das memórias com o esquecer e com o exercício constante de rememorar, ou seja:

A arte de lembrar remete o sujeito a observar-se numa dimensão genealógica, como um processo de recuperação do eu, e a memória narrativa marca um olhar sobre si em diferentes tempos e espaços, os quais articulam-se com as lembranças e as possibilidades de narrar as experiências. O tempo é memória, o tempo instala-se nas vivências circunscritas em momentos; o tempo é o situar-se no passado e no presente. Tempo, memória e esquecimento. Uma trilogia para pensar a arte de lembrar, para estruturar um olhar sobre si, para revelar-se. A memória é escrita num tempo, um tempo que permite deslocamento sobre as experiências. Tempo e memória que; possibilitam conexões com as lembranças e os esquecimentos de si, dos

lugares, das pessoas, da família, da escola e das dimensões existenciais do sujeito narrador. (SOUZA, 2006, p. 102-103)

A noção apresentada por Souza (2006) possibilita a compreensão a respeito da necessidade de Geni externar as reminiscências da infância (presente) e recordar as relações experienciadas na tenra infância (passado), reforçando os atravessamentos acometidos pelo racismo e a nutrição dos afetos pela cumplicidade com os seus pares. A escritora ao ecoar a voz da figura emudecida da menina negra, consegue manter vivos os aspectos emocionais, sociais, líricos e históricos ressignificados pelo inconsciente, firmando os primeiros passos para construção de uma narrativa na qual a criança negra é a protagonista.

O tecido *geniniano*, deste modo, é composto pelo que a pesquisadora Jeane Marie Gagnebin (2006) aponta como sendo a memória reinventada do passado, não no sentido cronológico, mas em um caráter ficcionalizado. Melhor dizendo, as lembranças de Geni têm relação com as simbologias agregadas à história de vida dela, com as identidades individuais e coletivas em transmutação, com as emoções sentidas, com a vivência em comunidade e o lugar social ocupado por ela e pelos seus, enquanto criação artística e identitária. Por este motivo, é relevante considerar que quando evoca em suas tessituras o chamamento constante à memória e enfatiza a mesma como a presença do ausente, recupera simbolicamente o registro da infância vivenciada e as lembranças da criança interior refugiada em si:

[...] Seja sobre tabletes de cera ou sobre uma "lousa mágica" — essas metáforas privilegiadas da alma —, inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente. Sua fragilidade essencial e intrínseca contraria assim o desejo de plenitude, de presença e de substancialidade que caracteriza a metafísica clássica. (GAGNEBIN, 2006, p.44)

Geni recria as lembranças por mais dolorosas e tristes que sejam, questiona o *status quo* da diáspora africana no Brasil e as relações hierárquicas das alteridades para contar a história da menina negra e de todo um povo. Ela expõe suas identidades individuais permitindo que as memórias pessoais falem também das coletivas, impedindo que as existências de toda uma comunidade sejam esquecidas. Conforme o doutor Kabengele Munanga (2020), esta conjuntura se dá porque as histórias

escritas e orais são tecidas nas teias das memórias, sejam individuais e/ou coletivas. Também, de acordo com Cida Bento (2022):

Memória é também construção simbólica, por um coletivo que revela e atribui valores à experiência passada e reforça os vínculos da comunidade. E memória pode ser também a revisão da narrativa sobre o passado 'vitorioso' de um povo, revelando atos anti-humanitários que cometeram – os quais muitas vezes as elites querem apagar ou esquecer (BENTO, 2022, p. 39)

Ou como afirma Geni em entrevista cedida ao jornalista Charles Rowell, no ano de 1995, para artigo da revista estadunidense *Callaloo*²⁵, a necessidade da escrita memorialística se dá para que a história não seja apagada e os personagens sejam lembrados: “Escrevi porque eu tinha que registrar a vivência de uma família negra, porque este livro é autobiográfico, eu precisava falar dos meus traumas, das minhas dores e das minhas alegrias, eu tinha que colocar isso pra fora.” (ROWELL, 1995, p. 979)

Ao falar sobre si, a menina negra costura as histórias comuns que unem as sociedades afro-diaspóricas pelas dores de um passado escravagista e/ou por um presente racializado. Buscando humanizá-los diante dos estratagemas da colonialidade e fortalecendo-os a partir dos valores, amores, traumas, anseios e alegrias de povos plurais, diversos e invisibilizados, propiciando que suas narrativas sejam lidas, identificadas e respeitadas.

3.2. NEGRITUDE E A RODA TEXTUAL EM PROSA E POESIA

Para pensar como a negritude e as identidades compõem a roda textual *geniniana* se faz necessário considerar a circularidade como o centro do aprender, da troca energética dentro da comunidade, da não-hierarquia de saberes e da harmonia perante o coletivo. Porque mesmo ao falar de si, Geni está em roda, ao trazer elementos do coletivo de modo contundente e debater entre vozes, questões caras para as comunidades afro-diaspóricas, ensinando e aprendendo com elas.

O desenvolvimento estético da escrita de Geni ao longo da década de 1970 até os anos 2000 (antes da reclusão) evidencia esta roda textual ao perceber em seus

²⁵ Periódico referência em publicação e estudo literário africano e afro-americano

poemas, as aprendizagens com familiares e com a comunidade; as inspirações na troca com escritores/as e intelectuais negros/as e o inebriante retorno a cena editorial, a partir do incentivo familiar e comunitário, após um hiato de 20 anos:

[...] a roda é uma forma por excelência da manifestação africana. Se universal, encontra-se plena na troca de vitalidade pelo círculo. Não deixando de expressar hierarquias e guias, a roda permite às vistas se comunicarem com todos os outros olhos e põe num mesmo nível, sem degraus ou patamares, os participantes de um ritual. É comunitária por excelência e encontra o recôndito do ser humano. Ninguém forma roda sozinho, e nela, com o coração e a face voltados para o centro, encontros se dão. (ROSA, 2019, p. 84)

Portanto, dentro da roda textual *geniniana*, os poemas e prosas trazem elementos do coletivo e da energia presente neste, construindo e fortalecendo as suas identidades, enquanto membro e escrevente. E para seguir nas análises a respeito da obra de Geni, também neste trabalho será utilizada a cronologia dos livros por ordem de publicação, ou seja, *Poemas: Terceiro Filho* (2020), *Balé das Emoções* (2021), novas edições de livros originalmente lançados nas décadas de 1970 e 1990 e *Poemas do Regresso* (2020) livro inédito. E os livros em prosa: *A cor da ternura* (2018), publicado inicialmente em 1989 e *O Pênalti* (2019) também inédito. A circularidade permitirá identificar as temáticas, a linguagem textual e o papel da poeta-intelectual, antes e após o ressurgimento no mercado literário.

Seguindo a ordem, no fragmento do primeiro livro de poemas: *Terceiro Filho*²⁶, de 1979, e analisado na presente dissertação, em sua 5ª edição em 2020 (publicação independente) encontram-se nuances de uma poeta que munida de temáticas do cotidiano se debruça sobre: fé, Deus, família, natureza, o homem e as problemáticas sociais: fome, vícios, pobreza e amor. Geni, neste livro, se utiliza de versos e rimas simples para apresentar elementos do lirismo e da poética que já apontavam a estrela a cintilar no mundo literário, e a pensadora orgânica a refletir sobre a sociedade.

²⁶ Os poemas do livro não sofreram acréscimos no transcorrer de mais de 40 anos, deste modo, a 5ª edição de 2020 se mantém textualmente similar ao original de 1979, apesar de haver uma 6ª edição lançada pela Editora Malê em 2022, conservando a apresentação original de Cacilda de Oliveira Camargo (docente da UNESP) acrescida do posfácio de Henrique Marques Samyn (docente da UERJ). A justificativa para a escolha desta 5ª edição é devido ao fato de ser fruto de autofinanciamento, assim como a original de 1979, demonstrando o profundo interesse e o grande investimento emocional e econômico de Geni em relação ao seu retorno ao campo editorial, aos direitos autorais e a seu *Terceiro Filho*, tão amado, que não por acaso é o livro dela com mais edições, inclusive, em comparação com o premiado: *A cor da ternura* (1989-2018), com apenas 02 republicações.

O livro inaugural que recebe este nome pelo fato da autora o conceber como uma criança gestada em seu íntimo, apresenta fagulhas de uma escrita em transformação, porém que já pensa a coletividade. No texto introdutório, a escritora abre a seção com os *Agradecimentos* (2020), assim como anos mais tarde o fez em *Leite do Peito* com o título *Oferendas* (2001). No trecho, a poeta alude à importância ímpar da contribuição de familiares, amigos e desconhecidos para a existência do livro, indicando a impossibilidade dele existir sem a força poderosa de toda a comunidade (família extensiva):

Viu,
 Na seleção dos meus versos para este livro, eu me lembrei:
 De você, meu amigo,
 De você, minha mãe
 De você, meu pai,
 De vocês, meus filhos,
 De você, meu amor.
 Lembrei-me,
 De você, senhora do cortiço,
 De você, moleque de rua,
 De você, colega de trabalho,
 De você, meu excepcional.
 Lembrei-me porque,
 Não nasceria este livro se não existissem meus poemas,
 Não existiriam meus poemas se não existissem vocês.
 Obrigada.
 Vocês me ajudaram na criação do meu terceiro filho. (GUIMARÃES, 2020, p. 07)

Considerando o discurso de gratidão, nota-se a energia implicada e retornada ao grupo no ato de compartilhar a autoria de *Terceiro Filho* com a coletividade, indicando que o livro foi gestado por muitos. Nesta conjuntura, a poeta abre mão da vaidade editorial difundida no cânone literário, no qual o autor é o centro, narcísico e se desvencilha do mito do autor como razão maior da existência da obra, assentando o lugar do livro como produto de um todo, não somente de caráter individual e solitário, quase divino:

Ao reconhecer a impreterível participação de “outros” ou “outras” para a criação poética, Geni Guimarães expõe seu entendimento do texto lírico como resultado de um compartilhamento: a poesia nasce com o – ou a partir do – reconhecimento da(s) alteridade(s) que se relaciona(m) dialeticamente com a subjetividade criadora; e a figura do “terceiro filho” ressalta a presença, no corpo do poema, de elementos provenientes de todas as pessoas que possibilitaram o seu nascimento. (SAMYN, 2022, p. 05)

Em outros poemas, exprime temas similares aos de *Leite do Peito* ao abordar

a paternidade do homem negro por meio do lembrar o pai, Seu Benedito (poema: *Em memória* (2020): “Não foi tão somente meu pai: / Foi meu amigo, meu confidente, / Meu irmão, / Não entendeu as mensagens simbólicas dos meus versos, / Mas me amou acima de tudo, / Porque amou meus poemas, sem mesmo entendê-los.” (GUIMARÃES, 2020, p. 12).

Observa-se, com isto, o laço afetivo e a centralidade da figura paterna na compreensão, fortalecimento e elevação da autoestima da filha. A paternidade expressa no poema exalta patriarcas de famílias negras e pobres que, assim como Seu Benedito, vêem em seus filhos, a centelha de uma inquietude a ser incentivada. Geni, ao falar sobre o pai, ilustra o orgulho de famílias que não frequentaram os bancos das Universidades, mas felicitam-se ao verem sua prole ser a primeira geração a sentar, apoiando-os incondicionalmente.

Em outro poema, salienta-se as alegrias e responsabilidades de ser mãe, em: *Você é responsável pelas alegrias que provoca* (2020) se traduz na experiência do gestar, esperar e vê-los nascer, na beleza das maternidades sem racismo, plena: “Fiz planos para o meu feto / seria na certa pessoa de bem: / doutor, sapateiro, engraxate, lavrador, / profeta, político, gerente, maquinista, / açougueiro, comerciante, orador./ Sonhei no meu sonho, gerando no ventre um homem de bem.” (GUIMARÃES, 2020, p. 13)

Com a mesma doçura e com vocábulo coloquial, a autora segreda aos/as leitores/as, a responsabilidade de gerar uma criança, como também, os compromissos que este novo indivíduo terá com o mundo: “Sonhei no meu sonho, gerando no ventre um homem de bem” (GUIMARÃES, 2020, p. 13). Esta informação demonstra que não somente a mãe, como também o fruto dela se comprometem com a formação cidadã e de caráter para compor bons frutos para a sociedade. Semelhante a *Leite do Peito* (2001), a paternidade e a maternidade são acolhidas pelo viés do afeto, sem deixar de acarretar responsabilidades sociais aos descendentes e mantendo dentro da roda, a energia emanada pelo pai e pela mãe aos filhos, para que um dia façam o mesmo pela sociedade.

Para mais, Geni renova a poética ao tecer no giro textual a riqueza de temáticas cotidianas, olhares sobre a família negra e denúncias sobre amálgamas e

motes da desumanidade do racismo e do classismo, como sugere o poema a seguir:

Nasceu à toa, sem riso e sem festa,
filho de preto, mas bebê mulato,
adivinhou a sorte e chorou muito alto.
[...]
“Sem queijo e sem faca” o crioulo crescia,
não pôde ir à escola, mas a rua servia,
como a existência, a pele escurecia.
Homem se fez, sem fé, sem amigos
sem lua, sem sol, sem luz, sem abrigo.

Fez-se amigo inseparável da cachaça,
única coisa que lhe davam sem ser pago, [...]

Ele a amava demais, e nas horas de dor,
tinha-a ali, passiva e fria,
mas o crioulo nem pensar sabia
pois, senão, iria ver que ela própria o mataria.
Até que um dia o encontraram morto,
quedado e frio, inútil, absorto.
Ao lado sorria a namorada querida,
do mesmo modo, passiva e fria. (GUIMARÃES, 2020, p. 19)

No poema *Palco da vida do crioulo pobre* (2020) a história do crioulo é confinada desde o nascimento, a cor de sua pele, gerando uma vida de dor e sofrimento. Conduzido pelo álcool, o sujeito acaba por findar na miserabilidade tendo a morte como consequência e, segundo Geni, é no tablado da desumanidade que toda a sorte de desgraças e agonias se faz. Em uma existência efêmera e impossibilitada socialmente: “[...] não pôde ir à escola, mas a rua servia, como a existência, a pele escurecia” (GUIMARÃES, 2020, p. 19) que o encerrar da vida do crioulo se aproxima da realidade dos negros no Brasil ao descortinar o véu sobre o abismo em que os sujeitos marginalizados são colocados.

A autora, ao introduzir a história do crioulo, ilustra como tantos homens e mulheres negros vitimados cotidianamente pelo racismo, sexismo e classismo, compõem o maior percentual da gente pobre excluída pela sociedade. Ilustra também, como os sujeitos encontram nas ruas e nos vícios possibilidades de suportar o pungente regime de não existência e de negação de direitos fundamentais. É em seu *Terceiro Filho*²⁷ (2020) inaugural, que a Geni traz elementos de uma tessitura fundante

²⁷ Apesar de ser um livro relançado em 2020, não necessariamente é o livro de retorno da autora à cena literária, por não ser uma obra inédita, e sim, uma nova edição da original de 1979. Abre-se parênteses para confabular que a nova edição pode ter sido impulsionada pelo ressurgimento de Geni Guimarães em 2019, ao publicar o livro em prosa: *O pênalti* (2019), pela Editora Malê.

na escrita *geniniana*: a afetividade, a militância, as críticas sociais, a linguagem, a costura com as memórias e com o coletivo, inserindo Geni Guimarães na tradição literária negro-brasileira feminina, como indica Professor Henrique Samyn (2022):

Hoje podemos, por conseguinte, compreender esse livro como uma recolha consciente e deliberada de um conjunto de textos nos quais a autora descortinava as múltiplas potencialidades do seu estro, indiciando o espaço que viria a ocupar na tradição literária negra brasileira. A esse propósito, são particularmente significativos os sentidos encerrados no título concedido à obra: a alusão à maternidade enfatiza o processo de construção da poesia como resultante de uma relação com a alteridade, produzindo um ente que habitará o mundo, afetando aquelas pessoas que nele já vivem; para além disso, ressalta uma íntima relação do livro físico com a autora empírica. [...] (SAMYN, 2022, p. 05)

Já na década de 1980, tal trajetória é influenciada por conversas e trocas com escritores/as e intelectuais negros/as, encontros e participações em antologias de coletivos literários, tais como o Quilombhoje, politizando e desenvolvendo ainda mais a roda textual da escritora. Em *Balé das Emoções* (2021), originalmente publicado em 1993, tem-se uma Geni combativa, com uma linguagem crítica sobre a realidade dos negros no Brasil, quase a convidar ao levante diante do racismo, sem perder de vista os temas frequentes em sua obra: amor, natureza, infância, família, dentre outros.

Como convocatória inicial, tem-se o poema: *Vitamina* (2021), que energicamente nutre seu leitor, ao dizer: “Sejamos tácitos. / Não cairá dos céus / a justiça prometida aos maus aventureiros. / De nós é que virão unguentos / para a cura dos corpos machucados” (GUIMARÃES, 2021, p. 25). No fragmento se vê uma Geni estrategista a convidar seus/suas irmãos/irmãs à luta e a curar-se, como a indicar que a justiça divina não se fará e sendo determinante a necessidade de união e engajamento de todos em prol de um bem maior. A ideia de um coletivo forte e rebelado é tangível também em outros poemas, nos quais argumentos contundentes são utilizados para confrontar os opressores, assim como no poema *Explicação* (2021):

Não sou racista.
Sou dóida, é verdade.
Tenho choros, confesso.
Não vos alerto por represália
nem vos cobro meus direitos por vinganças.
Só quero banir de nossos peitos
esta gosma hereditária e triste
que muito me magoa
e que tanto te envergonha (GUIMARÃES, 2021, p. 54).

No poema, a autora explica ao destinatário da missiva, os resquícios das agruras pelo cativeiro e pelo racismo, como também a legitimidade da indenização histórica, sociocultural e econômica a ser paga pela branquitude aos descendentes dos negros escravizados. Ao dizer dos direitos a serem devolvidos, Geni remete aos estudos de Cida Bento (2022) quando a pesquisadora afiança ser resultado do capitalismo racial a expropriação de povos colonizados (desde o tráfico transatlântico até a pilhagem de recursos naturais). Mas, em tom solene, deixa escuro que a herança da branquitude é a vergonha e não o patrimônio que foi construído pelo roubo dos africanos. Contudo, é em Conselho (2021) que a voz pacífica e amainada das prosas autobiográficas se torna um pé escancarando a porta ao elevar o tom em sua mensagem:

Quem estanca o sangue
que escorreu?
Quem sutura a língua e a boca
arrancadas no meio da fala?

Quem devolve o feto primeiro
da esperança trabalhada?
Quem resgata o tempo
e anula a doença
que comeu a saúde da África?

Não perca tempo.
Não me procure para anular delitos,
que não posso nem quero
agasalhar memórias.
Não vou velar insônia de ninguém. (GUIMARÃES, 2021, p. 65).

Distinta da Geni de *Leite do Peito* (2001), a voz autoral deste poema é visceral e denuncia a brutalidade do colonizador ao interrogá-lo: “[...] quem estanca o sangue que escorreu? [...] Quem resgata o tempo e anula a doença que comeu a saúde da África?” (GUIMARÃES, 2022, p. 65), colocando nas mãos dos que são lidos como heróis da nação brasileira ou salvadores dos povos “incivilizados”, o sangue de suas vítimas. Geni enumera as atrocidades cometidas contra os africanos escravizados e chama a branquitude à responsabilidade sem se compadecer dela, informando ao cabo: “Não vou velar insônia de ninguém” (GUIMARÃES, 2021, p. 65). Este fragmento em muito se assemelha com a frase proferida por uma contemporânea da autora Geni, a escritora e doutora Conceição Evaristo, quando afiança: “A nossa escrevivência não

é para adormecer os da casa grande e, sim, para acordá-los de seus sonos injustos”. (EVARISTO, 2021, s/n apud GUZZI, 2021, s/n). Ambas concordam que seus poemas são para se rebelar perante os atravessamentos do racismo explícito no Brasil e insubordinar-se diante a perversidade dos frutos da Casa Grande.

O peso dos versos demonstra a forte reação e amotinação textual em um livro que fala sobre sentimentos e emoções, sobretudo a indignação e a ira, que são utilizadas como munição para desassossegar os sonos plácidos. A crítica e posicionamento político diante as questões e atravessamentos enfrentados pelas sociedades afro-diaspóricas demonstram a solidariedade da autora que se entende parte do coletivo e parte da solução para refletir questões sociais, não se colocando inacessível e/ou superior perante os pares, porque:

A intelectualidade afro-brasileira, tão adubada e entoada por ingredientes estéticos, useira e vezeira das tantas faces e sintonias da oralidade, sempre esteve ligada ao espírito comunitário, ai garantindo sua força, seus princípios, seus como-fazer e seus muitos por quês. Pensadores não se furtaram ao trabalho braçal, não menosprezam o trato manual, por vezes glorioso na comunidade de base e rejeitado, considerado asqueroso, pelas elites da sociedade brasileira. (ROSA, 2019, p. 48)

Isto significa que a intelectualidade é percebida por Geni como uma responsabilidade social e política e é utilizada para fundamentar sua ação artística e social, para além de um lugar elitizado e individualista. Em outro poema, esse tema é fortemente discutido em meio a homenagem a mestres da literatura que influenciaram sua escrita:

[...]

Mas os livros dos meus confins,
falantes das línguas dos meus mestres,
lesaram meus direitos, e os meus testes
perderam a validade ante o progresso.

Eis-me aqui, intelectualizada,
A discutir Camões, Drummond, Meirelles,
Cuti, Oswald, Colina, Semog, Graciliano
e outros grandes que não me chega, agora.

Também aceito e até me envaideço
ao ser recheio das elites intelectuais,
mas, quando me interpreto e me discuto
sou tomada, toda, de um imenso frio.

Onde está a minha terra sem limites?
Onde ficou o leito do meu rio?
Por onde andarão os meus filhotes de pardais?
(GUIMARÃES, 2021, p. 62)

No excerto, Geni apresenta as inspirações e os autores que lê, demonstrando ser uma leitora ávida, ademais da escritora dedicada. O que chama atenção é o lugar de intelectual em que ela se enxerga, tomando para si, frente a tradição literária da época, participação da roda de pensadores do seu tempo. Ponderando que em 1993, já tinha publicado quatro livros e conquistado o *Prêmio Jabuti* de autora revelação por *A cor da ternura* (1989), compreende-se que de fato ela compunha uma elite literária na década de 1990 e que coloca em pé de igualdade escritores negros e brancos, apresentando a relevância da produção de ambos, sem hierarquização.

Sem perder de vista a produção amadurecida e o vigor combativo de sua escrita, revela a mudança do tecido poético, na qual o teor memorialístico é parcialmente substituído por um engajamento político e racial. Tal comportamento diz muito sobre a mulher negra e militante que a escritora se tornou, e como estes entrelaçamentos fomentaram no retorno ao mercado editorial, a costura do livro inédito: *Poemas do Regresso* (2020). No livro se evidencia uma Geni resiliente e afirmativa do lugar a que pertence para regressar ao mundo literário com a confiança de quem nunca se afastou completamente da escrita e da literatura, *Regresso* (2020):

Como quem se vê pela janela,
me resgato.
Regresso desatando laços,
espantada com o meu próprio espanto.
Não serei curta, nem breve.
Insaciável,
de novo sorverei o gole que me cabe,
prisoneira apenas das minhas próprias rédeas (GUIMARÃES, 2020, p 11).

A ideia de ressurgimento após um período de 20 anos sem novas publicações exprime a necessidade da escritora reivindicar para si o lugar autoral e reconhecer-se novamente nesta função, desatando os nós da depressão e enclausuramento em que estava e emancipando a poeta adormecida dentro dela. Inclusive o reafirmar-se poeta, se faz em outras passagens do livro, como em *Correspondência* (2020):

Sou urtiga, comigo ninguém pode,
florespinho.
Sugiro:
envia-me por sedes
o teu baú de frustração e ódio,
(rascunhos insípidos das infames tretas)

Mas fica alerta:
sou poeta. Tiro de letra. (GUIMARÃES, 2020, p 41)

A poeta transparece nos mencionados versos argumentos da legitimidade de sua escrita e da força do seu texto, transmitindo a segurança em seu retorno e na produção literária. Do mesmo modo que em *Balé das Emoções* (2021), *Poemas do Regresso* (2020), também traz uma Geni firme quanto ao explícito posicionamento de combate ao racismo e onde também denuncia a segregação racial empreendida pela colonialidade no pacto de conservação de seus privilégios:

Às vezes, se me insinuam desejos de aceitação:
concordar opiniões,
aceitar todas as versões da bula do comodismo.
Tento esquecer o cinismo
que a massa lança no friso do meu saldo devedor,
adequar o meu discurso à fala da burguesia,
fingir que os conformes todos são reais democracia.

Mas o oitavo sentido
marcado a ferro e embutido
na placenta desta pele,
vai de encontro à minha raça,
enojada, estarecida,
encurrada nos mangues dos artigos da justiça,
e o meu cansaço de engodo,
tropeça meu feto morto,
nos semáforos das avenidas.

[...]

Como engolir este trem,
que engole a minha etnia?
Como adoçar esta boca
que é salgada a toda hora
nas máscaras da embolia?
Como enganar esta dor, nos corpos tornados calos,
nos peitos arfantes dos homens,
cujas pupilas lhe saltam,
gritos miúdos:
vim com fome, estou com fome, sou com fome? (GUIMARÃES, 2020, p. 51-52)

Em *Versos da Indignação* (2020), confronta as estruturais racistas que mantêm as populações negras marginalizadas historicamente e a legitimação de discursos de democracia diante do não lugar pensado para os negros. Analisando o verso inicial, a escritora se mostra indignada perante a sordidez de uma burguesia/colonialidade que cinicamente reforça a narrativa de igualdade entre os povos, como no mito da democracia racial, para manter o sistema de privilégios e

restringir as existências de pessoas negras, desumanizando-as.

Geni traduz a repulsa a ideologia do opressor que como “[...] a massa lança no friso” (GUIMARÃES, 2020, p. 51) histórias de heroísmos e omite a alienação de grupos raciais historicamente explorados, violentados, encarcerados e empobrecidos. Ao questionar “[...] como engolir este trem que engole a minha etnia?” (GUIMARÃES, 2020, p. 52), a autora interroga o lugar de criminalização do negro e de negação de direitos, indicando o inconformismo com o sistema racializado autorizado no Brasil.

No livro *Poemas do Regresso* (2020), é possível encontrar uma Geni mais madura, com uma poética mais ágil e fluída, em comparação aos livros em prosa, uma vez que a escritora se apresenta mais combativa e resoluta, demonstrando ser sabedora de sua escrita e da potência lancinante ao escrever. O retorno dela é um chute na porta.

A presença de poemas na roda textual *geniniana* que reforçam a construção do sentimento de fraternidade entre as populações negras, bem como o reconhecimento da solidariedade diante o passado escravista e o rapto africano, além do retorno à comunidade e a identidade coletiva é o que Munanga (2020) afiança ser a concepção de negritude:

A negritude torna-se uma convocação permanente de todos os herdeiros dessa condição para que se engajem no combate para reabilitar os valores de suas civilizações destruídas e de suas culturas negadas. Vista desse ângulo, para mulheres e os homens descendentes de africanos no Brasil e em outros países do mundo cujas plenas revalorização e aceitação da sua herança africana faz parte de sua luta para reconstruir positivamente sua identidade e, por isso, um tema ainda em atualidade. Tomando a forma de irmanação entre mulheres e homens que dela se reclamam para fazer desaparecer todos os males que atingem a dignidade humana. [...] (MUNANGA, 2020, p. 20)

A proposta de uma poética que privilegia a negritude e a identidade coletiva ao pensar a irmanação entre negros para reabilitação de tradições, epistemologias, afetividades, cosmovisão e filosofias rasuradas é também encontrada na prosa, na qual, tanto na tessitura memorialística, de *A cor da ternura* (2018), edição primária de 1989, quanto na ficção juvenil *O pênalti* (2019), inédito, firmam-se valores civilizatórios positivos de uma descendência africana valorizada e plural, com emoções, anseios, identidades, memórias e histórias que não são limitadas pelo racismo, classismo ou

quaisquer discriminações:

Bom mesmo foi ter amigos. Não amigos de passos paralelos, com os quais eu só podia falar coisa pensada e repensada para não assustar. Gostoso foi ter plenitude de voz e atitudes. Falar o que quisesse, ter resposta para tudo e acreditar que tudo era possível, um mundo simples e aberto. Um dia eu precisava saber quem teria feito o trinquinho da portinha da casinha da lua. (GUIMARÃES, 2018, p. 29)

No fragmento de *A cor da ternura*, conto *Afinidades: olhos de dentro*²⁸ se encontram a plenitude e a beleza de uma infância mágica, encantada e envolta do novo, do reconhecer a importância do Universo ao redor, em conversas animadas com aranhas escondidas no telhado e cumplicidades com o irmão caçula (ainda bebê). Neste fragmento, se pressente a menina negra sem traumas, sem dores, sem tragédias, como deveria ser para todas as crianças. No seguinte conto, vê-se a mesma menina a vislumbrar assustada as transformações do próprio corpo, ao se descobrir mulher e lamentar a perda da infância:

Arrancou-me todas as peças e enfiou-me embaixo da torneira. Esfregou as mãos sobre o meu corpo e brincou acanhada: - Menina exagerada, credo! Agora acabou a brincadeira. Você não pode mais ficar brincando com os moleques e sentar com a perna que nem leque. Não é mais criança. Tem que tomar modos de gente. Quando a gente vira...

Ela foi falando, falando, falando. Eu fiquei olhando meu sangue de menina escorrer lentamente, misturar-se a água da torneira e sumir no ralo do tanque. Ia-se minha criança, deixando-me abobalhada e sonsa, sem tempo de mais um brincar de roda, mais uma viagem no balanço. Fiquei ali de boca aberta.

Mulher, como me contaram. Apenas. (GUIMARÃES, 2018, p. 76)

A menina que agora sofre sobre a precipitada perda da infância em um sangue que não esperava (menstruação), ratifica o desconhecimento sobre as mudanças corporais e sobre a total inocência diante as atitudes da mãe, dona Sebastiana que, no intuito de minimizar a desolação sentida da filha, tenta aconselhar a agora, adolescente Geni. A menina negra, tão vinculada a doçura das conversas com os animais e insetos, com o indizível, com os olhos de dentro da infância, ao ver-se no sangue lavado na água da torneira, não se reconhece, mas acata o termo “mulher”, condicionando-se por não ter como fugir. O encanto de ver a menina crescer, acalentada pela mãe, demonstra o cuidado de introduzir pela própria experiência, a pureza da personagem aprendendo sobre si e não necessariamente tornando-se mulher.

²⁸ O título da dissertação foi livremente inspirado neste conto.

Já em *O pênalti* (2019), Geni encontra na ficção juvenil a voz do menino negro, Kamau, e de seu irmão caçula, Kaiodê, ao narrar a vivência de sua família negra e da tão esperada partida de futebol interclasses, na escola onde ele e o irmão estudam. Dividida em sete capítulos, a ficção se fundamenta em uma história de linguagem repleta de referências africanas e das culturas negras, desde a escolha dos nomes dos garotos, até times escolares com os nomes de personalidades negras como Zumbi dos Palmares e Obama. O livro aborda o afeto, o respeito e a união familiar como motes, mas possibilita a identificação em ilustrações de Robson Araújo que trazem pais e filhos negros retintos, abraçados representados com uma estética de cabelos encrespados. Todavia, é o capítulo denominado *Sonho*, em que Kamau ao adormecer projeta uma fantástica partida no continente africano e chama a atenção:

Sonhei que o meu irmão havia sido convocado para jogar na seleção sub 15 da nossa cidade.

O jogo era na África, com um time de lá.

No sonho, fomos os quatro para lá. Não podíamos deixar de prestigiar Kaiodê. Logo que adentramos o estádio, uma coisa me chamou a atenção: quando o nosso time entrou em campo, vagarosamente foram hasteando as bandeiras, brasileira e africana. (GUIMARÃES, 2019, p. 24-25)

O reconhecimento da relevância do continente africano presente na referência do trecho acima, demonstra como a luta empreendida no transcorrer dos anos por militantes, intelectuais e movimentos sociais negros embasaram o espaço aberto a marretadas para a produção de escritores negros. Além do arcabouço e referencial mais requintados, Geni, neste livro, prima por uma naturalidade na inserção de elementos importantes das culturas afro-diaspóricas, da herança e cosmogonia africana e na priorização de nomes de origem africana para os personagens da história. É importante dizer que, o ato de nomear alguém implica em poder, tanto é que os negros escravizados recebiam de seus proprietários novos sobrenomes ao chegarem as colônias com o objetivo de retirar suas características linguísticas/étnicas e objetificá-los.

O cuidado em trazer o protagonismo de crianças/adolescentes negros, desta vez, meninos negros, amados e cuidados por pais também negros, aproxima-se dos livros memorialísticos, mas vai além, ao ressaltar a negritude de maneira absoluta, sem o atravessamento com o racismo. Neste exercício, a ficcionista possibilita que nesta roda textual seus livros em prosa dialoguem entre si a respeito da necessidade

de infâncias vividas de modo pleno, tal qual a alegria de um gol em meio ao jogo frenético, como o narrado por ela no capítulo: *A decisão*, em que Kamau e Kaiodê encenam no contexto da partida a poética e a profundidade do amor:

- Gol! Gol! Gol do Kaiodê! – a torcida explodiu.

Saí feito louco afastando tudo quanto era jogador e cheguei pertinho do meu irmão.

Abracei-o. Beije-o. Achei pouco, tomei-o nos braços e levantei-o o mais alto que pude, mostrando o herói para quem quisesse, como eu, vê-lo, tocá-lo e aplaudi-lo. (GUIMARÃES, 2019, p. 41-42)

No desfecho do livro, a autora apresenta ao/a leitor/a novamente a ternura como centro, em ilustrações que representam as palavras poéticas de quem retorna a cena para inundar de negritude, afetos e familiaridade, a tradição literária negro-brasileira feminina saudosa de tessituras *geninianas* e que se felicita na roda textual de prosa e poesia de Geni Guimarães.

3.3. A COSMOVISÃO AFRICANA E O LIVRO *LEITE DO PEITO: CONTOS* (2001)

Para ampliar as análises sobre o objeto pesquisado será amplificada a identificação e estruturação do livro *Leite do Peito: Contos*, de 2001, da autora Geni Guimarães. A obra retrata as memórias da infância da escritora e narra, em doze contos, as experiências da família e de toda uma comunidade rural no interior do estado de São Paulo. Abre-se parênteses, para reforçar que o livro analisado na presente dissertação é a nova edição de 2001, que possui ilustrações de Regina Miranda e é a junção dos livros *Leite do Peito* (1988) e *A cor da Ternura* (1989), diferindo da versão original exatamente pela seleção de contos de ambas as obras citadas.

Além disso, salienta-se que, enquanto a versão de 1988 foi organizada pela Fundação Nestlé de Cultura para uma Bienal, a responsável pela nova publicação é a Mazza Edições, editora mineira com mais de 45 anos de existência no mercado livreiro, tendo como fundadora a ativista e pesquisadora negra Maria Mazarello Rodrigues, responsável pelo projeto político e editorial de valorização das publicações de autoras/es negras/os brasileiras/os e africanas/os (MAZZA EDIÇÕES, 2022). Tal escolha, demonstra o potencial da nova edição somada ao relevante fato da obra ter

sido incorporada em 2006 ao Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)²⁹ e ser distribuída em escolas públicas brasileiras nas turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A partir destas inclusões, a nova edição reencena poeticamente com fundamentos da cosmovisão africana, vivências de uma diáspora negra da década de 1950, ao apresentar resquícios de uma escravidão recém abolida. No livro, ao explicitar temas que se estendem a diferentes aspectos das experiências das populações negras no Brasil, Geni denuncia as violências as quais estes coletivos estão submetidos devido aos racismos estrutural, institucional e a militância presente na produção pode ser interpretada, a partir da perspectiva do pesquisador Luiz Cuti (2010), ao identificar o papel social exercido pelo autor negro-brasileiro:

Uma das formas que o autor negro-brasileiro emprega em seus textos para romper com o preconceito existente na produção textual de autores brancos é fazer do próprio preconceito e da discriminação racial temas de suas obras, apontando-lhes as contradições e as consequências. Ao realizar tal tarefa, demarca o ponto diferenciado de emanação do discurso, o “lugar” de onde fala. (CUTI, 2010, p. 25)

Deste modo, a produção de Geni ao retratar as reminiscências da infância considera os impactos do racismo na conjuntura social e história brasileira e evidencia tais contextos, tanto ao salientar as suas implicações no acesso e permanência das crianças negras ao sistema de ensino formal, até ao ressaltar o processo de resistência e comunhão de uma comunidade negra rural diante da discriminação racial. Neste ponto, faz-se urgente reiterar o contexto da infância negra difundida na pesquisa por Márcia Campos Eurico (2020) ao afirmar

O modo como o Brasil trata a infância e a adolescência revela a cultura de objetificação dessas crianças e adolescentes, que são considerados propriedade dos adultos [...]. Em se tratando de sujeitos negros e negras que nascem, crescem e se desenvolvem em territórios periféricos, privados de direitos humanos fundamentais, a raça/cor torna-se um agravante. A apropriação dos corpos é indevida e ocorre inclusive por pessoas alheias ao grupo de sociabilidade das crianças e adolescentes. [...]. Em relação ao grupo negro isso pode ser ainda mais invasivo, como, por exemplo, tocar o cabelo para “sentir” se é “fofinho”, desferir ofensas racistas, fazer críticas destrutivas em relação à aparência, entre outras atitudes impróprias. (EURICO, 2020, p. 27)

²⁹ O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), tem por finalidade a promoção e garantia de acesso à leitura de estudantes e docentes por meio da distribuição de acervos literários e acadêmicos em instituições públicas brasileiras.

A ressonância de uma infância atravessada pela desumanidade da desigualdade étnico-racial que vê como objeto o corpo negro e não preserva nem mesmo a criança, por mais nova que seja, isto é, afeta de modo traumático a subjetividade negra desenvolvida ao longo da vida. Dessa maneira, o livro *Leite do Peito* (2001) apresenta todos esses entrecruzamentos da infância até a adultez, acompanhando o processo de amadurecimento social, racial e de gênero da autora-personagem.

Geni Guimarães configura, portanto, uma poética identitária, de denúncia e confronto do sistema racista no Brasil. Constrói, mediante as próprias memórias recriadas, um lugar de pertencimento e identificação das populações negras e une-se ao relevante grupo composto por autoras negras brasileiras na tradição literária.

No livro, a autora fornece elementos e características de uma escrita pautada na cosmovisão africana ao tecer construções imagéticas e literárias da experiência de uma comunidade negra no interior do estado de São Paulo e para compreensão desses fundamentos serão estabelecidas nesta etapa discursiva categorias de análise do livro assim estruturadas: ancestralidade/força vital, comunidade familiar, religiosidade afro-brasileira rural e infâncias /negritude.

Sobre ancestralidade/força vital, observa-se no primeiro conto do livro, a leitora sendo apresentada aos agradecimentos ofertados aos pais e familiares, molas motivadoras para a caminhada autoral de Geni, mas são os ensinamentos religiosos, os rizomas, de um arvorecer ancestral que dá o tom da produção literária realizada por ela. Este conto intitulado *Oferendas* (2001) distingue a voz da escritora-personagem, da personagem-escritora

O aço (que me protege) e a fé (que me move) também não vieram do nada, nem de nenhuma fada azul/alva, para impulsionar o tempero dos passos, a fortaleza das palavras, a ousadia dos saltos e tudo que me planta e, ao mesmo tempo, frutifica. (GUIMARÃES, 2001, p. 11)

Desse modo, entende-se como ancestralidade/força vital, aquilo que não é visto, porém sentido e que estrutura os pilares de todos os contos, destacando-se como elemento constituinte de diferentes princípios fundantes para corroborar com as ressignificações da literatura e da voz *geniniana*.

Dentro do fundamento da comunidade familiar se nota desde o conto:

Primeiras Lembranças, a percepção racial na tenra infância a partir das memórias de trocas afetivas com a mãe, Dona Sebastiana. Geni vive no conto a cumplicidade com a progenitora, tendo como painel o momento do entrance dos cabelos. Na ocasião em questão, emergem os primeiros conflitos interseccionais, pois é simulada, na fala da menina, a possibilidade de se tornar branca em contraponto a mãe, negra. O silenciamento das vozes de ambas durante o diálogo é no íntimo segredado com tristeza pela suposição de como seria esta realidade, na qual a mãe e a filha seriam racialmente diferentes e com tratamentos sociais distintos. Neste quadro salienta-se, entre olhares, a cumplicidade entre mulheres negras em distintas etapas da vida e atravessadas pelo racismo.

Outras vezes, no meio da mamada, eu parava e começava:

- Cadê o toicinho daqui?

- O gato comeu. [...]

Eu interrompia as perguntas da brincadeira, para saber coisas além dela.

Uma vez foi assim

- Quem fez o fogo e a água

- Deus, é claro. Quem haveria de ser?

- E se pegar fogo no mundo?

- Ele faz a água virar chuva e apaga o fogo do mundo.

- Mãe, se chover água de Deus, será que sai a minha tinta?

- Credo-em-cruz! Tinta de gente não sai. Se saísse, mas se saísse mesmo, sabe o que ia acontecer? – ela me grudou, fazendo cócegas na minha barriga.

E foi dizendo: - você ficava branca e eu preta, você ficava branca e eu preta, você branca e eu preta... (GUIMARÃES, 2001, p. 16)

O quadro pintado por Geni na cena literária acima enfatiza a natureza do contexto histórico do século XX, profundamente influenciado pela discriminação antinegra, como conceituado por Cuti (2010), ao afirmar que no pós-abolição foi perpetrado pelo Estado maior, um projeto não oficial de negação de direitos e violências a massa de ex-escravizados, assemelhando-se as experiências vivenciadas durante a escravidão.

Quando a menina pronuncia o desejo de deixar de ser negra na brincadeira com a mãe, revela o trauma do projeto antinegro implantado na sua mente, denuncia a rachadura em sua autoestima e nega o próprio corpo, em uma manifestação evidente do que Jurandir Freire (2021) indica como o recalque na psique do indivíduo negro. Ao fim deste conto do livro, a leitora é apresentada a outro ponto da narrativa, em que, novamente, a questão racial é retratada por ocasião do nascimento do caçula da família. É no nascimento do irmão e nas dores do parto sofridas pela mãe que Geni

outra vez aponta como problemática a hierarquização racial dos grupos sociais no Brasil.

Só pude conhecê-lo no oitavo dia; quando passado o perigo da doença, minha mãe tirou-o do quarto.

Não achei bonito nem feio.

Apenas senti um grande alívio quando me vi descompromissada de chamá-lo de Menino Jesus.

Era negro. (GUIMARÃES, 2001, p. 23)

A urgência do irmão em viver e as angústias da menina demarcam a perda temporária do colo e do leite materno na vida da criança. No entanto, o que chama a atenção é que na demonstração do ciúme infante, Geni rejeita o irmão em fantasias e jogos mentais renegando o lugar de semelhança do bebê, em bondade e beleza, com o menino Jesus, pois ao contrário do último, a pele do fraterno é escura, evidenciando a concepção de bondade vinculada à branquitude.

A concepção de benevolência e beleza atreladas a brancura é identificada por Jurandir Freire (2021) como um fetiche construído pelo imaginário social racista e conseqüentemente no ideal de ego negro gerando na construção das identidades infantis a repulsa à negritude e a exaltação do branco:

O racismo esconde assim seu verdadeiro rosto. Pela repressão ou persuasão, leva o sujeito negro a desejar, invejar e projetar um futuro identificatório antagônico em relação à realidade de seu corpo e de sua história étnica e pessoal. Todo ideal identificatório do negro converte-se, dessa maneira, num ideal de retorno ao passado, no qual ele poderia ter sido branco, ou na projeção de um futuro, em que seu corpo e identidade negros deverão desaparecer. (FREIRE, 2021, p. 29)

Nestes breves relatos, a escritora confirma como o racismo é impiedoso e está impregnado nas vicissitudes das populações negras e no mais profundo das estruturas psíquicas. Uma vez que, devido ao racismo, tanto ter uma mãe negra sendo uma menina branca criaria abismos sociais, quanto à bondade/beleza ou não de uma criança recém-nascida, poderia ser medida pela métrica racista, a partir da concentração de melanina dentro da lógica colonialista.

Já no conto *Fim dos natais de macarronadas*, a autora traz o primeiro natal vivenciado ao lado de um ser icônico: Papai Noel, ainda desconhecido para a criança. Inicialmente, Geni não representa de fato a festividade, até então infimamente conhecida por ela, mas a importância da comunhão familiar

Natais bons eram aqueles. Sem esperas frustradas de presentes, árvores, cartões. Natal para nós era mesmo comer gostoso, sentados ao redor da mesa, ou num degrau da escada. Comíamos no princípio com desejo de um ano. Depois comíamos mesmo por comer. A barriga doía de cheia, mas a bacia estava abarrotada de macarrão grosso, vermelho de massa e tomatinhos caipiras. Então, a gente comia, comia. (GUIMARÃES, 2001, p. 28)

No fragmento acima, Geni rememora a mesa farta, os muitos convidados, a família ao redor e a beleza de um momento único e singelo celebrado entre os seus pares. No entanto, a vertente oposta a esta realidade de comunhão familiar é a aparição do famigerado Papai Noel e a entrega dos presentes:

Daí a madame enfiou a mão esguia no saco e, quando foi entregar o presente, parou e olhou na carinha negra e boba da minha irmã. Fitou-a com nojo, medo, repúdio, ódio, sei lá. Deu um passo para trás e quase jogou o pacote na cara da Cema. Virou-se apressadamente, sem ao menos o riso fabricado. Sem ao menos atirar-lhe o beijo hipócrita, frio, triste. (GUIMARÃES, 2001, p. 30)

A narrativa se transfigura na distribuição de brinquedos, quando ela, os irmãos e outros filhos de colonos³⁰ vão receber os presentes do “bom velhinho”. A menina estranha a figura de uma ajudante do Papai Noel, que no caso era uma mulher branca, e vê o desprezo com que as crianças negras são tratadas por tal mulher ao evidenciar nojo ao beijá-las. Todavia, o marcador do conto é o asco especial dispensado à irmã de Geni, Cema, que por ser uma criança com deficiência, fica sem beijo, tamanho o horror expresso na face da ajudante. O desfecho do conto apresenta uma Geni marcada por um olhar de repúdio de uma mulher branca para com sua irmã negra e deficiente. Absorta em dolorosas memórias, ela dispensa seu prato preferido, título do conto e resigna-se em pôr fim a boneca recebida e fruto do desgosto, diante da emblemática destruição da festividade comunitária atravessada pela desumanização praticada pela ótica da branquitude.

Outra vez, o racismo impera no modo de vida das crianças negras, violentando até mesmo uma das datas mais especiais para a menina. O asco da ajudante do Papai Noel marca a trajetória de Geni, porém, outro fator agravante se revela: o preconceito contra pessoas com deficiência, pois nem ao menos o falso beijo, Cema, a irmã negra e deficiente, ganha. Este ponto é pertinente, visto que manifesta a contrariedade da autora quanto a hediondez do ideal da brancura nas mentes

³⁰ Geni Guimarães nomeia de colonos os trabalhadores da fazenda, inclusive ela, se diz filha de colonos vivendo parte da infância em uma fazenda no interior paulista ao lado dos familiares em uma casa da fazenda onde seu pai e irmãos trabalhavam.

infantes e a convivência dos sujeitos brancos com a reprodução do racismo a partir da tentativa de negação da humanidade negra. Além disso, Geni contrapõe o discurso literário brancocêntrico ao tecer na narrativa a centralidade e protagonismo da família negra no discurso literário.

Em *Alicerce* e *Santa Ceia*, a leitora é apresentada à figura paterna de Geni, Seu Benedito. O personagem, antes pouco representado na literatura brasileira, é trazido ao centro das narrativas em duas situações distintas, configurando o lugar do homem negro, não como ser animalizado e hipersexualizado, mas sim, como digno de afeto e empatia.

Em *Alicerce*, o pai é decisivo para concretização do sonho da menina em seguir a carreira de professora, entrando inclusive em um embate com o administrador da fazenda que tenta dissuadir o homem advertindo ser absurda a ideia de estimular a menina a seguir tal profissão, instituindo como resposta que a filha é criada para ser livre e não para ele. Isso é exemplo de como a imagem do pai negro é encenada, em especial neste episódio como o esteio da justiça e bondade, de tal modo que é comparado, pela menina, a Deus, situação raramente vista na literatura brasileira, uma vez que, segundo Dalcastagné (2011), os estereótipos relacionados no romance brasileiro a este personagem (homem negro, adulto e pobre) é o de: criminoso, traficante e malandro.

No conto seguinte, Seu Benedito emerge novamente ao lado da esposa, Dona Sebastiana, em silêncio gutural ao relembrem a perda de um dos filhos do casal, ainda pequeno, devido à ausência de atendimento médico. A construção poética da cena ficcional, apresenta a mãe e o pai, negros, cúmplices e tomados pelo luto devido ao óbito do filho. A magnitude da cena remete simbolicamente ao preparo do quibebe, alimento solicitado pelo menino antes de falecer.

A vociferação da mulher, dilacerada pela dor da perda, traduz-se no ódio pelo dono da mercearia que negou o suprimento alimentar que atenderia o pedido derradeiro da criança. Contudo, o apaziguamento do homem e o consolo de quem compartilha do mesmo pesar é algo único e tocante. Dessa forma, se escancara que homens e pais negros também sofrem, choram, são frágeis e suas masculinidades em nada são debilitadas ou abatidas, como os estereótipos literários e culturais visam propagar. Ao contrário, a cena humaniza tais personagens.

Além disso, o conto se encerra com uma família sentada à volta da mesa, taciturna, de mãos dadas e no compartilhamento silencioso dos progenitores com os demais filhos, testemunhas das agruras vivenciadas. A comunhão familiar pinta a imagem da família negra frente ao racismo estrutural que vitimiza crianças, jovens e adultos, naturalizando o ceifamento destas vidas na tenra idade³¹.

Ambos contos revelam a força paterna ao atenuar simbolicamente as dores da família, trazendo apaziguamento e demonstrando em complemento ao papel materno à afetividade e cumplicidade na criação emancipatória dos filhos. A figura paterna, juntamente com a da mãe, projeta uma família negra muitas vezes não representada nos romances e textos literários canônicos brasileiros. No entanto, precisa-se discutir como corpos negros, mesmo na infância são vislumbrados como alvos descartáveis, diante do sistema racista, algo a corroborar com a discussão sobre o tema partindo da concepção do pesquisador Achille Mbembe (2020) quando conceitua *Necropolítica* e de Renato Noguera (2020) influenciado pelo primeiro para à definição de *Necroinfância*, como estruturações da política de poder e designação do Estado Soberano ao indicar quem pode morrer e quem deve viver, mesmo quando são crianças.

As conceituações de Mbembe e Noguera vão ao encontro das investigações desenvolvidas por Luara Vieira Baia (2021) quando ao indagar os desafios e a construção das maternidades de cor, a autora aponta os maiores temores das mães negras: o encarceramento dos filhos e filhas (com ou sem culpabilidade comprovada) e a segurança, ou a falta dela, fora dos lares, uma vez que, no Brasil, são os filhos delas alvos majoritários das duras violências empregadas nas ações policiais genocidas.

Nos contos finais: *Coisas de Deus*, *Bairro da Cruz* e *Força flutuante*, Geni relembra o êxodo da família do campo para a cidade, isto é, da fazenda para um bairro periférico de São Paulo. Ela descreve os lares pobres da região urbana, o cheiro de

³¹ De acordo com dados da pesquisa promovida pelo Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no estado de São Paulo, local de nascimento da autora Geni Guimarães e, também, onde reside atualmente, em 2021 54% das crianças e dos adolescentes vítimas de homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte, eram negros. Em caso de abuso de autoridade e violência policial sistêmica, o percentual é 63,4% entre pretos e/ou pardos, sendo que a maioria das vítimas possuía menos de 20 anos.

esgotos a céu aberto e o suor das crianças descalças correndo na rua. Nesses contos, as memórias da infância são relevantes para narrar como os pais e irmãos abdicaram da vida diária na fazenda para possibilitar a continuação dos estudos de Geni, para ser professora. A atitude tomada de comum acordo entre os familiares, demonstra o amor que circunda a família, enfatizando mais uma vez a afetividade e o respeito existente entre eles.

A ênfase na educação comprova também o perfil das famílias negras educogênas, que vêm no ensino formal a possibilidade de mudança social dos seus descendentes, o que remete a história das lutas do Movimento Negro Unificado (MNU), para garantir o acesso das crianças e adolescentes negros a uma educação pública de qualidade. Nesta categoria analítica se pontua a feitura das cenas de uma grande família negra apoiando-se, amando-se e toda uma comunidade (família extensa) educando as crianças e fortalecendo suas existências e espíritos. Muito semelhante às tradições familiares/comunitárias de grupos étnicos africanos, a concepção de comunidade familiar evidencia e fomenta o número extenso de filhos e filhas como algo valorativo e a figura da mãe como o centro, o esteio e a terra fértil de todo o grupo, assim como ocorre com as relevantes figuras das lalorixás, nos terreiros de religiões de matriz africana, nas representações das labás (orixás femininos) e nas tias das rodas de samba, dentre outros. Ademais, Geni salienta a mensagem de que, mesmo após o apartamento, desmembramento e separação forçada provocados pela escravidão, as famílias negras encontraram/encontram todos os dias caminhos para resistir e ser feliz.

Outro princípio norteador contido na tessitura de *Leite de Peito* se refere a religiosidade afro-brasileira rural quando em Banho no santo, o fervor religioso é objeto das narrativas, pois Geni, acompanhava a devoção aos santos católicos nas orações e novenas feitas, no período de colheita. Contudo, no conto, a autora indica que as rezas foram tantas que o santo erra na proporção e as águas tanto pedidas, quando chegam, levam consigo casas, vidas de animais, alimentos e fazem minguar até mesmo as plantações, alagadas pela enxurrada, o enredo se dá deste modo:

Fazia muito tempo que não chovia, por isso foi que a mulherada resolveu fazer a procissão para molhar os santos da cruz que havia na beira da estrada.

Eu até que achava bonito o ritual. Ruim só era caminhar em fila, sem poder correr, e cantar rezas infindas com os pés doendo, machucados pelos

torrões. Mas se era para chover, dar de beber às plantas, cortar o suor do meu pai... (GUIMARÃES, 2001, p 41)

Já no conto: *Enterro da Barata*, a autora fala por meio das peripécias da infância com amigos imaginários e com insetos e plantas, situações de pura fantasia entremeadas de doçura e fé, expondo outras possibilidades de sentir e existir, porque, apesar do racismo, a infância permanece. E ao legitimar os discursos da criança com os encantos de amizades com seres de diferentes espécies, o conto novamente traz o lugar do Sagrado e da fé, somando-se os entes cristãos, anteriormente citados, uma construção particular da religiosidade afro-brasileira rural manifestada por meio da coexistência de rezas e benzimentos, de novenas e “trabalhos”, de orações para santos católicos, com suplícios por chuvas a fim de abençoar o plantio e a colheita, com o poder do caboclo e de espíritos protetores, garantindo o amparo, fartura e prosperidade ao povo do campo

Foi assim que neste mesmo dia, à noite, levaram-me na casa da dona Chica Espanhola. Depois de fazer várias gesticulações estranhas, sentenciou:

- Tem que trazer a menina aqui nove dias seguidos. Está com acompanhamento, o espírito do Zumbi do lado direito dela. Vou fazer um trabalho especial. Afasto o coisa ruim e peço a guarda da Menina Izildinha. (GUIMARÃES, 2001, p. 41)

A presença da fluidez religiosa é amostra de uma resignificação dos dogmas cristãos unidos a outras formas de vinculação com o Sagrado, ou melhor dizendo, a representação da fé de pessoas simples do campo, que acreditam em um Jesus supostamente branco, do imaginário social disseminado, não menos importante, que a presença de caboclo e benzedadeiras, de fato mais próximos a seus cotidianos e realidades sociais. Com isso, o que se pode observar é que até mesmo o Sagrado é vivenciado de modo único e plural, sem a hierarquização pregada pelo universalismo religioso do projeto colonial.

Já em contos como *Tempos escolares* e *Metamorfose*, nota-se o fundamento da infância/negritude na qual Geni ressalta as memórias da escola e o impacto da educação formal iniciada aos sete anos. Ainda, aborda a diferença de tratamento dado pelas professoras às crianças brancas e negras justificada pela aberta preferência das mestras pelos estudantes brancos. As maiores discriminações raciais, inclusive, são vivenciadas por ela dentro do ambiente escolar e são as educadoras, grandes referências para o alunado, contribuidoras para a reprodução desta segregação.

Sendo o conto *Metamorfose* o mais conflitante, uma vez que é construído na mente de Geni, ainda criança, a repulsa à negritude a partir da fala da professora sobre a “história oficial” da escravidão no Brasil, corrompendo sua identidade histórica a respeito do povo negro.

O acontecimento se dá quando no segundo ano de escolarização, a educadora realiza um sarau em homenagem à Princesa Isabel, no dia 13 de maio, e estimula a menina a apresentar um poema em honra a monarca, no entanto, resolve explicar como a bondade da princesa libertou os escravizados vindos de África e seus descendentes. O confronto se estabelece neste momento, pois dias antes, em uma roda de contação de histórias, Nhá/Vó Rosária³² narra a vinda de reis e rainhas africanos ao Brasil ressaltando a benevolência da emancipação dos escravizados pela Princesa Isabel, sem deixar de exaltar a realeza dos africanos.

Em contradição ao relato oral, a professora conta a “história oficial” da escravidão, tonificando o sofrimento, os castigos físicos e as expiações do cárcere nas senzalas, aos quais os escravizados eram submetidos, evidenciando a princesa como única responsável pela libertação dos negros escravizados e apontando-os como covardes e preguiçosos. A narrativa da professora contrasta com a de Vó Rosária, mas por ser a primeira, a única legitimada dentro do contexto escolar, influencia o processo de construção identitária de Geni, que, amargurada e com ódio por ser negra, deseja não mais pertencer ao grupo racial entendido, naquele momento, como covarde e fraco.

A pesquisadora Eliane Cavalleiro (2001) ao investigar o espaço escolar da educação infantil afiança que nestas instituições, as práticas de discriminação racial e étnica são reproduzidas comumente entre professores, funcionários e estudantes, demonstrando a naturalização do racismo nas ações educacionais, além disso, assevera que:

[...] o espaço escolar reproduz o modelo de beleza branca/europeia predominante nos meios de comunicação e na vida social. A ocorrência desses acontecimentos também na escola parece confirmar às crianças uma suposta superioridade do modelo humano branco.

São acontecimentos que podem parecer apenas um detalhe do cotidiano pré-escolar, porém são reveladores de uma prática que pode prejudicar

³² Senhora negra e ex-escravizada que contava às crianças da fazenda, oralmente, histórias sobre os reis e rainhas africanos que vieram para o Brasil e sobre o fim do regime escravista.

severamente o processo de socialização de crianças negras, imprimindo-lhes estigmas indelévels. (CAVALLEIRO, 2001, p. 145).

A diferenciação racial e a restrição das crianças negras à origem histórica e social atrelada à escravidão como herança das sociedades africanas é perpetuada no discurso escolar e demonstra a ferocidade as quais os pequenos são submetidos. Ao se reconhecerem como pertencentes ao grupo estético da negritude e identificarem-se nos espelhos quebrados da hierarquização e domínio institucional, as crianças negras passam a se sentir como inferiores e submissas. Tais comportamentos geram nelas o sentimento de aversão por si, o episódio narrado é um choque traumático devido à discrepância da fala da professora e dos contos expostos por Vó Rosária.

A cena literária faz lembrar o vídeo documental de um experimento realizado nos Estados Unidos, na década de 1940, quando os psicólogos afro-americanos: Kenneth Bancroft Clark e Mamie Phipps Clark, convidaram estudantes brancas e negras a identificarem entre bonecas brancas e negras, os aspectos atrelados à benevolência, beleza, cordialidade, etc. O intento da pesquisa era problematizar os impactos da segregação racial nas escolas e a resposta do experimento foi aterrorizante, ao considerar que as crianças negras rejeitavam de modo unânime quaisquer aspectos de bondade e beleza as bonecas que assim como elas também eram negras. Ou seja, ocorria uma contradição: as crianças negras atrelavam às bonecas brancas as características positivas, isto demonstra que elas já tinham internalizado estigmas construídos sobre a figura do negro e demonstravam o auto-ódio disseminado no ambiente escolar, reforçando o lugar de anulamento institucional, diante a urgência do debate racial e de ações antirracistas.

Ao fim do conto, a menina na demonstração da mais violenta forma do auto-ódio: se fere, ao raspar o escuro da pele, com um caco de tijolo, chegando a tirar sangue da perna no ímpeto de clarear a tez. A cena é escurecida ao considerar as contribuições de Freire (2021) que afiança ser parte das implicações racistas na mente do indivíduo negro a auto-aversão ao se defrontar com a negação de sua humanidade, gerando como consequência a tentativa de não existir: “O negro, no desejo de embranquecer, deseja nada mais, nada menos do que a própria extinção. Seu projeto é o de, no futuro, deixar de existir; sua aspiração é a de não ser ou não ter sido”. (FREIRE, 2021, p. 29)

Novamente, os tentáculos do racismo ferem profundamente o psicológico das crianças negras ao criar fossos na identificação racial e pela “história oficializada” da escravidão africana. Contudo, a observação à parte fica a cargo do papel exercido pelas professoras que negam a humanidade deste grupo social e apagam as lutas das populações africanas e negras pela libertação dos escravizados no Brasil.

No conto derradeiro do livro, *Força flutuante*, é apresentada a jovem professora Geni Guimarães, recém-formada e no começo da vida profissional em uma instituição particular. Nesta seção, a jovem professora vivencia o preconceito racial representado no temor de uma menina branca quando vê pela primeira vez a educadora negra na hiper vigilância da gestora escolar.

O reforço simbólico do receio da criança³³ e a constante supervisão da diretora escolar que fiscaliza o trabalho da nova mestra, alimenta a desconfiança sobre a *práxis* pedagógica dela. Ao fim, Geni, apesar das desconfianças da criança e da gestora consegue superar o preconceito e harmoniza-se com a garota que planeja no dia seguinte levar parte do lanche para a docente.

Nos contos referentes à escolarização, se apreende como a escola reforça na infância e na fase adulta da escritora-personagem a inferiorização da história das sociedades africanas e seus descendentes, naturalizando a demonização do negro, o que implica no não reconhecimento das crianças negras e brancas com a cultura e identidade étnica e racial destes grupos sociais.

As categorias de análise acima expostas demonstram como a produção literária de Geni, além de lembrar e ficcionalizar poeticamente fatos históricos da sociedade brasileira do século XX, registra as nuances das experiências de vida de uma família/comunidade negra rural em São Paulo e as relações criadas a partir da vivência com o racismo em fricção com os fundamentos da cosmovisão africana. Segundo o que afirma o pesquisador Allan da Rosa (2019), a relevância dos pilares de fundamentos da cosmovisão africana se dá, porque compõem as sociedades

³³ Esta situação é fruto da cultura do medo reproduzida em todos os aspectos sociais quando se trata dos indivíduos negros, por exemplo, na literatura infantil brasileira e cantigas populares, em que o personagem negro é quase sempre o ser diabólico e malvado. Algumas dessas representações: o Saci Pererê e o Boi da cara preta.

tradicionais nas quais, as diásporas negras historicamente se estabeleceram, reconstruindo experiências advindas do continente africano.

Em *Leite do Peito* se faz perceptível, como demonstrado nas categorias acima, os fundamentos da cosmovisão africana e de suas práticas presentes quando Geni retrata assuntos, como: a comunidade familiar, a importância do saber ancestral, a valorização da criança/pessoa negra, a comunhão espiritual e equânime entre os membros da comunidade e os princípios norteadores da tradição africana. Tais aspectos elencados são indicados nos estudos de Rosa (2019) como referenciais de comunhão comunitária e ancestral das tradições e valores filosóficos africanos ressignificados na diáspora negra brasileira

[...] A ancestralidade assim assegura tanto a estabilidade e a solidariedade do grupo no tempo quanto sua coesão no espaço;

A Família, que pode ser extensa e transcender laços sanguíneos, como base da organização social;

A concepção de Pessoa como aquela que é portadora de destino e energia, a desenvolver, de força vital;

Uma noção de Poder vivido coletivamente, a fim de promover a comunidade e garantir a ética africana. Dando-se valor não estereotipante ao vigor sexual e à fertilidade feminina, sendo a procriação também uma manifestação palpável do desenvolvimento da vida. (ROSA, 2019, p. 44)

Assim, os princípios são apresentados na narrativa *geniniana* por meio de relações familiares e comunitárias, momentos religiosos, contação de histórias, na ocasião do plantio e da colheita, na lida no campo, no compartilhamento dos alimentos etc., demonstrando como uma comunidade majoritariamente negra e oriunda do campo, se configurou no contexto histórico e social nas décadas de 1950 a 1970 e recriou vivências da cosmologia africana em solo brasileiro. Geni conduz habilmente sua narrativa forte e inspirada em memórias da infância para trazer nuances das experiências da diáspora negra e acentua os elementos de resistência construídos nesses coletivos na reelaboração dos fundamentos provenientes das culturas africanas.

Além disso, o enlace do livro mostra como a comunhão familiar/comunitária e a progressiva construção identitária da infância até a adultez constroem caminhos de uma autoria negro-brasileira que denuncia o “projeto antinegro” (CUTI, 2010, p.16),

em especial o do século XX, pós-abolição, e as relações de privilégios das populações brancas sobre as negras, em um verdadeiro pacto da branquitude. (BENTO, 2022)

De modo simultâneo, a autora reafirma a identidade negro-brasileira de sua literatura ao se posicionar politicamente enquanto mulher negra, evidenciando a importância de temáticas imprescindíveis ao coletivo do qual faz parte, assim como reencena as tradições inspiradas nos valores éticos africanos em confronto com a reprodução do racismo na literatura brasileira e nas práticas sociais e culturais. Destaca-se também, a linguagem fluida, poética e singular, com a qual Geni gesta a história de sua grande família negra (composta por 12 filhos e seus pais, Dona Sebastiana e Seu Benedito) consistindo em um eco ornado de vozes e de afetos inabitualmente contados nos romances nacionais de autoria branca. O livro *Leite do Peito: Contos* tira dos olhos a venda da oclusão posta pelo racismo e visibiliza as vivências de pessoas negras e seus afetos, realçando tais existências.

4. CABAÇAS UTERINAS – RELAÇÕES DE MATERNIDADES, PATERNIDADES E IRMANDADES NEGRAS NAS REMINISCÊNCIAS DE MENINA

O objeto da presente seção é a construção identitária da maternidade, da paternidade e das relações fraternais das crianças negras trazidas em *Leite do Peito* (2001), considerando simbolicamente o seio familiar como cabaça que acolhe, protege e preserva, tal qual um bebê dentro do útero:

Cabaça: que dá a alegria do sustento alimentar, da abundância, da fartura da gamela cheia, espelhada na felicidade da cuia, do tacho que apresenta o alimento a ser dividido em família, da colher oferecida aos visitantes que aportam à morada. Terrena, irmã das panelas e caldeirões, plena e copiosa, símbolo-mãe de amor infindável. (ROSA, 2019, p. 76)

O intento é relacionar a construção das identidades e a comunhão familiar, refletindo as peculiaridades da maternidade, da paternidade e da fraternidade das mulheres, homens e crianças negras no Brasil do século XX a partir das nuances apresentadas nas memórias da infância da autora Geni Guimarães.

Para tanto, considera-se como historicamente, estes personagens são forjados na literatura brasileira, desde o apagamento nos romances do século XIX até a valorização identitária e racial concebida na escrita de autores negros e negras. Por este motivo, esta seção salienta como no processo de escrita Geni Guimarães constroem-se categorias interseccionalizadas gerando personagens plurais, com histórias de vida significantes, sem abdicar do confronto ao racismo em distintas situações.

No primeiro subtítulo serão analisadas em *Leite do Peito* as experiências da maternidade da mulher negra em refutação a negação de sua descendência e em contradição ao fetichismo do corpo negro feminino. Enquanto, no segundo, serão investigadas as singularidades da paternidade do homem negro, animalizado e objetificado na literatura brasileira e a importância da confluência fraternal entre crianças e jovens negros no contexto familiar e comunitário. A poética *geniniana* versa sobre a fé e a dororidade, sobre comunhão e luto, a respeito da infância plena e o fraterno, sem perder de vista o amor, identificado no texto da autora, como ato de resistência e como a cabaça de amor infindável.

4.1. A MATERNIDADE DA MULHER NEGRA: AFRODESCENDÊNCIA E NEGAÇÃO

A pesquisadora Patrícia Hill Collins em seu livro *Pensamento Feminista Negro* (2019) afiança que a maternidade negra é historicamente questionada tanto na perspectiva social, quando na produção cultural, devido a construção perversa do patriarcado ao estabelecer estruturas de poder e estereótipias para estigmatizar as mulheres negras. A autora evidencia como são vinculados, pelo viés patriarcal, os arquétipos de objetificação às afro-americanas e como estes são construídos a partir de opressões interseccionalizadas e lugares sociais restritivos a determinados indivíduos, por meio do que a mesma denomina como *Imagens de controle*.

Desse modo, *Imagens de controle*, segundo a pesquisadora, são estigmas que servem como modo de dominação e controle dos corpos e das existências das mães negras norte-americanas. Tais estigmas são fomentados mediante discursos de marginalização da maternidade negra e autorização de uma elite branca para a vivência desta experiência. As denominações das imagens de controle são: a Mammy, a matriarca, a mãe dependente do Estado e a gostosa (COLLINS, 2019).

A *mammy* é a figura da serviçal fiel e submissa, criada para justificar a exploração do trabalho escravizador de mulheres negras, as famosas amas de leite (no Brasil) são utilizadas como modo de propagar a subserviência negra aos descendentes. Já a matriarca é traduzida como a mãe raivosa, brigona, não feminina e comumente retratada como as figuras que têm filhos problemáticos e criminosos; a mãe dependente do Estado é relacionada às mulheres que têm uma prole numerosa e dependem basicamente de programas sociais mantidos pelo Estado para viver com os filhos (este mito projetado na realidade brasileira). Por último, a mãe gostosa identificada como a que tem o apetite sexual insaciável, sendo reforçada a ideia de serem sexualmente mais ativas que as mães brancas (COLLINS, 2019).

No contexto literário brasileiro, o cenário não se difere muito, uma vez que, como indica a doutora Conceição Evaristo (2009), as mulheres negras na literatura são colocadas como hipersexualizadas e/ou inférteis, quando não são expostas nas narrativas escritas pela branquitude, na figura da mãe preta inculta e submissa. Ou seja, em ambos os casos, nos Estados Unidos e/ou no Brasil, os estereótipos

designados são legitimados como forma de naturalizar os abusos, feridas e cicatrizes oriundas do racismo, sexismo e desigualdade social. As mães negras, sejam elas norte-americanas ou brasileiras, são condicionadas na literatura às *Imagens de controle* que as representam como vulgares, sem cultura e subalternizadas, ou simplesmente, negam a pluralidade de maternidades existentes e das pessoas envolvidas no ato de maternar.

A ausência da descendência de mulheres negras se apresenta inclusive em configurações de relacionamentos interracialis, considerados como tentativas de embranquecimento, comprovando a inexistência da geração de filhos e restringindo somente às mulheres brancas o título de mãe; enquanto as negras, são esterilizadas e hipersexualizadas (DUARTE, 2010). Porém, essa perspectiva é parcialmente metamorfoseada com a escrita de autoras negras, como comentadas nesta dissertação, pois fomentam novos ares de uma produção identitária, sendo a publicação da escritora Maria Firmina dos Reis, já estudada na seção anterior, em: *Úrsula* (1859) um dos primeiros títulos a representar a maternidade negra positivamente.

De acordo com Duarte, ao retratar mãe Suzana e Túlio (escravizados) Maria Firmina coloca a maternidade como um dos temas relevantes do livro e exalta a cumplicidade entre mãe e filho, demonstrando o olhar cuidadoso e interno sobre as relações entre os que se amam. Todavia, o discurso literário canônico anula o protagonismo narrativo e desautoriza as existências das mulheres negras, as colocando sobre a concepção de serem *o Outro do outro*, o estranho, ou melhor dizendo, a oposição a mãe branca, aquela a quem é permitida a maternidade. As mulheres negras, desta maneira, são limitadas a objetificação sexual no processo de dominação e controle do homem branco. E colocadas à margem são consumidas como o produto, ou como Collins assevera: “No pensamento binário, um elemento é objetificado como o Outro é visto como um objeto a ser manipulado e controlado” (COLLINS, 2019, p. 137).

Logo, pensar a produção de *Imagens de controle* sobre os corpos das mulheres negras e a consequente estigmatização da maternidade negra é fundamental para identificar como na construção narrativa de autoras negras, em especial, Geni Guimarães, objeto deste estudo, tal personagem, exemplo: Dona

Sebastiana é tecida a partir de uma ótica que valoriza a epistemologia e a corporeidade das mulheres negras, em especial, no exercício da maternidade.

Para tanto, considera-se na construção da maternidade em *Leite do Peito*, o papel central dado no enredo a mãe negra como gestora de vidas e, para além disso, como possuidora de amor puro, generoso e que se eleva pela demonstração do afeto para com a filha. Prova disto é que no segundo conto do livro, a autora Geni Guimarães traz na expressão das memórias da infância tons vibrantes ao se recordar da mãe:

Minha mãe sentava-se numa cadeira, tirava o avental e eu ia, colocava-me entre suas pernas, enfiava as mãos no decote do seu vestido, arrancava dele os seios e mamava em pé.

Ela aproveitava o tempo, catando piolhos da minha cabeça ou trançando-me os cabelos. Conversávamos, às vezes:

- Mãe, a senhora gosta de mim?

- Ué, claro que gosto, filha.

- Que tamanho? – perguntava eu.

Ela, então, soltava minha cabeça, estendia os braços e respondia, sorrindo:

- Assim.

Eu voltava ao peito, fechava os olhos e mamava feliz.

Era o tanto certo do amor que precisava, porque eu nunca podia imaginar um amor além da extensão dos seus braços. (GUIMARÃES, 2001, p.15)

A poética da cena criada por Geni ao retratar a cumplicidade e o amor vivenciado por ela e pela mãe demonstra uma emoção pouco narrada em romances brasileiros, isto se deve principalmente por se tratar de uma criança e uma mulher negra, sendo a segunda, mãe da primeira e não como submissa e inculta cuidadora, como comumente é apresentado o feminino negro em obras literárias canônicas.

A Dona Sebastiana, mãe de Geni, entra em cena no espaço antes só pensado como a de ama de leite para os filhos brancos das sinhás ou como a mucama que servia aos prazeres sexuais dos senhores. Contudo, sem ambas as estereotipias, Geni possibilita a criação de laços amorosos e familiares. O protagonismo da figura materna negra neste ponto contraria a perspectiva de distintas escolas literárias, nas quais as mulheres negras são representadas como aquelas que não geram filhos, visto que, como indica o pesquisador Eduardo de Assis Duarte (2010):

[...] o fato dessa representação, tão centrada no corpo de pele escura esculpido em cada detalhe para o prazer carnal, deixa visível em muitas de suas edições um sutil aleijão biológico: a *infertilidade* que, de modo subreptício, implica em abalar a própria ideia de afrodescendência (DUARTE,

2010, p.25).

Ou melhor dizendo, não é construído para as mulheres negras historicamente vínculos afetivos e familiares, demonstrando a desumanidade criada para este segmento interseccionalizado em gênero e raça. Todavia, desmentindo os romances brasileiros, Geni, ao identificar a mãe, Dona Sebastiana como marcador de amor, afiança haver mérito desta figura para construção do profundo e verdadeiro afeto.

No conto referente ao nascimento do irmão caçula, Zezinho, a pequena Geni dialoga mais uma vez com a irmã, Arminda, que ouve as confissões da pequena sobre as saudades da mãe afastada dela devido ao período do resguardo, ficando nítido o quanto a genitora é a pura expressão das raízes e firmeza de espírito da criança

Chegando em casa, minha mãe cerzia uma camisa xadrez, em pé, encostada no fogão apagado. Arminda piscou disfarçadamente e falou para minha mãe: - Tem gente querendo colo. Dá aqui a roupa que eu acabo de remendar. Minha mãe entregou a roupa para Arminda e sentou-se numa cadeira feita de palhas trançadas. Estendeu os braços e eu fui, como se caminhasse para o céu. Fiquei toda torta, escorregava e não conseguia pousar a cabeça no seio tão e sempre amigo. No entanto, não disse nada. Não agradei. Não reclamei. Apenas respirei fundo para recolher o eterno cheiro de terra e mãe (GUIMARÃES, 2001, p. 18-19).

A associação da terra, elemento vital, com a mãe demonstra o quanto de amor e divino existe no profundo afeto da filha. A sutileza na escolha das palavras para descrever até mesmo o cheiro exalado pela Dona Sebastiana evidencia o quanto a mãe preta é digna de enaltecimento e grandeza, contradizendo o discurso reproduzido pela literatura brasileira. A experiência de Geni, as lembranças e a alusão à identidade de uma mãe-terra reforçam o quanto ela foi atravessada na infância por esta representação forte e poderosa, cerne do mundo infantil e familiar da menina. As impressões e sensações sentidas de modo intenso fizeram deste olhar carinhoso da progenitora, a razão maior para existência dela.

O que novamente é notado no parto do irmão caçula, quando devido os gemidos de dor emitidos por Dona Sebastiana, a menina se aflige e diz em uma conversa íntima com Deus: “Precisava saber se, quando mãe morre, a gente pelo menos podia morrer também” (GUIMARÃES, 2001, p.18). Essa frase envolta dos temores e fragilidades da criança, ainda pequena, faz com que em um momento

solitário Geni confirme o lugar de afeto e devoção estabelecido na relação entre mãe e filha.

Tais excertos literários reforçam o profundo e puro amor entre estas mulheres negras e se aproximam em grandiosidade e lirismo com o conto *Olhos d'água*, da obra homônima, de Conceição Evaristo (2018)

Ela se assentava em seu trono, um pequeno banquinho de madeira. Felizes colhíamos flores cultivadas em um pequeno pedaço de terra que circundava o nosso barraco. As flores eram depois solenemente distribuídas por seus cabelos, braços e colo. E diante dela fazíamos reverência a Senhora. Postávamos deitadas no chão e batíamos cabeça para a Rainha. Nós, princesas em volta dela, cantávamos, dançávamos, sorriamos (EVARISTO, 2018, p. 17).

O fragmento evaristiano invoca na narrativa as reminiscências maternas, salientando por meio da cor dos olhos, as lembranças da cumplicidade e a importância da mãe, como ser fulgurante, e da filha, como eterna aprendiz dos saberes maternos. Semelhante à Evaristo, Geni expõe no fulcro da história, a relevância da força maternal para a constituição da personagem-narradora e na tradução de um imenso afeto e devoção pela progenitora.

A representação da Dona Sebastiana em outras tantas passagens ao longo da obra se eleva na resignificação de Geni quanto aos arquétipos da heroína e do ideal platônico diante da figura materna. Integrante de um coletivo social, no qual a mãe negra está no âmago da organização familiar exercendo poder nas vidas dos filhos e do marido, a produção da autora demonstra aspectos do matriarcado, comuns em algumas sociedades africanas, nas quais as populações têm como modelo de centralidade e autoridade a figura da progenitora.

Entretanto, a demonstração concreta e marcante da negação da maternidade negra está na realidade racista do Brasil na qual as mães negras não vivem inteiramente seu papel por serem seus filhos, as vítimas mais frequentes das ações genocidas da força armada do Estado e conseqüentemente estarem nas estatísticas de jovens assassinados³⁴, como escancara a poeta baiana Livia Natália em *Sobejos*

³⁴ De acordo com os dados do Atlas da Violência no Brasil 2018 a desigualdade racial é aparente nas taxas de homicídio da população, sobretudo entre os jovens das periferias brasileiras que no ano de 2016 apresentava quase 3 vezes maior probabilidade de ter mortes violentas que a dos não-negros.

do mar (2017)

23 minutos

Quantas mães ainda vão chorar
vendo seus filhos paridos às avessas,
pelas armas do estado? (NATÁLIA, 2017, p. 63)

Esta maternidade sofrida e experienciada a partir do falecimento do filho também é apresentada por Geni quando reproduz na conversação entre os pais, Seu Benedito e Dona Sebastiana, o luto deles e a revolta dela pelo óbito de um filho morto ainda na tenra infância, devido à falta de atendimento médico e de comisseração do dono do armazém local

Ao olhar para o quibebe, balançou a cabeça, mostrando ter entendido toda aquela tristeza da minha mãe.

- Bastiana, se fô pra ficar assim, não faça mais e pronto.

- Não tinha outra mistura – explicou ela com uma ponta de choro na voz.

- Então, é melhor comer só o arroz e o feijão puro. Além do mais, pode ser até que nem foi por causa da lombriga aguada. Era a hora dele e Deus chamou.

- Foi lombriga sim. Ficou três dias, pedindo lingüiça com abobrinha. Depois começou a inchar, inchar...

Para mudar o rumo da conversa, que me assustava muito, puxei a saia da minha mãe e pedi:

- Vamos rezar? A comida já está até fria...

- A culpa foi do desgraçado do dono da venda – continuou ela, sem dar a mínima atenção ao meu pedido. – Custava ter entregado a porcaria da lingüiça? Dali a quatro dias já era dia do pagamento. Abobrinha qualquer um da colônia tinha.

- Parece até que você sofre mais por causa do ódio do que pela morte do Ditinho³⁵ – recriminou meu pai.

- Nem sei. O que não aguento é lembrar que perdi meu filho e que foi por falta de piedade dos outros. Também sou de carne e osso. Não sei não sofrer.

Todos silenciaram. (GUIMARÃES, 2001, p. 80-81)

A inexorável dor advinda do pesar vivenciado por Dona Sebastiana é um divisor de águas na vida da mulher que, para saudar a memória do filho, prepara o prato pedido pelo menino antes de falecer. O quibebe feito por ela é, na verdade, a representação simbólica da criança e da falta de assistência social, médica e econômica a qual todos os negros pobres estavam expostos, ou melhor, nuances do racismo estrutural e do que o pesquisador Renato Noguera (2020) denomina como

³⁵ O episódio do falecimento do menino Ditinho traz dois quesitos agravantes, o primeiro é o fato do menino saber que estava morrendo e pedir como derradeira solicitação o prato preferido e, o segundo, a falta de compaixão do dono do armazém com as famílias pobres, reforçando novas estratégias da escravidão nos dias atuais.

necroinfância, a política de poder do Estado para legitimar as mortes de crianças negras.

A cena inaugura a categoria identitária da mãe do filho ausente e endossa no diálogo entre os esposos, o palpável e insuperável lamento partilhado entre tantas outras mães negras que veem no contexto brasileiro os filhos terem suas vidas ceifadas pelas mãos armadas do Estado. Estas mulheres têm seus filhos arrancados delas em justificativas governamentais (*necroinfância*) que vão desde os autos de resistência até as precárias condições de moradia, alimentação e atendimento médico nos hospitais públicos do país, aos quais as camadas mais pobres da população brasileira estão submetidas, em especial, o percentual composto por negros (pretos e pardos) discriminados duplamente.

Estas mulheres, para quem a afrodescendência é negada, acabam morrendo cada dia um pouco mais pela ausência presente dos frutos gerados em seus ventres e por este motivo, a reverência poética traduzida na música *Mãe*, do cantor Emicida (2017), ressalta os desafios, as peculiaridades e a relevância desta personalidade

Um sorriso no rosto, um aperto no peito. Imposto, imperfeito, tipo encosto, estreito. Banzo, vi tanto por aí. Pranto, de canto chorando, fazendo os outro rir. Não esqueci da senhora limpando o chão desses boy cuzão. Tanta humilhação não é vingança, hoje é redenção. Uma vida de mal me quer, não vi fé. Profundo ver o peso do mundo nas costa de uma mulher [...]

Os tanque, as roupas suja, a vida sem amaciante. Bomba a todo instante, num quadro ao léu. Que é só enquadro e banco dos réu, sem flagrante. Até meu jeito é o dela. Descreve o efeito dela, breve, intenso, imenso. Ao ponto de agradecer até os defeitos dela. Esses dias achei na minha caligrafia tua letra. Desafia vai dar mó treta. Quando disser que vi Deus. Ele era uma mulher preta (EMICIDA, 2017, s/n).

Além dos pontos mencionados, tem-se na obra literária: *Leite do Peito* (2001) a representação do afro-afeto estruturado pelos pais da autora, contradizendo os limitadores de escritores brancos que descrevem relacionamentos interracialis, a exemplo de Bertoleza e João Romão, como uma tentativa de limpeza racial, sem, no entanto, compor histórias a respeito dos casais negros.

Deste modo, a ênfase na família negra apresentada por Geni salienta os frutos de barrigas pretas como a pura expressão do amor e cumplicidade compartilhados pelos pais e como tema recorrente no livro, a afetividade paternal e familiar se torna a base da realização pessoal e profissional da escritora e, por esse motivo, será debatida na próxima subseção.

4.2. A PATERNIDADE DO HOMEM NEGRO: MASCULINIDADES E AFETOS

Outro personagem primordial na narrativa de Geni Guimarães é a figura paterna, o senhor Benedito Mariano. Em contraponto, a concepção estereotipada dos homens negros vinculados a agressividade, criminalidade e sexualização, a autora constrói um discurso narrativo de afeto e doçura para o pai negro:

Num desses dias, quando atravessávamos a fazendinha e falávamos sobre o meu estudo, ele me disse:

- Tem que ser assim, filha. Se a gente mesmo não se ajudar, os outros é que não vão.

Nisso ia passando por nós o administrador, que ao parar para dar meia dúzia de prosa, cumprimentou meu pai e disse:

- Não tenho nada com isso, seu Dito, mas vocês de cor são feitos de ferro. O lugar de vocês é dar duro na lavoura. Além de tudo, estudar filho é besteira. Depois eles se casam e a gente mesmo...

A primeira besteira ficou sem resposta, mas a segunda mereceu uma afirmação categórica e maravilhosa, que quase me fez desfalecer em ternura e amor.

- É que eu não estou estudando ela pra mim – disse meu pai. – É pra ela mesmo. (GUIMARÃES, 2001, p. 71)

Antes visto apenas pela mística de potência sexual/mito do estuprador, bandido e/ou reprodutor, no trecho acima, a estigmatização a respeito da paternidade do homem negro é desconstruída e o conto denominado *Alicerce*, traz como a descrição feita por Geni a respeito do personagem Seu Benedito, enfoca uma representação masculina forte e delicada. O fragmento comprova como o papel de pai para Seu Benedito foi construído a partir da concepção de prover, proteger e amar os filhos, garantindo o acesso deles a outras possibilidades de formação que não os limitasse a vida na fazenda. No entanto, a fala do administrador, homem branco, diz de uma masculinidade que desumaniza a negritude, ao indicar que o certo é dar duro na lavoura, porque os negros são de ferro, acrescida da desaprovação quanto a relação afetiva com a prole. Comprovando no paralelo entre as falas dos dois homens, ambos pais, que a ternura tem cor sim e neste caso, ela é negra.

O conto citado é uma ode dedicada a relatar o quanto Seu Benedito foi decisivo para a continuação dos estudos dos filhos e para a transmissão dos valores morais e éticos, servindo de exemplo como homem trabalhador que dava duro na lavoura para possibilitar aos descendentes a realização profissional. A proteção e a defesa da filha pelo pai elucidam na resposta dada ao administrador da fazenda que

o futuro e os projetos da prole eram inquestionáveis, pois mesmo com a alegação da inutilidade da continuação dos estudos, o homem firmemente indica criar a filha para o mundo, ou melhor dizendo, para a emancipação.

Chegou calmo e bem disposto, - o que nos indicava ter sido bem sucedido na negociação, porém, sobre a conversa que tivera nem um sinal. Só na hora combinada falaria, avisou-nos, ao perceber nossa expectativa.

- O negócio é o seguinte – começou assim que acabamos de almoçar -, todos nós sabemos que a Geni quer ser professora, não é? Então, a gente não pode ficar morando aqui na fazenda, nesta lonjura sem fim. Ginásio só tem na cidade. Como é que ela pode andar a pé, todo dia, até lá? – riu. – Vai chegar na escola quando já tiver acabado a hora dos ensinamentos. Então vamos precisar mudá, ir pra mais perto do que a menina quer.

- É – concordaram todos, numa só voz (GUIMARÃES, 2001, p. 93).

O relato mencionado confirma um ponto relevante no enredo: o contraponto perfeito do alheamento paterno vinculado ao estereótipo do pai negro, ou melhor, a ruptura com a concepção de ausência do pai negro difundida na literatura brasileira. A presença do Seu Benedito é tão intensa na vida dos filhos, que todas as decisões importantes são dialogadas com a esposa e a prole, para decidirem juntos quais os melhores caminhos a tomar, distanciando-se da figura burguesa do pai tradicionalmente propagado pela branquitude, detentor da razão por prover materialmente a casa. Porque enquanto o pai burguês manda e as crianças calam, nas experiências das famílias negras, o mais velho ouve o mais novo e vice-versa, já que o diálogo se faz relevante, inclusive como forma de pensar estratégias de enfrentamento ao racismo. À medida que Geni fortalece tal emblemático personagem, o ícone paternal branco é confrontado com um Seu Benedito, negro, que desmente o padrão brancocêntrico e colonizador, através da figura de um progenitor presente, amigo e cúmplice da prole.

Além disso, exatamente por vivenciar o racismo na pele, o pai enxerga na formação escolar a possibilidade de ascensão social para que os filhos, em especial, a filha, tenham melhores oportunidades na vida. Seu Benedito, neste contexto, expõe uma associação a concepção feminista ao incentivar a filha a ser professora, lutando pela concretização profissional dela, o que por si só é uma contrariedade a cultura das décadas de 1960 a 1970, nas quais era esperado das mulheres apenas que fossem casadas, mães e boas donas de casa.

Nas tradições bantu a procriação é um dos maiores sinais de poder. E filho é

uma benção. Porém, como é dádiva, é também responsabilidade para todos os dias. Quando se é mãe ou pai, não se fica um dia sem se pensar no filho. Que traz, que vem e que volta. [...] É preciso ensinar-lhe, formá-lo, acompanha-lo passo a passo no aprendizado de viver. (ROSA, 2019, p. 86)

Isto significa que, dentro da cosmovisão africana, os filhos precisam ser cuidados, protegidos, orientados e amados pelos pais igualmente, e Seu Benedito (pai de doze filhos/as) visa com respeito, dignidade e amor, acalentar seus afetos para que se tornem pessoas felizes. Analisando a preocupação dele com a escolarização da menina, fica nítido também no inconsciente do homem o que psiquiatra baiana Neusa Souza (1983) diz ser uma cobrança dos pais negros sobre os filhos, isto é, a necessidade deles superarem academicamente o desempenho das crianças brancas e “vencerem na vida pelo estudo”. Deste modo, conforme Souza (1983), os estudantes negros seriam respeitados como os melhores alunos da classe, afinal as crianças negras precisavam sempre ser duas vezes melhores que as brancas, por ser o racismo um limitador natural.

Nilma Lino Gomes, no seu livro *O movimento negro educador. Saberes construídos nas lutas por emancipação* (2017) também expressa que o movimento negro sempre entendeu a escolarização como uma possibilidade de transformação, que se não elimina o racismo, mas que permite ao menos o avanço social das crianças historicamente impedidas de estudar. Outro quesito importante é o fato de Seu Benedito, oposto aos referenciais de homens negros que casam com mulheres brancas como forma de embranquecer a família, contraiu matrimônio com uma mulher negra, com a qual teve doze filhos/as, construindo, deste modo, uma genealogia afrodescendente pautada pelo afeto. Neste cenário é visível no enredo o progressivo envelhecimento do casal, mostrando algo inédito para a literatura brasileira, o processo de vivências ao longo do tempo de esposos negros e o afroamor como um dos pontos salientados nas memórias da infância de Geni.

A relevância da figura do Seu Benedito ilustra a história como um personagem ímpar, descrito liricamente como homem sábio e amoroso, responsável pela formação em magistério da autora e marido-consolador da enlutada esposa ao recordar à perda do filho ressignificando a ausência da criança por meio do cultivo de plantas:

A panela com o quibebe permaneceu intacta. Ninguém a tocou.

Acabada a hora do jantar, a Arminda colocou as vasilhas sobre o fogão. Pegou a panela de quibebe e a entregou ao meu pai. Ele abriu a porta e, ao sair com a dita cuja panela na mão, explicou:
 - Os porcos é que vão gostar do banquete.
 Minutos depois ao voltar, avisou:
 - Amanhã planto um pé de onze-horas³⁶ nesta panela. Tava sem cabo mesmo... (GUIMARÃES, 2001, p. 81)

Apesar do machismo e do racismo difundidos na sociedade brasileira da época, o seu Benedito, atravessado interseccionalmente, enquanto homem, negro e pobre, demonstra solidariedade e partilha da dor do luto geralmente atribuída às mães. O personagem é um patriarca que não limita os sonhos da filha por preconceitos, ao contrário, educa-a para ser dona da própria vida e para seguir a carreira de maior prestígio social, a de professora, sendo que essa postura faz com que Geni acredite que o pai poderia substituir Deus, tamanha a bondade e amor esta compreensão se expressa no diálogo entre os dois:

- Pai, que cor será que é Deus...
 - Ué... Branco – afirmou.
 - Mas acho que ninguém viu ele mesmo, em carne e osso. Será que não é preto...
 - Filha do céu, pensa no que fala. Está escrito na Sagrada Escritura. A gente não pode ficar blasfemando assim.
 - Mas a Sagrada Escritura...
 Ele olhou-me reprovando o diálogo, e por que não podia ir mais longe, acrescentei apenas:
 - É que se ele fosse preto, quando ele morresse, o senhor podia ficar no lugar dele. O senhor é tão bom. (GUIMARÃES, 2001, p. 71-72)

As mencionadas passagens ilustram o amor profundo entre pai e filha. Tal qual um herói, Geni salienta a importância dele para a transformação social nunca pensada para uma menina negra, a de ser educadora. A constituição deste núcleo familiar tão fortalecido e funcional reforça a concepção de amor defendida por bell hooks no livro *Tudo sobre o amor – novas perspectivas* (2021), ao enumerar alguns aspectos preponderantes para uma relação amorosa dentro das comunidades negras apartadas durante e após a abolição.

A afeição é apenas um dos ingredientes do amor. Para amar verdadeiramente, devemos aprender a misturar vários ingredientes – carinho, afeição, reconhecimento, respeito, compromisso e confiança, assim como

³⁶ Não se sabe se a escolha da planta tem relação com o momento do casal na tentativa de superar a dor profunda vivenciada com a perda antecipada de um dos filhos, mas o que de fato se pode inferir e/ou atrelar é que a referida espécie de planta é da família das suculentas e é um grupo conhecido pela resistência aos tempos mais agressivos e áridos.

honestidade e comunicação aberta. (HOOKS, 2021, p. 47)

Todos estes sentimentos e emoções estão presentes no relacionamento do pai e da mãe de Geni (enquanto um casal), como também no convívio de Dona Sebastiana e Seu Benedito com os filhos e filhas. A partir de uma escuta respeitosa, do companheirismo, da responsabilidade afetiva e do exemplo, os adultos demonstram estima pelas opiniões e experiências das crianças e as fortalecem emocionalmente. No entanto, não somente o pai e a mãe foram essenciais para a formação da pequena Geni, como os irmãos mais velhos também contribuíram muito e tiveram papéis determinantes para a construção racial e de comunhão dela.

4.3. LINHAGEM NEGRA: IRMANDADE E CUMPLICIDADE FAMILIAR

Sendo uma das últimas filhas, anterior apenas a Zezinho, Geni refaz a infância de numerosos irmãos por meio da cumplicidade e afetos em pequenas e profundas narrativas protagonizadas pela irmandade e ela. A primeira demonstração está inscrita no trato da irmã Cecília, conforme o excerto abaixo, no qual se revela a meiguice saída do esclarecimento da jovem irmã para com a pequena Geni, quanto à necessidade do resguardo da mãe devido a uma nova gestação:

Mas as coisas começaram a mudar. Era só eu querer mamar, ela se esquivava.

- Cecília – dizia ela -, traga a garapa da menina. Outras vezes, era só eu botar a mão no decote do seu vestido e vinha a saída: uma bolacha caseira, uma goiaba, uma laranja ou qualquer outra guloseima para me tapear.

Sáimos. Eu soluçava baixinho e limpava o rosto com as costas das mãos. Nisso passou um gato rajado diante de nós e eu me lembrei de uma coisa:

- Cecília, que lado fica a porta da teta da mãe?

Minha irmã olhou dos lados, viu uma pedra na margem da estrada. Sentou-se nela e carinhosamente foi me falando:

- Vem cá. Vou te explicar direitinho. É que a mãe encomendou um nenezinho para nós. Você já é mocinha, tem dente, pode comer de tudo, não é? Agora nenê, não. Daí a mãe tem que guardar o leite pra ele. Entendeu? (GUIMARÃES, 2001, p. 17-18).

O consolo adicionado ao zelo evidencia o carinho no qual está envolta a personagem central do enredo. Este espaço de afetividade reforça o elemento familiar como base fortalecedora para a construção social da futura escritora e, para além, sugere no centro da vida da menina as figuras grandiosas das irmãs-mães, irmãs mais velhas que assumem o papel temporário de mãe. Porém, é no episódio seguinte, que é apresentada a personagem, que marca a trajetória de irmã-mãe da autora, Cema,

jovem com deficiência mental, irmã mais velha de Geni e de quem a menina cuidava.

A situação ocorre em um evento natalino no qual Cema ganha destaque por viver uma tripla discriminação, por ser negra, pobre e deficiente enquanto a protagonista, por outro lado, vê-se enredada em um novo conflito interno, no conto denominado: *Fim dos meus natais de macarronadas*.

Eu ainda na fila, com medo de ficar sem. A Cema, de cara enfiada no meio das pregas da minha saia, sem choro e sem riso. Sem curiosidade e sem fala. Sem saber o quanto em eu temia pela falta da sua boneca. Chegou, enfim, a minha vez.

Botei logo a Cema na frente, para ganhar primeiro.

Daí a madame enfiou a mão esguia no saco e, quando foi entregar o presente, parou e olhou na carinha negra e boba da minha irmã. Fitou-a com nojo, medo, repúdio, ódio, sei lá. Deu um passo para trás e quase jogou o pacote na cara da Cema. Virou-se apressadamente, sem ao menos o riso fabricado. Sem ao menos atirar-lhe o beijo hipócrita, frio, triste. (GUIMARÃES, 2001, p. 30)

A descrição acentua o desprezo demonstrado pela ajudante do Papai Noel, uma mulher branca ao presentear Cema, pois ao contrário do riso enjoado e do beijo grudado dado em todas as demais crianças negras e pobres da fazenda, a irmã de Geni recebeu apenas um olhar de asco. Ao relatar os acontecimentos seguintes, a autora evidencia como a visão do evento ocorrido temperou com a hipocrisia daquela ação social promovida pelo dono da fazenda³⁷, todos os bons momentos vivenciados naquele período, instalando na menina o horror “inconscientemente” sofrido pela irmã e marcado na percepção do triplo preconceito, racial, social e contra pessoas com deficiência - capacitismo.

A dura aprendizagem se fixou como realidade trivial nas vidas de crianças iguais a Cema e Geni, excluídas interseccionalmente por serem negras, e no caso da primeira, pessoa com deficiência. Como irmã-mãe, Geni tomou para si a contrariedade da situação para reagir em outros momentos de similar dor e instaurou em si uma repulsa pela boneca branca tão semelhante àquela mulher branca que outrora rejeitou a ela e sua querida Cema. Novamente, a interseccionalidade enquanto ferramenta analítica se apresenta como modo de analisar as categorias identitárias em que

³⁷ O proprietário da fazenda, no período do Natal, realizava a doação de brinquedos para os filhos dos trabalhadores como forma de demonstrar a “bondade” do homem branco diante dos funcionários negros, no entanto, durante o ano explorava o trabalho deles e mantinha todos com poucos recursos.

ambas as meninas negras se encontram e acrescenta o olhar sobre o lugar de reconhecimento da discriminação racial. Pois as identidades das crianças se cruzam com a questão de classe, raça e gênero, três das seis ideias centrais da interseccionalidade quando se pensa os diferentes domínios: “[...] a desigualdade social, as relações de poder interseccionais, o contexto social, a relacionalidade, a justiça social e a complexidade.” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 45)

O desfecho desta subseção, para finalizar, se dá com a citação do momento em que a lembrança do falecido irmão vem à tona e os fraternos em conjunto encerram o duro diálogo entre os pais ao redor da mesa, em uma construção cênica extremamente poética apresentada abaixo:

Meu pai estendeu o braço direito e segurou a mão da Iraci, que por sua vez segurou a mão da Arminda e, assim, cada um de nós estendeu o seu braço e em breve todos estávamos de mãos dadas. Como nem meu pai, nem minha mãe iniciasse a oração, o Dirceu abaixou a cabeça e se pôs a orar.

- Senhor, mais uma vez nós vos agradecemos pelo alimento, pelo trabalho e pela saúde – e parou um instante. Como o momento requeria, improvisou, sem muito jeito, o término do discurso espiritual: - Senhor, livrai os nossos corações de tanta... – procurou a palavra – mágoa e dor. Que nós aguente tudo e ainda possa ter a misericórdia do perdão.

Fez o sinal-da-cruz e conosco encerrou:

- Amém. (GUIMARÃES, 2001, p. 81)

E como um fio condutor, a jornada de Geni é traçada por intermédio da família, representada por indivíduos negros e de origem humilde, fortalecidos pela cumplicidade e pela afetividade que os une.

5. O BAOBÁ DE MEMÓRIAS: TRAUMAS, INFÂNCIAS E NEGRITUDE PELA ÓTICA DA CRIANÇA

A ideia do Baobá que intitula esta seção visa referenciar a concepção de infância negra a partir da simbologia da árvore sagrada, do amadurecimento e florescimento, para analisar, dentro do simbolismo da árvore em questão, a construção identitária que constitui a menina negra em seu processo de amadurecer e resplandecer. Objetiva-se simbolicamente mencionar o mito da árvore do esquecimento, na qual homens e mulheres eram obrigados a dar voltas em torno de uma árvore, sob tortura, para apagar memórias, recurso do colonialismo para impedir que africanos escravizados, reconstituíssem através das reminiscências, suas vidas antes da escravidão, gerando “melhor aceitação” ao cativo, sem resistências e lutas devido à ausência de referências culturais, memoriais, familiares e pessoais.

O simbolismo da árvore do esquecimento é relevante para compreender a perversidade da escravidão, porém, sobretudo, para propor que se retorne, desfaçam-se as voltas para ao invés de esquecer, lembrar, regressar e retornar as narrativas pela ótica da criança negra, neste caso, a menina Geni, porque

A árvore é um dos arquétipos que instauram os mitos do progresso. Pela floração, frutificação e caducidade das suas folhas, incita-nos a sonhar dramaticamente um devir. Sua verticalidade nos orienta ao irreversível. A árvore é uma das imagens arquetípicas mais complexas. [...] (ROSA, 2019, p. 82)

O intento é identificar dentro da simbólica e sagrada árvore a construção identitária que constituiu a menina negra em seu futuro processo de amadurecer e resplandecer, tendo nas raízes das memórias a força para manter seu rijo tronco diante a perversidade das tempestades raciais, como afiança a própria Geni Guimarães no poema *Visão de Mim* (2021):

Plantei árvores
e, poeta, fiz poemas redondos.
Do ventre,
Extraí minhas raízes
saudáveis de negrume e de altivez.
No entanto,
o acabado me indefine,

e o gosto do que fiz
me incompleta.
Sou inacabada,
Até que a morte me separe. (GUIMARÃES, 2021, p. 71)

Os giros em torno da árvore, nesta seção, são para rememorar, para na infância semear o solo adubando a vida com afetos, cores, dores e traumas, e amadurecer e resplandecer, a fim de que a história da menina preta seja contada. Primeiramente, faz-se necessário pensar a concepção de infância negra para, em seguida, identificar o florescimento da ternura nos olhos da infância. Com o intuito de falar sobre crianças negras se faz necessário, em primeiro lugar, conceituar o termo infância mediante as contribuições da pesquisadora Cristina Teodoro (2022)

[...] ora é uma estrutura universal, constante e característica de todas as sociedades, ora é um conceito geracional, uma variável sociológica que se articula à diversidade da vida das crianças, considerando classe social, gênero, raça e pertencimento étnico. Ou seja, ora a infância é singular, ora é plural. A infância como singular está inserida na estrutura social, política e econômica de qualquer sociedade. Uma infância universal, porém, enquanto um conceito geracional, é plural, e depende da classe social, do gênero, da raça ou do pertencimento racial de cada criança, em cada contexto social. Assim, nessa perspectiva, há uma multiplicidade de infâncias em que as crianças estão inseridas. (TEODORO, 2022, p. 30-31)

Assim, o conceito, em seu sentido plural, corrobora com a análise da relação de infâncias e negritude ao considerar de que maneira diante do processo de hierarquização racial, social, étnica e de classe, as vidas das crianças são atravessadas. Situam-se como as infâncias negras são desvalorizadas, descartadas e suas memórias aniquiladas na contínua tentativa de apagamento pela colonialidade, ao visar tanto o aniquilamento físico, quanto o memorialístico.

Apesar da pluralidade de infâncias, a concepção de plenitude de vivências para crianças é restrita ao grupo étnico e racial branco. Neste, é permitida uma existência pacífica e longa, enquanto para outros, esta experiência é pautada em discriminações, contenção/vigilância constante e ceifamento múltiplo: emocional, físico e espiritual, sendo as crianças negras, majoritariamente as vítimas constantes de toda a sorte de violências e brutalidades.

Por este motivo, abordar o tema infância e negritude no livro *Leite de Peito* da autora Geni Guimarães é importante para compreender a histórica construção da infância negra a partir da perspectiva brasileira, sobretudo considerando o olhar da

mulher negra, fruto da diáspora africana no Brasil, para a desmistificação condicionante de desumanização negra no período da escravidão até a ruptura com os estratagemas do racismo nos dias atuais.

Inicia-se o estudo analisando o histórico vínculo de vida e morte das crianças negras no período da escravidão, ora esfaceladas pelo extenuante trabalho braçal nas atividades da Colônia, enquanto escravizados, como reforça a Dra. Magali Almeida: “A vivência diminuta da infância para as meninas e os meninos escravizados na Colônia e no Império decorre de seus corpos serem requeridos para o trabalho precoce” (ALMEIDA, 2020, p. 10). Ora em abortos provocados e morte prematura pelas mães escravizadas no intuito de libertar suas/seus filhas/os da condição de vida cativa e dos horrores do cativeiro; conforme a afirmação de Angela Davis: “Abortos e infanticídios eram atos de desespero, motivados não pelo processo biológico do nascimento, mas pelas condições opressoras da escravidão.” (DAVIS, p. 208, 2016)

Em ambos os casos, as infâncias negras foram atravessadas pelo processo de escravização, que ora compreendia os corpos de meninos e meninas negras como corpos regulados³⁸ para o labor lancinante, ora obrigava as progenitoras em atos desesperados a vitimar sua prole como forma última de proteção. O mais perverso desta conjuntura, no entanto, é notar, que infelizmente na realidade brasileira, a política de poder do Estado mantém mecanismos eficientes para manutenção do ciclo vicioso no pós-abolição e o racismo impera como construção social, cultural e histórica, ao reforçar e naturalizar a descartabilidade e desimportância das existências de crianças negras, matando-as todos os dias. Por este motivo, o caminho a seguir é sobre uma árdua jornada, mediante a política de apagamento da criança negra.

5.1. HISTÓRIA DA CRIANÇA NEGRA NO BRASIL: BREVE ANÁLISE

As infâncias das crianças negras no Brasil vão desde a escravização africana, na qual os corpos de suas mães e seus pais foram objetificados e disponibilizados

³⁸ A construção teórica do termo: *corpo regulado* utilizado no presente estudo é da Dra. Nilma Lino Gomes (2017) quando ela afiança que o termo tanto se refere ao padrão de beleza branca, que não corresponde a corporeidade negra, quanto ao corpo identificado para o trabalho, escravização e controle do branco.

enquanto coisa comercializável, passando por bebês retirados forçosamente do seio materno até meninos e meninas vendidos como objetos de lucro. Se a concepção de infância foi tardia para a humanidade, quem dirá para os indivíduos negros, sequer reconhecidos como pessoas, e sim, como corpos sem alma, objetos móveis dos senhores, sem divisão etária e muito menos um debate inicial sobre tal aspecto.

Além disso, a de se recordar a Lei do Ventre Livre promulgada pela Princesa Isabel e que instituía a falaciosa emancipação de que os afrodescendentes nascidos a partir de 1871 seriam legalmente livres quando completados oito anos de idade. No entanto, como todas as legislações da época, um ardil recorria, pois para serem libertas, as crianças dependiam da bondade de seus donos, sendo tuteladas por eles durante parte da infância ou até a juventude³⁹. O que estava sobressalente era a destituição do pátrio poder das famílias escravizadas, isto é, a não participação delas no destino de seus/suas pequenos/as e a incerteza do que o futuro reservaria a uma criança sozinha, quem cuidaria desta criança após os oito anos, sem direitos (a educação, moradia, saúde, cuidados básicos etc.) e desumanizada pelos rastros da escravidão em um país senhorial, conforme a forma da lei

Art. 1.º – Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre.

§ 1.º – Os ditos filhos menores ficarão em poder ou sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção. Ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. (IMPÉRIO BRASILEIRO, 1871)

As necessidades de cuidados básicos, proteção familiar, educação, saúde, afeto e abrigo a que todas as crianças deveriam ter acesso, na promulgação da Lei do Ventre Livre, ignorava as circunstâncias vivenciadas por meninos e/ou meninas negros, jogados a própria sorte, aos oito anos e sem família para quem voltar, em meio a uma realidade extremamente excludente e violenta para eles. Mesmo com a Lei Áurea em 1888, as crianças negras não se tornaram de fato livres, pois passaram a ser vistas não como entes a serem protegidos e cuidados, porque o racismo,

³⁹ A institucionalização da custódia dos proprietários de escravizados sobre as benções do Império, segundo Cida Bento (2021), oficializou o regime de exploração do trabalho infantil de crianças negras no Brasil.

enquanto nova configuração da colonialidade, jamais permitiu que tais corpos deixassem de ser alvos de toda sorte de desigualdade e discriminação, mas sim, lidos como perigosos, frutos da criminalidade e que deveriam ser regulados, conforme a música *O Meu guri* de Chico Buarque (1981). Crianças pobres e periféricas nascem com cara de fome e a criminalidade é entendida como fator condicionante:

Quando, seu moço, nasceu meu rebento
 Não era o momento dele rebentar
 Já foi nascendo com cara de fome
 E eu não tinha nem nome pra lhe dar
 Como fui levando, não sei lhe explicar
 Fui assim levando ele a me levar
 E na sua meninice
 Ele um dia me disse que chegava lá
 Olha aí, olha aí
 Olha aí, aí o meu guri, olha aí
 Olha aí, é o meu guri
 E ele chega
 Chega suado e veloz do batente
 E traz sempre um presente pra me encabular
 Tanta corrente de ouro, seu moço
 Que haja pescoço pra enfiar
 Me trouxe uma bolsa já com tudo dentro
 Chave, caderneta, terço e patuá
 Um lenço e uma penca de documentos
 Pra finalmente eu me identificar, olha aí (BUARQUE, 1981)

E é neste cenário de criminalização da infância negra que em 1927 surgiu o Código de Menores, ou Código Mello Matos, antecessor ao dispositivo que finalmente protege direitos de crianças e adolescentes, em especial, negros: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990. O Código que perdurou cerca de 61 anos, sendo desabilitado pela Constituição Federal de 1988, identificava em seu texto legal a natureza vadia e disfuncional das crianças e adolescentes negros e pobres definidos pelo termo “menor.” (RODRIGUES; FRANCISCA; COSTA, 2022)

O regulamento se imbuía da suposta proteção e cuidados aos “menores”, porém camuflava o teor racista e classista do documento, instituindo o lugar de desprezo reservado às infâncias e juventudes negras no Brasil. Jamais tratando como criança, nunca um adolescente, e sempre um “menor”⁴⁰

A palavra “menor” tem como referência o Código Mello Moraes de 1927, mais conhecido como Código de Menores, uma legislação pensada

⁴⁰ Tal cenário é notável no filme brasileiro biográfico: *O contador de histórias* (2009), com direção de Luiz Villaça, que retrata a vida de jovens negros e pobres na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), extinta em 2006.

especificamente para crianças pobres em situação de vulnerabilidade, que em sua maioria, eram meninas e meninos negros. [...].

A legislação previa a internação dos menores em espaços chamados de Escolas de Preservação, que, na prática, tratava-se de locais de encarceramento infantil como forma de controle e ensino de ofícios. Os aprendizados nesses espaços educacionais estavam voltados ao ensino de funções relacionadas a subempregos, tais como os ofícios de engraxates ou faxineiras. (RODRIGUES; FRANCISCA; COSTA, 2022, p. 70-71)

Nesta conjuntura, a definição “menor” utilizada para estigmatizar crianças e adolescentes negros como vadios e delinquentes, tirando a legitimidade do lugar de infância pertencentes a eles, deu espaço para o surgimento do termo “trombadinha”, surgido nos anos 1960 e ressaltado no período ditatorial brasileiro:

[...] no período da Ditadura Militar no Brasil, criou-se a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), o órgão normativo que tinha como finalidade criar, implementar e centralizar ‘a política nacional de bem-estar do menor’, dizendo-se solução do ‘problema do menor’ e das ‘fábricas de delinquentes’, por meio de práticas repressivas e tratamentos desumanos às crianças e aos jovens, em sua maioria de infância pobre, que na realidade eram apenas ‘menores’ para o sistema. (CARVALHO; FERREIRA, 2022, p. 121)

Devido a já mencionada associação da negritude com a criminalidade, somado ao acentuado cenário de violência estrutural, sistêmica e o estereótipo de bandido a que a infância e a juventude negras foram unidas, o extermínio deste grupo social e racial se tornou um dos focos do Estado, silenciando seus corpos pelo encarceramento e/ou exterminando-os para emudecer por completo as existências das infâncias de meninos e meninas negras

Uma criança preta é tão ameaçadora à sociedade e ao complexo sistema de poder tecido pela branquitude, que a possibilidade de seu nascimento já é suficiente para que se reaviva o projeto de higienização social, compondo além de discursos, práticas efetivas contra sua existência. (CARVALHO; FERREIRA, 2022, p. 124).

No contexto brasileiro, as infâncias negras são entendidas como extremamente perigosas ao status da branquitude, herdeira do sistema escravista, que reinventa a todo instante mecanismos da colonialidade para matar, ainda no ventre, o fruto da descendência de africanos e africanas.

Este coletivo ressignifica estratégias hediondas para manter seus privilégios e não confrontar-se com a perversidade manifestada por eles, a citar o indecoroso e aviltante controle sobre os corpos das mulheres negras, como a violação aos direitos sexuais e reprodutivos nos casos de laqueadura involuntária da década de 1990, na qual jovens em idade reprodutiva foram esterilizadas, a negligência obstétrica, em

cirurgias com menos anestésicos devido ao estereótipo da negra ser mais forte e suportar mais dor, gerando casos de morte de bebês e suas mães, e tantos, tantos outros estratagemas indecentes perpetrados e não-oficializados como política de poder do Estado para frear a descendência negra:

O imaginário do jovem negro enquanto indivíduo delinquente, inimigo da ordem e do Estado, é o principal estereótipo construído para o controle da vida e da morte da população negra no Brasil. O raciocínio se dá da seguinte forma: se é inimigo do Estado, deve ser combatido por tudo e todos, a qualquer custo, independentemente das circunstâncias (CARVALHO; FERREIRA, 2022, p. 122)

A configuração de morte impacta diretamente o direito do nascituro e ceifa a vida antes dela romper, ao delimitar e sustentar estruturas de poder e de privilégios coloniais das antigas classes senhoriais. Hoje, elites hegemônicas e seus descendentes fundamentados na necropolítica. Matar na infância, para que não se tenha descendentes na juventude e na adultez.

Se a morte física não é possível, mata-se psicologicamente, materialmente e quebra-se o espírito de meninos e meninas na infância. Pois, se pelo lado social, histórico e cultural são as crianças brancas, sistematicamente entendidas como aquelas a serem cuidadas, as que devem viver plenamente, serem preservadas e amadas, são elas as associadas a pureza, benevolência, inteligência e beleza. Em contraponto, as crianças negras, sumariamente vinculadas como perigosas, feias, frutos da escória, marginalizadas, designadas pelo termo pejorativo “menor” ou “trombadinha”, definidos apenas para elas nos programas de televisão sensacionalistas, e submetidas a um tratamento violento ao primeiro sinal de resistência, pagando com suas mentes, corpos, vidas.

O tratamento respeitoso, digno e cuidadoso a que todas as crianças deveriam ter acesso e que é garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, de acordo com as estatísticas de homicídios de crianças, está muito distante de ocorrer, pois, no Brasil, majoritariamente, as crianças assassinadas, são negras:

De acordo com a Pesquisa Homicídios na Infância e Adolescência no Brasil (2009 a 2019), entre o ano de 2009 e 2019, foram assassinadas 107.670 crianças e adolescentes, em que 76% eram negras, totalizando 81.512 vítimas, sendo 93% meninos. A associação imediata que se faz da infância negra com a criminalidade e o estereótipo de ‘menor infrator’ é imprescindível para que a prática genocida reflita, alarmantemente, nesses dados (CARVALHO; FERREIRA, 2022, p. 125).

O pesquisador Renato Nogueira (2020, s/n) conceitua a assombrosa taxa de mortes/matabilidade de crianças negras como *Necroinfância*, ou seja, a política de poder do Estado brasileiro na qual se determina quem pode viver e quem deve morrer, utilizando como objeto, o genocídio massivo de meninos e meninas negras, ou simplesmente

A história do Brasil pode ser contada do ponto de vista dos abusos, encarceramento, falta de direitos fundamentais e morte de crianças negras. O que tem sido dito como 'crianças matáveis', 'crianças invisíveis', 'crianças violáveis' ou denominações próximas, pode ser pensado em termos teóricos como maneiras de exemplificar um conceito filosófico. Eu denomino esse fenômeno de matar crianças negras de necroinfância. (NOGUERA, s/p, 2020)

Na literatura negro-brasileira feminina muito já se relatou e ainda relata-se a respeito do genocídio de crianças e adolescentes negros, como excerto final do conto *Zaíta esqueceu de guardar os brinquedos* (2016), da autora e doutora Conceição Evaristo ao sangrar com a personagem no ato final e narrar os caminhos da bala achada no peito infantil da tez preta

Zaíta seguia distraída em sua preocupação. Mais um tiroteio começava. Uma criança, antes de fechar violentamente a janela, fez um sinal para que ela entrasse rápido em um barraco qualquer. Um dos contedores, ao notar a presença da menina, imitou o gesto feito pelo garoto, para que Zaíta procurasse abrigo. Ela procurava, entretanto, somente a sua figurinha-flor... Em meio ao tiroteio a menina ia. Balas, balas e balas desabrochavam como flores malditas, ervas daninhas suspensas no ar. Algumas fizeram círculos no corpo da menina. Daí a um minuto, tudo acabou. Homens armados sumiram pelos becos silenciosos, cegos e mudos. Cinco ou seis corpos, como o de Zaíta, jaziam no chão (EVARISTO, 2016, p. 76)

Refletir sobre este panorama histórico, cultural e social e identificar tais conceituações é essencial para analisar como neste cenário em que a criança negra é silenciada ao menor balbucio sua humanidade é deslegitimada. A literatura negro-brasileira feminina, sobretudo, a narrativa autobiográfica ficcionalizada de Geni Guimarães é uma autorização da infância negra, da existência negra, um levante da voz da menina negra que ecoa entre os recônditos da história brasileira e reconhece-se em suas memórias, ao dizer das suas dores, alegrias e traumas. Geni denuncia e acalenta, expõe e costura-se, faz doer e também cura, como os Ibejis que enganam a Morte⁴¹.

⁴¹ Itan sobre os Ibejis, orixás gêmeos crianças, filhos de Oxum e Xangô e que em uma das versões da história, ao enfrentarem Icu, a Morte, conseguem enganá-la usando um tambor encantado, fazendo-a padecer de tanto dançar e desistir de atrair os vivos para sua armadilha mortal.

5.1.1. A escola como território de memórias: o amadurecimento

No livro *Leite do Peito* (2001), a autora Geni Guimarães dedica três contos às memórias relativas ao ambiente escolar, o primeiro intitulado: *Tempos Escolares*, o segundo: *Metamorfose* (ambos na situação de educanda) e o último: *Força Flutuante* (na fase adulta e na condição de professora, que foi analisado na seção 3). No primeiro conto, relata a passagem sobre o início da escolarização, aos sete anos, salientando toda a ansiedade e emoção que envolve a expectativa de ir à escola pela primeira vez:

Deitei-me, formulando uns versinhos na cabeça. Quando soubesse ler e escrever (que ela ia me ajudar), escreveria no papel e recitaria na escola.

Quando nos meus olhos dançava a chama da vela e no meu coração o versinho já surgia, minha mãe chamou-me:

- Filha, acorda que está na hora.

Não era preciso chamar-me. Eu não havia dormido. (GUIMARÃES, 2001, p. 48)

Ao contrário do estigma de delinquência e de inabilidade para o ensino formal relacionados falaciosamente aos negros, Geni demonstra no prólogo, a energia esfuziante diante do primeiro dia de aula e o anseio por aprender, muitos conhecimentos já possuía, contudo, via no ensino formal notória importância. Iniciando os estudos de modo tardio, a autora evidencia a ansiedade em alfabetizar-se e os sonhos com os primeiros versos escritos por ela, o que ao longo do conto vai criar um abismo entre os sentimentos genuínos da menina, as práticas pedagógicas e os aspectos comportamentais fundamentados pelas educadoras. Além disso, as rígidas diretrizes da instituição escolar em que a menina estuda se vinculam aos estratégias do racismo de modo contundente, no diálogo entre Dona Sebastiana e Geni ao trançar os cabelos da pequena, as recomendações para o primeiro dia de aula da criança são ressignificadas pelo já reconhecido tratamento desigual dispensado a negros e brancos:

- Amanhã, seu cabelo já está pronto. Hoje você dorme com lenço na cabeça que não desmancha. Não esqueça de colocar o lenço novo no bernal. Pelo amor de Deus, não vai esquecer o nariz escorrendo. Lava o olho, antes de sair.

- Se a gente for de qualquer jeito, a professora faz o quê? – perguntei.

- Põe de castigo em cima de dois grãos de milho – respondeu-me ela.

- Mas a Janete do seu Cardoso vai de remela no olho e até mocô no nariz e...

- Mas a Janete é branca – respondeu-me minha mãe, antes que eu completasse a frase. (GUIMARÃES, 2001, p. 45)

Ou seja, o fato de Janete ser uma menina branca justifica o desleixo e falta de asseio no fardamento, porque para a branquidade é aceitável o romper as regras instituídas, porém, no caso de Geni, não seria permitido, pois sendo ela uma criança negra toda uma diferenciação de tratamento era imposta antes mesmo de adentrar a escola. Já no efetivo dia de aula, a menina novamente foi orientada pela mãe, que preocupada, questionava a todo instante o asseio com a aparência da pequena. Tal zelo ocultava o medo da menina ser punida, uma vez que crianças negras e brancas são tratadas de modos distintos:

Pulei da cama.

- *Pai Nosso que estais no céu...*

- Pegou o lenço?

- *santificado seja o Vosso nome...*

- Seu cabelo não desmanchou?

- *venha a nós o Vosso reino...*

- Olha o rosto. Não tem remela?

[...] A minha mãe recomendava e eu ia de lá pra cá. Saia azul, blusinha branca. Alpargata nova nos pés. Pó de arroz por todo o corpo.

Nariz limpo.

Eu era negra... a Janete, branca... (GUIMARÃES, 2001, p. 49)

A preocupação de Dona Sebastiana em cuidar de cada detalhe da filha, e “minimizar” o tom da pele dela ao passar o pó de arroz em seu corpo, muito diferente de um ato deliberado de violência empregada contra a menina, é o modo pelo qual a mãe tenta blindar sua criança das discriminações raciais as quais possa ser submetida. A blindagem da mãe é um ato desesperado de proteger sua prole quando não estiver presente, pois a negritude fere os olhos do branco, como um tapa em sua face.

Não somente a cor da pele é entendida como negativa para este coletivo, como também a necessidade de uma vigilância sobre a limpeza corporal é algo meticulosamente elaborado, como modo de reforçar que a menina entende seu lugar “inferiorizante” enquanto negra e atenderá os limites impostos pela sua cor. O temor de Dona Sebastiana se assemelha ao medo que os pais de crianças negras comumente têm com as abordagens policiais, quando ensinam os seus filhos, meninos pretos, a não correr ou reagir quando confrontados pela polícia.

Conforme aponta a pesquisadora Luara Baia (2021), é uma tentativa de minimizar os estigmas racistas criados sobre a corporeidade negra para que seja aceita, pois este corpo está historicamente atrelado a sujeira, ao imundo, ao

degradante e da colonização até hoje, por meio de programas de televisão, novelas e mídias, mantém-se a referência ao negro como o fedido, miserável e/ou o sujo, inclusive na construção estereotipada da ideia de boa aparência atrelada a branquitude e aparência de bandido, a negritude.

No entanto, os cuidados excessivos com os cabelos crespos da menina, que são constantemente penteados e presos, demonstram também outra maneira de regulação do corpo da criança negra dentro do ambiente escolar. Corrobora com esta máxima a pedagoga e doutora Nilma Lino Gomes, ao frisar no artigo: *Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra* (2006) o lugar do corpo negro como marca identitária em conflito, entre o olhar interno e o externo, e o destaque para o cabelo crespo, como elemento não neutro dentro do conjunto corporal

Ao falarmos sobre corpo e cabelo, inevitavelmente, nos aproximamos da discussão sobre identidade negra. [...] como um processo que não se dá apenas a começar do olhar de dentro, do próprio negro sobre si mesmo e seu corpo, mas também na relação com o olhar do outro, do que está fora. É uma relação tensa, conflituosa e complexa [...]. (GOMES, 2006, p.02)

Gomes (2006) acentua a importância do cabelo crespo quando denota que a experiência afirmativa sobre a estética negra traz o cabelo como elemento fundamental de denúncia contra o silenciamento, de significados culturais, sociais e políticos para elevação da autoestima das populações afrodescendentes e de exaltação da negritude

O cabelo crespo na sociedade brasileira é uma linguagem e, enquanto tal comunica e informa sobre as relações sociais. Dessa forma, ele também pode ser pensado como um signo, pois representa algo mais, algo distinto de si mesmo.

Assim como a democracia racial encobre os conflitos raciais, o estilo de cabelo, o tipo de penteado, de manipulação e o sentido a eles atribuídos pelo sujeito que os adota podem ser usados para camuflar o pertencimento étnico/racial, na tentativa de encobrir dilemas referentes ao processo de construção da identidade negra. Mas tal comportamento pode também, representar um processo de reconhecimento das raízes africanas assim como de reação, resistência e denúncia contra o racismo. E ainda pode expressar um estilo de vida. (GOMES, 2006, p. 08)

Os traços físicos como nariz, boca, a tez e o cabelo são emblemas raciais que delimitam as diferenças entre brancos e negros, e no caso das populações afrodescendentes, sofrem diversas tentativas de apagamento estético e de embranquecimento, o que se observa dentro dos relatos da autora. Entretanto, notado

ao final do conto, que apesar de corresponder a apresentação exigida (blusinha branca, alpargatas novas e asseamento do corpo e cabelos) e embora a mãe tenha se esmerado na tentativa de blindagem da filha, nada é o suficiente para tornar a negritude da criança aceitável aos olhos dissimulados do racista, porque mesmo no momento de fragilidade e comoção da nova educanda, na finalização da aula, o/a leitor/a é apresentado/a uma cena impactante que reforça a perversidade da professora branca em relação a sua estudante negra:

Meu Deus, beijo ou não beijo?”, pensava eu, quando... [...]

Nisso um sino estridente badalou forte. A criançada se pôs em alvoroço. Era o sinal da saída. Eu não conseguia parar de chorar.

Meu nariz escorria, escorria. [...]

Novo disparo no peito e o coração de volta pra garganta. O beijo!

Não havia tempo para dúvidas. Só faltava eu.

Levantei-me depressa, ergui os pés e encostei os lábios no rosto da mestra. [...]

Dona Odete, com as costas da mão, limpava a lambuzeira que eu, inadvertidamente, havia deixado em seu rosto.

Pude ver, então, a sua mão, bem na palma. Era branca, branca. (GUIMARÃES, 2001, p. 52)

No trecho acima se nota a repulsa de Dona Odete, no momento afetivo e de nervosismo da menina. O asco da educadora enfatizado pela frase “[...] limpava a lambuzeira” (GUIMARÃES, 2001, p. 52) externa a ausência de carinho e respeito da professora com a criança, evidenciando que o racismo não poupa nem ao menos os pequenos. Inclusive, assevera-se contra estes, porque age sobre eles numa intensidade tão perversa que seus corpos e mentes, ainda em desenvolvimento, não compreendem, senão pela emoção, o projeto de fretamento de suas identidades. É nessa fase que o racismo começa a ensiná-las a se “porem no seu lugar”, sempre o da subalternidade.

Corroborar para comprovar a manifestação desta prática nas instituições de ensino, as pesquisas realizadas por Cavalleiro (2020) em escolas de educação infantil, nas quais são perceptíveis os modos diferenciados de acolhimento e cuidados com as crianças brancas e negras, e são apontadas a falta de dignidade imperativa

na relação professor/aluno somada a naturalização, omissão e convivência de educadores (as) a respeito de problemáticas raciais em sala de aula.

Essas situações de discriminação, ocorridas na presença de professores, sem que estes interferiram, chamaram minha atenção. Os educadores não perceberam o conflito que se delineava. Talvez por não saberem lidar com tal problema, preferiram o silêncio. Também me questionei sobre a possibilidade desse silêncio decorrer do fato de esses profissionais compactuarem com as ideias preconceituosas, considerando-as corretas e reproduzindo-as em seus cotidianos. (CAVALLEIRO, 2020, p. 10)

Tal comportamento relativo à figura do (a) professor (a), tanto no livro, quanto na realidade brasileira corroboram para que este profissional surja como agente multiplicador e cúmplice das práticas preconceituosas/discriminatórias, responsáveis, em parte, pelos perpétuos constrangimentos experienciados pelas crianças afrodescendentes e para exaltação da beleza e da inteligência como naturalmente superiores nas brancas. Por este motivo, Cavalleiro assevera que o perfil estudantil brasileiro, de acordo com dados das PNAD (Pesquisas por Amostra de Domicílio – 1982), apontavam em décadas passadas e permanecem com os maiores índices de evasão e reprovação escolar vinculados à parcela populacional negra. Uma das elucidações para tais circunstâncias é o fato de haver no ambiente escolar, em especial, nas instituições públicas de ensino da educação básica, nas quais o público-alvo é composto majoritariamente pelo alunado negro e pobre, o ritual pedagógico de silêncios exercido pelos professores

O silêncio dos professores perante as situações de discriminação imposta pelos próprios livros escolares acaba por vitimar os estudantes negros. Esse ritual pedagógico, que ignora as relações étnicas estabelecidas no espaço escolar, pode estar comprometendo o desempenho e o desenvolvimento da personalidade de crianças e de adolescentes negros, bem como estar contribuindo para a formação de crianças e de adolescentes brancos com um sentimento de superioridade. (CAVALLEIRO, 2020, p. 32)

A *práxis* de silêncios se expressa fortemente na ausência de debates propostos por educadores que ignoram, anulam-se e/ou deslegitimam as recorrentes queixas e situações de racismo vivenciadas pelos estudantes negros no ambiente escolar e ainda, como no exemplo da Dona Odete, evidenciam o nojo/desprezo pelos mesmos, inferiorizando-os

Tem-se a ideia de que não existe racismo, principalmente por parte dos professores, por isso não se fala dele. Por outro lado, há a vasta experiência dos professores em ocultar suas atitudes e seus comportamentos preconceituosos, visto que estes constituem uma prática condenável do ponto de vista da educação. (CAVALLEIRO, 2020, p. 33)

Este silenciamento (ou da parte do professor, que se anula, ou do educando, que é anulado) se dá porque como parte da sociedade racista, alguns professores são herdeiros da colonialidade e naturalizam/dissociam-se sordidamente das regalias garantidas a eles devido aos privilégios herdados dos seus tataravôs senhoriais, como é Dona Odete; enquanto, outros educadores, infelizmente reproduzem a lógica racista cotidianamente e estimulam o auto-ódio. Em ambos os casos, os estudantes não-brancos são as principais vítimas desses profissionais reagindo contra si e contra seus pares, como forma de exteriorizar toda a violência/repressão vivenciada no ambiente escolar

Assim, quando a criança é embranquecida pela escola, seu corpo torna-se um corpo dissidente de negritude. E, quando resiste, seu corpo expressa uma relação contra a opressão à sua liberdade de ser; não podendo ser negro, se rebela e explode. Muitas vezes, por não saber ou poder expressar verbalmente a opressão por que passa – o que é comum entre as crianças - manifesta suas revoltas e seus desgostos por meio de atitudes agressivas contra si e os outros. [...] assim sendo, a escola e sua prática pedagógica não são questionadas, mas sim os comportamentos dos/as alunos/as. (ROMÃO, 2001, p. 168)

A análise teórica se assemelha ao relato trazido pela autora ao enfatizar no conto *Metamorfose* (2001) como a escola fundamentou a negação da humanidade e resistência do povo africano no processo de escravidão no Brasil, e associou a submissão e covardia a este coletivo social com o qual Geni, ainda criança, compreendeu-se como pertencente, gerando nela, conseqüentemente, uma ruptura identitária e um ataque ao seu próprio corpo. Na apresentação escolar, a partir da temática da abolição da escravatura e beirando a canonização da Princesa Isabel que a criança, no segundo ano de escolarização, experienciou mais agruras e divergências históricas e raciais.

Exposta ao dia 13 de maio de 1888 na escola e tendo aprendido ser o dia em que os “escravos” foram libertos pela bondosa Princesa Isabel, Geni foi ensinada a acreditar na docilidade natural e inferioridade dos negros, o que por si justificava, segundo a argumentação da educadora, a escravização pelos brancos, ora algozes, ora anjos, pois tanto escravizaram, como também libertaram. Geni narra a experiência no trecho abaixo

Já no momento em que entramos na classe, ela se pôs a falar sobre a data:

- Hoje, comemoramos a libertação dos escravos. Escravos eram negros que vinham da África. Aqui eram forçados a trabalhar e, pelos serviços prestados, nada recebiam [...]

[...] Quantas vezes deviam ter rido de mim, depois das minhas tontices em inventar cantigas de roda... Vinha mesmo era de uma raça medrosa, sem histórias de heroísmo. Morriam feito cães. Justo era mesmo homenagear Caxias, Tiradentes e todos os Dons Pedros da história. Lógico. Eles lutavam, defendiam-se e ao seu país. Os idiotas dos negros, nada. [...]

A ideia me surgiu quando minha mãe pegou o preparado e com ele se pôs a tirar da panela o carvão grudado no fundo.

Assim que ela terminou a arrumação, voltou para casa. Eu juntei o pó restante e, com ele, esfreguei a barriga da perna. Esfreguei, esfreguei, e vi que, diante de tanta dor, era impossível tirar todo o negro da pele. (GUIMARÃES, p. 65-66, 2001)

Este momento de auto-ódio vivenciado pela autora na infância denuncia o dissabor profundo das falácias criadas pela escola, no qual a hediondez da escravidão e o genocídio negro são justificados e é aludida uma suposta benevolência da princesa imperial. A desilusão de Geni com os antepassados faz com que a menina não queira se reconhecer como negra por vergonha da raça, inferiorizada pela mestra. A força da reprodução de uma história falsamente criada e repetida inúmeras vezes torna um peso ser herdeira de um povo subjugado e que teve o corpo machucado e silenciado por mais de trezentos anos de escravização. Sendo assim, o discurso escolar oficializa o mito da servidão africana e impede que crianças negras, alheias a outras narrativas, não queiram se identificar com a biografia de dores e sofrimentos oficializada como verdade pela historiografia do Brasil e propagada no discurso institucional.

Estas construções sócio-históricas reproduzidas no ensino básico, na qual há uma natural inferiorização da narrativa do rapto de africanos e escravização como herança negra, propositadamente, esquece-se dos Impérios e Reinados africanos e propaga o mito de uma África una, homogênea, primitiva, miserável e animalesca, para nutrir mecanismos de negação das epistemologias, culturas e heranças africanas, retirando o lugar de protagonismo das sociedades negras que se organizaram e lutaram pela libertação dos escravizados no Brasil e ao redor do Mundo.

No caso da história do negro no Brasil, em particular a abolição da escravatura, a atuação do próprio africano escravizado dá lugar à suposta generosidade paternalista do branco. Dá-se a impressão de que o africano nunca lutou pela própria liberdade, e frequentemente reforça-se esse estereótipo com a alegação de que o negro aqui veio para suprir a necessidade de mão-de-obra provocada pelo amor à liberdade e consequente inadaptabilidade do índio ao regime escravista. (NASCIMENTO, 2001, p. 119)

A representação desta aberração manipulada da história expõe uma realidade interpretada a partir da ideologia da branquitude, que fomenta o abismo entre as narrativas oficiais e legitimadas, e as contribuições orais e destituídas de poder pela colonialidade. No sistema hegemônico a oralidade é desvalorizada, e apesar de ser anterior a escrita, ter estruturas complexas, funções sociais primordiais é inferiorizada. Mesmo sendo os contadores de histórias responsáveis por transmitir para as gerações mais novas saberes e narrativas de seus povos, como faz Nhá Rosária, *griotte* da fazenda vizinha, é a escrita a detentora de autorização no currículo escolar. De maneira intencional, o discurso de poder colonial implicado no currículo se coloca como superior e antagoniza nas reminiscências da infância, sendo a cultura oral marginalizada sem considerar que

Nesses últimos cinco séculos de presença afro no Brasil, as contações vocais detalharam passagens ancestrais e histórias comunitárias, passadas dos mais velhos aos mais jovens. A palavra, nas culturas de pujaça oral, tem inclusive a conotação de matéria, de consciência: é aí corpo, além de pensamento e alma, sendo um símbolo de abertura de caminhos.

A poesia, a arte da palavra, proporciona por virtude da presença do verbo que se anuncie imagens e sensações, estórias e acontecimentos que ora estejam no passado ora apareçam no futuro, que ginguem nos tempos verbais possíveis entre o que se deu, o que se daria e o que se dará. (ROSA, 2019, p. 76)

Tal ignorância, diante os conhecimentos orais das populações negras legitimam o binarismo entre oralidade e escrita e geram o conflito vivenciado pela menina. Visto que, no primeiro momento, Geni fala sobre o encanto pelas narrativas de Vó Rosária e no segundo, relata no discurso da professora, Dona Cacilda, diferenças irreconciliáveis, mostrando os contrassensos dos discursos destas mulheres que formam contrapontos em relação ao mesmo tema, a libertação dos escravizados.

Por isso, apresenta-se em tabela (tab. 1) a perspectiva divergente de três personagens sobre o povo negro na abolição. Inclusive, essa modalidade gráfica será usada para auxiliar na compreensão dessas ideias contrastivas

Tabela 01: Tabela Comparativa

Personagens	Perspectivas
Vó Rosária:	A verdade é que, quando vó Rosária (assim a chamávamos) chegava, já vinha acompanhada de toda criançada. Todos queriam ouvi-la contar tão lindas e tristes histórias. [...] [...] e só com um risco que fez no papel, libertou todo aquele povaréu da escravidão. [...] Uma tal de Princesa Isabel. [...] (GUIMARÃES, 2001, p. 46-47)
Professora, Dona Cacilda:	- Hoje, comemoramos a libertação dos escravos. Escravos eram negros que vinham da África. Aqui eram forçados a trabalhar e, pelos serviços prestados, nada recebiam. Eram amarrados nos troncos e espancados, às vezes até a morte [...]. (GUIMARÃES, 2001, p. 62)
A contradição criada na mente de Geni:	Vi que a narrativa da professora, não batia com a que fizera a vó Rosária. Aqueles escravos da Vó Rosária eram bons, simples, humanos, religiosos. Esses apresentados então eram bobos, covardes, imbecis. Não reagiam aos castigos, não se defendiam, ao menos. (GUIMARÃES, 2001, p. 62)

Fonte: autoria própria, (2023).

Entende-se o impacto provocado na mente da menina Geni, baseado na representação criada sobre a escravidão, em que se consolidou uma ideia contraditória dos negros escravizados ao confrontar as narrativas de Vó Rosária, descreditada pela História oficial, e de Dona Cacilda, legitimada socialmente. A escola, então, rompe por meio dos seus agentes, com a psique e com a construção identitária individual e coletiva e deslegitima o discurso e as epistemologias do que é, em comparação a colonialidade, taxado como o *Outro*. Esta taxativa história oficializada gera um questionamento: qual o papel social da escola ao longo da historiografia brasileira e na luta por equidade de direitos em relação aos estudantes negros?

Ao longo da história do Brasil, o papel da escola foi de mantenedora de privilégios e proteção à classe senhorial. Por este motivo, os indivíduos negros durante décadas foram rejeitados ou proibidos pelo Império Brasileiro de acessar tais instituições, conforme o Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854:

Art. 69. Não serão admitidos à matrícula, nem poderão frequentar as escolas:

§ 1º Os meninos que padecerem moléstias contagiosas.

§ 2º Os que não tiverem sido vacinados.

§ 3º Os escravos. (IMPÉRIO DO BRASIL, 1854)

A proibição das crianças escravizadas demonstra o quanto negar a escolarização, mais precisamente negar o direito a aprender a ler e escrever era necessária para manutenção das regalias da sociedade escravista da época, pois como diz Paulo Freire (1989):

De alguma maneira, porém, podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é a apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de 'escrevê-lo' ou de 'reescrevê-lo', quer dizer de transformá-lo através de nossa prática consciente [...]. (FREIRE, 1989, p. 13)

Assim, de acordo com Freire no seu livro *A importância do ato de ler* (1989) a leitura tem o potencial político incutido em sua essência e os sujeitos apropriados dela podem reescrever a realidade e transformar suas vidas. O argumento do educador justifica a escolarização como possibilidade de transformação social para as populações negras, imagina-se então na época da escravidão como seria perigoso para uma classe branca senhorial que os escravizados fossem escolarizados, ou como a continua tentativa de afastamento dos estudantes negros do ambiente escolar encontravam asquerosas estratégias difundidas, conforme relatos de Geni, ora pelo viés do desprezo/nojo pelo aluno, ora pelo rebaixamento e inferiorização histórica dos africanos escravizados.

Inclusive, citam-se algumas revoltas de escravizados, em especial, na Bahia com a Conjuração Baiana (1798) e a Revolta dos Malês (1835) que comprovam como a partir da escrita, enquanto tecnologia, coletivos de escravizados organizaram suas tentativas de insurgências.

Ressaltar a legislação educacional do Império Brasileiro, expõe as barreiras históricas impostas para o acesso das crianças negras às instituições de ensino formal

e, antes de mais nada, corrobora com a ideia que o ato educacional é intencional e não possui neutralidade, gerando estigmas e traumas profundos em crianças e adolescentes não-brancos, por muitas vezes, silenciados ao se inserir em um sistema projetado pela colonialidade, em uma elite branca que não se cansa dos seus privilégios. O que não significa dizer que muito antes da permissão legal, já não existissem escolas organizadas por irmandades, coletivos de homens e mulheres livres, intelectuais negros e famílias abolicionistas que alfabetizassem crianças e jovens negros, além de meninos/as autodidatas que aprenderam sozinhos/as a ler e escrever. Contudo, permite-se enxergar sem o véu purista que a Escola também é uma parte da engrenagem racista e é notável nas reminiscências de Geni, ainda menina, o quanto as crianças negras eram/são convidadas a se retirar destes espaços educacionais cotidianamente, por mais que se esperasse/espere que após a abolição da escravatura a aversão a negrura fosse menor ou não existisse, como o mito da democracia racial alarmava.

No contraditório, ainda hoje, na instituição escola, suas diretrizes e seus agentes se encontram refletidos na profundidade do contexto de hierarquização epistemológica, social, de gênero, raça e classe definidor do valor do alunado e de todo o currículo educacional.

Esta seção permite refletir que apesar de vinte anos da promulgação e alteração proposta no Art. 26-A, identificado na Lei 10.639/2003, dentro da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996 tornando obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana (BRASIL, 2003), o cumprimento e discussão da temática étnico-racial durante o ano letivo pelos estabelecimentos oficiais de ensino são restritos em algumas instituições a ações pontuais. Como na época em que Geni estudava a lei ainda não existia, as escolas tinham cenários ainda mais alarmantes, porque a reprodução de engodos como fatos históricos difundiam uma práxis racista, ao invés de uma multicultural e significativa para seus estudantes, o que consentia na reprodução de estereótipos e propagação do racismo dentro do ambiente e da comunidade escolar. Por muitos anos crianças e adolescentes não-brancos foram sendo prensados e emocionalmente destruídos por bolas de demolição que as escolas se tornaram.

5.1.2. O resplandecer da menina negra: cores, dores e brincadeiras

O florescimento da infância é popularmente vinculado ao momento de experienciar o novo, da ingenuidade e de brincadeiras. Para Geni, tal processo foi vivenciado com alguns pesares devido às relações racistas e classistas da sociedade da época. No entanto, nos relatos dela em inúmeras ocasiões sua infância foi cultivada e regada por saudades, doçuras e coloridos, em respostas líricas às desigualdades apresentadas. A autora carregando nas tintas das lembranças, as mais doces e melancólicas memórias de uma infância, escreve sobre uma menina negra altiva oriunda do seu Eu-interior, como bem canta o intérprete e compositor Toni Garrido, no álbum *O Erê* de 1996:

Pra entender o Erê
 Tem que tá moleque
 Uh, Erê, êh
 Tem que conquistar alguém
 Que a consciência leve
 Pare e pense no que já se viu
 Pense e sinta o que já se fez
 O mundo visto de uma janela
 Pelos olhos de uma criança. (GARRIDO, 1996, s/n)

São nos olhos de dentro da infância, ou seja, pelo olhar íntimo da criança ao se perceber diferente do Mundo ao redor, enquanto indivíduo/único, e ainda assim pertencente ao mesmo Universo (na coletividade), que Geni se vê refletida e embalada. É a partir da ótica da menina que analisando e compreendendo no processo de viver/perder, de apreender coisas novas e amadurecer que a escritora ressignifica à fase adulta. Suas narrativas remanescentes de uma meninice jamais apagada pelo adulecer, pois ser adulto não significa deixar a infância para trás, e sim seguir o percurso da vida com ela, dizer sobre o lugar simbólico do crescer para uma criança negra pequena. Dessa maneira, é na passagem da segunda edição do livro *A cor da ternura* (2018) que se nota o saudosismo, regado na experiência primária a pouco tempo vivida:

- Você é mocinha, pode esperar pra tomar banho.
- Você é grandinha, espera um pouco pra almoçar.

Por desaforo, deixei de ter desejos e fome. Só tinha vontade de dormir. Comecei a sentir frio a qualquer hora do dia e da noite. Frio se chovesse. Frio se fizesse calor. Em qualquer circunstância, frio.

- Lombriga aguda – disse a dona Chica, que parecia sanguessuga nos nossos acontecimentos familiares. [...]

Lombriga coisa nenhuma. Eu tinha era saudade. Saudade dos meus detalhes perdidos. Do meu colo, da minha comida servida na boca. Do meu espaço para perguntar besteiras, como diziam eles. Dos olhares carinhosos.

Da minha mãe dizendo 'descasca uma laranja pra menina, deixa que eu penteio o cabelo dela, mais coberta pra menina não passar frio'... (GUIMARÃES, 2018, p. 22)

Esta eterna busca pelo seio e acalento materno demonstra como a perda sentida pela criança está tecida na falta do colo da mãe, no receio de não ter mais o afeto dispensado a ela, no desejo de manter o acolhimento, a proteção e os cuidados de uma época em que era bebê. Contudo, qual a importância de discutir os sentimentos, relações, emoções e memórias da pequena Geni Guimarães?

Quando se fala em infâncias e plenitude, como já dito anteriormente, a associação comumente está vinculada as infâncias de crianças brancas, e isto é algo tão naturalizado que se pode citar livros *best-seller*, como *O menino no espelho* (1982), de Fernando Sabino, *A bolsa amarela* (1976), de Lygia Bojunga, *O menino maluquinho* (1980), de Ziraldo e tantos outros que trazem como foco o protagonismo de meninos/as e/ou jovens brancos/as com suas alegrias, encantos e desventuras, mas esquecem-se das infâncias negras.

Inclusive há de ser lembrado, o famoso poema *Meus oito anos* (1859), do poeta Casimiro de Abreu, no qual narra as saudades da infância perdida, todavia, questiona-se: todas as vivências infantis são experienciadas igualmente? Todas as crianças não-brancas têm autorização para viver tão plenamente a ponto de sentir saudades? Infelizmente, as estatísticas e taxas de homicídios da infância e da Juventude no Brasil indicam que não (CARVALHO; FERREIRA, 2022). Por este motivo, quando um livro se debruça sobre o saudosismo da infância e da juventude da criança/jovem negro passa a legitimar e autorizar as vozes das infâncias. Ao acolher no olhar de dentro, sem hierarquização, o processo de crescer, as primeiras descobertas, os primeiros medos, anseios e sonhos destes indivíduos, humaniza e afeta a construção da narrativa de uma vida plural e múltipla, muitas vezes, atravessada interseccionalmente pelo racismo e classismo, mas, sobretudo, uma jornada coletiva do mover-se no mundo.

O mais estarrecedor é que mesmo os autores contemporâneos a Geni, como alguns supracitados, ao escrever sobre a infância, o fazem de modo genérico e não têm a perspectiva de discutir a diversidade de experiências, como se naturalmente outras possibilidades de infâncias não existissem e o branco fosse universal. Já foi discutido anteriormente que os descendentes da diáspora africana não são vistos como crianças e jovens, e sim através de termos depreciativos, como “menor”, “trombadinha”, e por este motivo, suas memórias para a branquitude não tem a menor ressonância. São em textos como os de Geni Guimarães que as infâncias e juventudes negras são visibilizadas, humanizadas e validadas por meio de relatos de amor, de sonhos, de ganhos/perdas e tantas outras situações em que as crianças possam estar envolvidas.

Tal percepção também pode ser analisada no livro *Diário de Bitita* (1982) de Carolina de Jesus, ao narrar um episódio de sua infância. Na busca pelo arco-íris⁴², Carolina, no auge dos quatro anos, ao observar o céu estrelado questiona a mãe, Dona Cota, sobre o lugar ocupado por ela no mundo e nota também a relação entre homens e mulheres de maneira pueril e crítica:

Um dia perguntei a minha mãe:

- Mamãe, eu sou gente ou bicho?

- Você é gente, minha filha!

- O que é ser gente?

A minha mãe não respondeu.

À noite eu olhava o céu. Mirava as estrelas e pensava: “Será que as estrelas falam? Será que elas dançam aos sábados? Sábado hei de olhar para ver se elas estão dançando. No céu deve ter estrela mulher e estrela homem. Será que as estrelas mulheres brigam por causa dos homens? Será que o céu é só onde estou vendo? (JESUS, 1982, p. 10)

Afora o impacto da cultura machista dominante nas relações de gênero e notado pela menina Carolina ao comentar sobre as relações entre as estrelas, outros tantos elementos são destacados, em especial, a criatividade, o imaginário e a inventividade infantil representados pela suposição de corpos celestes serem objetos personificados e com personalidades. Porém, o questionamento sobre ser gente feito

⁴² Carolina buscava o arco-íris porque Dona Cota, mãe da autora, disse que se passasse debaixo de um se transformaria em homem. Analisando ainda pequena as vantagens de gênero, a menina decidida mantinha sua procura constante a fim de ser transformada.

a mãe, demonstra também algo muito comum na relação entre adultos e crianças, a definição do segundo pelo primeiro. Na família, fruto da colonialidade, esta designação se manifesta em forma de poder e vai desde o nome definido pelos pais até a determinação da posição social que os pequenos devem ocupar. Todavia, o fato de Carolina questionar quem ela é faz referência ao repertório da criança, não como um sujeito oco, que depende terminantemente do adulto, e sim como um ser crítico e pensante, que ao analisar sua experiência com a de outros sujeitos, compreende as estruturas sociais.

Pelo mesmo viés, Geni age ao relatar a reação dos pais após um episódio saudosista dela, e ao contrário da estrutura patriarcal, em que a criança é submetida aos anseios e decisões dos adultos, ela demonstra uma relação afetuosa e de respeito mútuo partilhado com Dona Sebastiana e Seu Benedito, que a ouvem e com quem conversam nas tentativas de nutri-la. A cena apresenta os pais e todos os irmãos na sala, ao redor da menina, observando-a se alimentar, na esperança de que o zelo e os quitutes façam a menina melhorar o ânimo, ou seja, o nutrir no sentido do amor, na expressão de satisfação da criança perante o olhar acolhedor dos pais, e na comida alquímica composta por cuidados pelos adultos e afetos:

Todos se acomodaram ao meu redor. Uns sentados na cama, outros ajoelhados em qualquer espaço livre. Ficaram me olhando comer, felizes, sem a menor discricção de silêncio, no exagero da vigília. [...].

Todos riram alto porque o tempo era de riso. Ri também e, aproveitando o momento de desprendimento, pousei a cabeça no colo da minha mãe.

Sua blusa estava toda molhada de leite, O peito dela, cheinho, vazava. (GUIMARÃES, 2018, p. 24)

Já no conto *Enterro da barata*, do livro: *Leite do Peito* (2001) Geni traduz em diálogos animados com os bichos, companheiros sagazes, os pensamentos, sensações e emoções de uma menina criativa, com experiências próprias desatreladas aos adultos e compartilhadas com seres diversos, legitimando a voz da criança negra:

Quando eu perguntava que cor era o céu me respondiam o óbvio: bonito, grande azul... Não entendiam que eu queria saber do céu de dentro. Eu queria a polpa, que a casaca era visível. Por isso foi que eu resolvi manter contato com as pessoas só em casos de extrema necessidade.

Ao contrário dos seres humanos, os animais se mostraram amigos e coerentes. Aprendi a falar com eles. Imitava todo e qualquer pássaro da

região. Tirava de letra todas as mensagens dos cães, gatos, cavalos, formigas, baratas, etc. (GUIMARÃES, 2001, p. 35)

Apesar da incompreensão dos adultos a respeito de suas novas amizades, Geni cria estratégias para manter seus afetos para si, evitando comentar com os mais velhos suas brincadeiras e segredos trocados com os amigos especiais. Desenvolve, inclusive, maneiras particulares para comunicar-se com eles e somente com a excessiva preocupação materna dissolve suas confidências:

Voltava ao sono intranquilo quando olhava para o oratório e via, entre velas acesas, inúmeros folhetos de orações e imagens de mil santos, ali postos com a responsabilidade de me protegerem.

A partir de então, camuflei meus latidos. Engoli todos os miados para não denunciar a insistência da doença.

Nunca mais “andei de sapo”, mas tinha certeza de que ainda estava mal acompanhada, pois falar com os animais eu não falava porque não podia, mas vontade não me faltava. (GUIMARÃES, 2001, p. 37)

Ao final do conto, porém, ela fala novamente do prazer em conversar com seus entes amáveis. Quando pega bicho do pé, a menina se entretém com as curvas sinuosas do bichinho em seu dedão e a alegria em ter com quem dialogar sigilosamente gera na criança deleite e a sensação de profunda conexão emocional:

Mas eu já não estava só. Com meu bicho-de-pé, mantive diálogos longos. Para ele passava minhas tristezas e alegrias. Havia um fio interno que levava meu pensamento até sua casinha, na curva do dedo do pé. Daí vinha uma coceira gostosa, trazendo-me resposta, consolo. Nossos pensamentos se cruzavam rindo ou chorando. (GUIMARÃES, 2001, p. 37)

Apesar de ter em seus irmãos grandes amigos, o fato de ser uma menina pequena em um grupo de adolescentes e adultos a faz ter certa solidão originária da falta do seio materno. Considerando também que se trata de uma criança negra, pode-se inferir que não tinha amigos brancos, ou que sofria continuo desprezo por parte deles, uma vez que, culturalmente, estes eram ininterruptamente ensinados que são superiores aos negros, como afirmado no confronto de Geni com a história oficializada da abolição da escravidão e a posterior reação dos colegas brancos diante do discurso da professora: “Quando dei por mim, a classe inteira me olhava com pena ou sarcasmo. Eu era a única pessoa dali representando uma raça digna de compaixão, desprezo.” (GUIMARÃES, 2001, p. 63)

O retrato da propagação do racismo entre as crianças brancas a partir do discurso da professora demonstra que muitos motivos haviam para que Geni se sentisse solitária no ambiente escolar, além do que as mesmas crianças da escola estavam no ambiente residencial, sendo filhos do administrador da fazenda e/ou de outros agricultores. O isolamento deles em relação a menina, restringia as amizades de Geni a seus irmãos e irmãs mais velhos, com interesses e ocupações distintas da pequena, o que gera uma necessidade de formar novas amizades e uma solidão contínua. A discriminação racial é notada novamente no conto *Fim dos natais de macarronada*, no qual a pequena Geni apresenta no parágrafo final a infância atravessada pela dor da desigualdade racial no momento da entrega dos presentes. Esta nuance traz um quadro novo quando a narrativa indica que a reação da ajudante do Papai Noel (mulher branca) apresenta aversão a Cema, irmã com deficiência de Geni. A consideração no parágrafo final do conto refaz o peso sentido por crianças negras desumanizadas e desrespeitadas cotidianamente, inclusive em festas religiosas nas quais o amor ao próximo é pregado:

No dia seguinte, na hora do almoço, fraca e vazia, vomitei. Era o mal do riso dela no focinho da leitoa, os dentes dela na cabaça da galinha.

Era a urina da Cema no meu guaraná, e a carinha suada na testa da rosca doce, remoendo lembranças.

Era o meu brinquedo num canto, sem sair do plástico.

Ela toda rebocando o meu tempero e encurtando a minha infância. Era ela matando todos os meus natais de macarronada. (GUIMARÃES, 2001, p. 31)

Este fragmento do livro torna visível o sinuoso racismo apresentado deste a mais terna infância as crianças negras, vitimizadas por comportamentos perversos de indivíduos ensinados a odiar outros pela cor da pele e unidos no intuito de defender o patrimônio da colonialidade. Tudo é explícito e sem censuras, como algo moralmente aceito por aqueles que agem de tal forma, incluindo desde crianças brancas que centram o poder em si e acreditam que seus antepassados são heróis, tal qual a Princesa Isabel, até uma ajudante de Papai Noel que exaltada pela visão de meninas negras não camufla o ódio pela pele preta.

O conflito racial, travado pelos brancos e pautado nas relações servis, escamoteia o ato mais vil já realizado: o roubo/rapto de africanos. Quando Geni apresenta as memórias da infância na Escola e no cotidiano, impera a perpetuação

da nova configuração da escravidão, o racismo, atravessando a menina negra, silenciando e encurtando suas experiências de criança, sua infância plena, para tentar sobrepor-se a vida, na política de necroinfância mental, física, emocional e existencial do corpo preto. Mas, Geni vai além da dor, porque quando se tem um quadro pintado pelo calor dos braços de famílias negras que protegem, acolhem e amam suas crianças, se nota que a diáspora africana tem o amor como cura para o trauma da escravidão e do racismo: “Era o tanto certo do amor que precisava, porque eu nunca podia imaginar um amor além da extensão dos seus braços.” (GUIMARÃES, 2001, p. 15).

Nesta seção final se encerra o grande bloco da família negra e Geni em sua árvore sagrada das memórias gesta o protagonismo da criança negra e da própria infância, para que a menina e a comunidade tenham suas histórias, amores, afetos e sonhos representados e outras tantas pessoas também possam vivenciar a nata do leite que nutre a ternura e a negritude.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar na presente dissertação que as memórias são à sombra do ausente, nota-se como a escritora Geni Guimarães, em seu livro memorialístico e ficcional: *Leite do Peito: Contos* (2001), evoca as reminiscências da infância negra que fulguram em sua mente como uma necessidade de acalantar toda uma existência. No entanto, vai além ao imortalizar pela ótica da infância as identidades negras construídas nos véus das lembranças atravessadas pelo racismo, classismo e discriminações sociais e instaura algo caro às sociedades afro-diaspóricas: a família e a comunidade negra no centro da narrativa.

Em *Leite do Peito*, Geni contradiz o caminho natural das reminiscências, o esquecer e tece o protagonismo da menina negra como mote para as lembranças de todo uma comunidade não serem perdidas, convocando pelas próprias experiências as vozes de crianças, jovens, adultos e idosos negros com vivências silenciadas.

Entrementes, nota-se ao investigar a interseccionalidade dentro da produção literária de autoras negras no Brasil a luta para o reconhecimento da grandiosidade da escrita de mulheres negras, ao considerar como a trajetória biográfica delas foi historicamente cerceada.

Quando comparativamente se estabelecem similaridades nas histórias de vida de Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus e Geni Guimarães se observa como apesar de serem grandes expoentes da tradição literária negro-brasileira, foram gradativamente apagadas e silenciadas pela crítica literária no Brasil. Apesar do pioneirismo e do significativo legado construído por elas, a historiografia brasileira tentou as marginalizar e emudecer, sendo redescobertas anos mais tarde. Enquanto, Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus (coincidentalmente, duas Marias), têm suas vidas e obras apagadas, ressurgindo muito recentemente após seus falecimentos, porém, tendo morrido empobrecidas e esquecidas, Geni, germinada pelas suas irmãs, regressa após o hiato de 20 anos fora do mercado editorial.

O ressurgimento de Geni diante do contínuo silenciamento de autoras negras demonstra a força familiar e dos pares, intelectuais e autores/as, no fortalecido de sementes ancestrais germinadas pelas que vieram antes e pelos contemporâneos,

cultivando em Geni laços afetivos transformados em escritas contundentes e em uma produção militante artística e politicamente.

Outro fator fundamental a considerar é que o processo de construção identitária na tessitura *geniniana* se compôs paulatinamente fomentando o enegrecimento visível na roda textual (em livros em prosa e poesia) ao entrelaçar memórias, histórias, identidades e cosmovisão africana, desde a década de 1970 até os dias atuais, do início da carreira até o retorno ao mercado editorial. A negritude da produção de escritora demonstra a força autoral e a solidariedade com a coletividade negra ao denunciar o racismo e os resquícios da escravidão nas relações entre brancos e negros no Brasil, mas, sobretudo, reverberar a respeito da ternura e da comunhão familiar como respostas curativas para os traumas vivenciados pelas sociedades afro-diaspóricas.

E ao relacionar, no grande bloco temático, na perspectiva da menina negra, família e construção das identidades demonstra escuramente elementos da cosmovisão africana, na compreensão sobre comunhão familiar, na composição da maternidade, paternidade e fraternidade negra e no simbolismo do amadurecer e resplandecer da menina negra, rompendo com a estrutura de desumanização das populações negras. A autora quebra em sua escrita com o mito da mulher negra sobre o viés das *imagens de controle* e estigmas de infertilidade, e do homem negro, vinculado ao arquétipo de hipersexualização e/ou criminalidade. Essencialmente, a tessitura *geniniana* irrompe com os padrões brancocêntricos que instituem a infância como direito apenas de crianças brancas, ao permitir que a história da menina negra seja recontada de modo plural. Ao debater o papel da escola e a constante difusão de histórias de brancos salvadores e negros primitivos, a escritora torna possível uma dissociação com o condicionamento dos negros a escravidão e revive as narrativas e prosas contadas pela *griotte* Nhá Rosária.

No estudo aqui apresentado tais aspectos são essenciais para analisar as construções identitárias tecidas na produção do livro *Leite do Peito: Contos* (2001), e especialmente, para reafirmar a relevância da autoria de mulheres negras, especificamente, de Geni Guimarães, com textos memorialísticos, ficcionais e poéticos que representam as experiências da diáspora negra no Brasil e contam as histórias que ninam os sonhos mais doces de meninos e meninas negros, que

desejam apenas verem a si e aos seus familiares narrados com a ternura dos olhos de uma criança preta feliz.

O estudo apresentado abre portas para novos estudos a respeito das infâncias e famílias negras e da produção *geniniana* explanando possíveis investigações a serem consideradas no campo da literatura negro-brasileira feminina em projetos vindouros, pois é sabido que as nossas histórias não devem passar em branco e nossos escritos nunca mais serão silenciados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Magali da Silva. Prefácio. In.: EURICO, Márcia Campos. *Racismo na Infância*. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2020.

ALVES, Alê. Angela Davis: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. *Jornal on-line El País*, em 27 de Jul 2017, disponível

em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html>. Acesso em: 10 de set. de 2022.

ANJOS, Priscila dos. Dez perguntas para Geni Guimarães. Entrevista cedida em 28 de Jun. 2021. *Agência de Notícias, Rede Galápagos*. Florianópolis, Santa Catarina. Disponível em: <<https://www.itausocial.org.br/noticias/esta-tudo-contra-nos-mas-nos-estamos-a-favor/>> Acesso em: 15 de mar. 2023.

AUGEL, Moema Parente. Geni Mariano Guimarães. In.: DUARTE, Eduardo de Assis (Org.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. v. 2. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 273 - 291.

BAIA, Luara Paula Vieira. *Maternidade tem cor? Narrativas de mulheres negras sobre maternidade*. 1 ed. Curitiba: Appris, 2021.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BHABHA, Homi K. O compromisso com a teoria. In.: BHABHA, Homi k. *O local da cultura*. Trad. Miriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BRASIL. *Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.html>. Acesso em: 20 de dez. 2022.

BUARQUE, Chico. *O meu guri*. Álbum: Almanaque. Gravadora: Ariola, Philips, 1981. Disponível em: <<https://musicasbrasileiras.wordpress.com/2011/09/15/o-meu-guri-chico-buarque/>> Acesso em: 06 de mar. 2023.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Cultura amordaçada: O DEOPS e o saneamento ideológico. IN.: ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. 2ª reimpressão, Campinas, SP: FAPESP, 2007.

CARVALHO, Alice de; FERREIRA, Jéssica. Bala e cárcere: A morte das infâncias negras é parte inegociável do pacote da segurança pública no Brasil. In.: SOUZA, Ellen de Lima; ANJOS, Cleriston Izidro dos; CORREA, Núbia Cristina Sulz Lyra. *Necroinfância e as crianças negras: ensaios na pandemia*. São Paulo, SP: Editora Dandara, 2022, p. 115-134.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*, 6 ed., 6 reimp. São Paulo: Contexto, 2020.

CAVALLEIRO, Eliane (Org.). *Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001.

COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Trad. Jamille Pinheiro Dias. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Trad. Rane Souza 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CUTI, Luiz. *Literatura Negro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.

DASCALSTAGNÉ, Regina. A personagem negra na literatura brasileira contemporânea. In.: DUARTE, Eduardo de Assis (Org.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. v. 1. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 309-338.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, Eduardo de Assis. Mulheres Marcadas: literatura, gênero, etnicidade. In.: DUARTE, Constância Lima; DUARTE, Eduardo de Assis; ALEXANDRE, Marcos Antônio (org.). *Falas do outro - literatura, gênero, etnicidade*. Belo Horizonte: Nandyala, NEIA, 2010.

EURICO, Márcia Campos. *Racismo na infância*. 1 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2020.

EVARISTO, CONCEIÇÃO. (2009). *Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade*. *Scripta*, 13(25), 17-31. Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365>> Acesso em: 04 de Jan. 2021.

EVARISTO, CONCEIÇÃO. *Olhos d'água*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Pallas Míni, 2018.

FARIAS, Tom. *Carolina: uma biografia*. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FREIRE, Jurandir. Da cor ao corpo: A violência do Racismo. In.: SOUZA, Neusa Santos. *"Tornar-se negro" - As vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social*. Ed. Graal: Rio de Janeiro, 1983.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989.

GAGNEBIN, J. M. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GARRIDO, Toni; VILHENA, Bernardo; DA GAMA. *O erê*. Álbum: O erê. Gravadora: Epic, 1996.

GOMES, Nilma Lino. *Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. São Paulo: USP, 2006. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp->

<content/uploads/2012/10/Corpo-e-cabelo-como-s%C3%ADmbolos-da-identidade-negra.pdf>> Acesso em: 07 de nov. 2018.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Org.: Flávia Rios, Márcia Lima. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, Geni. *A cor da ternura*. Ilustrações: Vanina Starkoff, 2 ed. São Paulo: FTD, 2018.

GUIMARÃES, Geni. *Balé das Emoções*. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2021.

GUIMARÃES, Geni. *Leite do Peito: Contos*. Ilustrações de Regina Miranda. 3ª ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2001.

GUIMARÃES, Geni. *O Pênalti*. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

GUIMARÃES, Geni. *Poemas do Regresso*. Rio de Janeiro: Malê, 2020.

GUIMARÃES, Geni. *Terceiro Filho: Poemas*. 5 ed. Barra Bonita/SP: Gráfica Kairós, 2020.

GUZZU, Morgani. *Conceição Evaristo: A escrevivência das mulheres negras reconstrói a história brasileira*. Entrevista. Portal Catarinas, 28 de jul. 2021. Disponível em: <https://catarinas.info/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-das-mulheres-negras-reconstrui-a-historia-brasileira/>> Acesso em: 12 de abr. 2023.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2020.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Práticas de leitura periféricas: Experiências literárias e políticas. In.: LIMA, Elisabeth Gonzaga de; GONÇALVES, Luciana Sacramento Moreno; CORDEIRO, Verbena Maria Rocha (Orgs.). *Leitura e literatura: entre vozes, livros e redes*. Campinas, SP: Pontes, 2016.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HOOKS, bell. *Erguer a voz: Pensar Como Feminista, Pensar Como Negra*. Trad. Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. Trad. Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021.

HOOKS, bell. Vivendo de amor. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. (orgs.). *O livro da saúde das mulheres negras*. Nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas: Criola, p. 188-198, 2000.

IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854. *Reforma do ensino primário e secundário do Município da Côrte*. Rio de Janeiro: 17 fev. 1854. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>>. Acesso em: 20 de fev. 2023.

IMPÉRIO DO BRASIL. *Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Lei do Ventre Livre*. Rio de Janeiro: 28 set. 1871. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm Acesso em: 20 de fev. 2023.

JESUS, Carolina Maria de. *Diário de Bitita*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Trad. Jess Oliveira. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEMAIRE, Ria. *Relendo Iracema: o problema da representação da mulher na construção duma identidade nacional*. Organon: 1989.

LITEAFRO. *Geni Guimarães: Dados Biográficos*. Minas Gerais: UFMG. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/267-geni-guimaraes>. Acesso em: 08 de mar. 2023.

LOBO, Luiza. Maria Firmina dos Reis. In.: DUARTE, Eduardo de Assis (Org.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. v. 1. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 111-126.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Trad. Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIRANDA, Fernanda R. *Silêncios prescritos: estudos de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006)*. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: Usos e sentidos*. 4 ed. 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Sankofa: Educação e identidade afrodescendente. In.: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001, p. 115-140.

NATÁLIA, Livia. *Sobejos do mar*. Bahia: Caramurê, 2018.

NOGUERA, Renato. *Necroinfância: por que as crianças negras são assassinadas?* 2020. Disponível em <https://www.bing.com/search?q=Necroinfância%3A+por+que+as+crianças+negras+são+assassinadas%3F&cvid=7b9dd0d02eac41a980d2505bee3181f9&aqs=edge..69j57.435j0j4&FORM=ANAB01&PC=LCTS> Acesso em: 20 de fev. 2023.

OLIVEIRA, Leandro Roque de; INQUERITO, Renan; OLIVEIRA; Jacira Roque de; DJ DUH. *Mãe*. Álbum: Sobre crianças, quadris, pesadelos e lições de casa. Gravadora: Sony Music Brasil. Produtora: Lab Fantasma, 2015.

PIEIDADE, Vilma. *Dororidade*. São Paulo: Editora Nós, 2017.

PROENÇA FILHO, D. *A trajetória do negro na literatura brasileira*. Estudos Avançados, 18(50), 161-193. São Paulo: Revista USP, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9980> Acesso em: 25 de set. 2022.

QUEIROZ, Rachel de. *Dôra, Doralina*. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. 2 ed. Jundiaí, São Paulo: Cadernos do Mundo Inteiro, 2018.

ROCHA, Lara. *Geni Guimarães, escritora homenageada da Olimpíada de Língua Portuguesa 7ª edição - 2021*. Portal Escrevendo o Futuro. Disponível em: <<https://www.escrevendoofuturo.org.br/blog/literatura-em-movimento/especial-geni-guimaraes/#:~:text=Geni%20e%20seus%20irm%C3%A3os%20Dirceu,08%20de%20setembro%20de%201947>> Acesso em: 15 de mar. 2013

RODRIGUES, Aline; FRANCISCA, Elânia; COSTA, Suzane. Sacralidade e matabilidade: quem pode viver na terra da necroinfância? In.: SOUZA, Ellen de Lima; ANJOS, Cleriston Izidro dos; CORREA, Núbia Cristina Sulz Lyra. *Necroinfância e as crianças negras: ensaios na pandemia*. São Paulo, SP: Editora Dandara, 2022, p. 65-88.

ROMÃO, Jeruse. O educador, a educação e a construção de uma auto-estima positiva no educando negro. In.: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001, p. 161-178.

ROSA, Allan da. *Pedagoginga: autonomia e moçambagem*. São Paulo: Pólen, 2019.

ROWELL, Charles H. "Geni Guimarães: Uma entrevista." *Callaloo*, vol. 18, no. 4, 1995, pp. 978–80. *JSTOR*. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3298926>>. Acesso em: 17 de mar. 2023.

SANTIAGO, Ana Rita. *Vozes Literárias de Escritoras Negras*. Cruz das Almas, Bahia: UFRB, 2012.

SAYMAN, Henrique Marques. Da poesia como partilha: sobre Terceiro Filho, de Geni Guimarães. *Mahin – Revista Literária*. Ano 4, número 5, ISSN: 2596-3538. Rio de Janeiro: Editora Malê, set. de 2022.

SOUZA, Elizeu Clementino de. *O conhecimento de si: estágio e narrativas de formação de professores*. Rio de Janeiro: DP&A; Salvador, BA: UNEB, 2006.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: As vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social*. Ed. Graal: Rio de Janeiro, 1983.

UNICEF. *Comunicados de imprensa: Mortes de crianças e adolescentes por crimes violentos e intervenção policial no estado de São Paulo*. Disponível em: <[UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS \(UFMG\). *Após acusações de racismo livro infantil é retirado de circulação e gera debate*. Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/apos-acusacoes-de-racismo-livro-infantil-e-retirado-de-circulacao-e-gera-debate>> Acesso em: 06 de out. de 2022.](https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/mortes-de-criancas-e-adolescentes-por-crimes-violentos-e-intervencao-policial-caem-no-estado-de-sao-paulo#:~:text=Em%202021%2C%2054%25%20das%20crian%C3%A7as%20e%20dos%20adolescente,63%2C4%25%20dos%20que%20morreram%20eram%20preto%20ou%20parpar.>>. Acesso em: 20 de out. 2022.</p>
</div>
<div data-bbox=)

VAIADO, Bruno. O experimento psicológico com bonecas que venceu a segregação racial nos Estados Unidos. *Portal Revista Super Interessante*. Publicado em 2 jun 2020. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/historia/o-experimento-psicologico-com-bonecas-que-venceu-a-segregacao-racial-nos-eua/>> Acesso em: 30 de set. 2022.

VIEIRA DE LIMA, V.; BANDEIRA DE MELO JÚNIOR, O. M. Leite do Peito: contos de Geni Guimarães e a linha de cor: uma análise dialógica da narrativa. *Revista Odisseia*, [S. l.], n. 15, p. p. 65–84, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/odisseia/article/view/9599>>. Acesso em: 05 mar. 2023.

THEODORO, Cristina. Introdução. In.: SOUZA, Ellen de Lima; ANJOS, Cleriston Izidro dos; CORREA, Núbia Cristina Sulz Lyra. *Necroinfância e as crianças negras: ensaios na pandemia*. São Paulo, SP: Editora Dandara, 2022, p. 25 - 44.

ZILBERMAN, Regina. *Recepção e leitura no horizonte da leitura*. Alea [online]. 2008, vol. 10, n. 1, pp. 85-97.